

REDE DE PARCERIAS



▼ 10 ANOS
MUDANDO A
VIDA DAS PESSOAS



Rede de
Parcerias

Ministra da Gestão e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Esther Dweck

Secretário de Gestão e Inovação
Roberto Pojo

Diretora de Transferências e Parcerias da União
Regina Lemos de Andrade

Coordenação-Geral da Plataforma Tecnológica
Coordenação-Geral de Capacitação
Coordenação-Geral de Governança Colaborativa e Gestão
Coordenação-Geral de Informações e Monitoramento de Obras
Coordenação-Geral de Normas e Processos

Distribuição Gratuita.

*É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.

**As opiniões e informações contidas neste livro são de responsabilidade exclusiva dos autores dos artigos e não refletem a opinião do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

***O MGI não se responsabiliza por quaisquer direitos de propriedade intelectual ou outros aspectos relacionados ao conteúdo dos artigos.

Rede de Parcerias: 10 anos mudando a vida das pessoas / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação. -- Brasília: Diretoria de Transferências e Parcerias da União/SEGES/MGI, 2025.
177 p.

ISBN físico 978-65-985900-2-4

ISBN digital 978-65-985900-3-1

1. Rede de Parcerias. 2. Governança colaborativa. 3. Parceria para políticas públicas. 4. Transferências da União. 5. Cooperação federativa. 6. Gestão pública. I. Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

CDU 351

EQUIPE DA DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS E PARCERIAS DA UNIÃO

Regina Lemos de Andrade
Hugo Carvalho Marques
Adão Magnus Marcondes Proença
Albertina Aleny Moraes de Oliveria
Alexandre Francisco Sousa Leite
Alexandre Oliveira Fonseca
Aline Silva de Oliveira
Amanda Oliveira Carvalho
Ana Cristina Brandão Ribeiro Silva
Andreia de Moraes Kafuri
Átila de Azevedo Caparrosa
Celso Fabrício Correia de Souza
Cleber Fernando de Almeida
Darci Soares Bernardo
Debora Ceciliotti Barcelos
Eduardo Seara Machado Pojo do Rego
Elisiane Carra Tunes
Esaú Mendes Sirqueira
Fabiana Gomes dos Santos
Felipe La Rocca Teixeira
Flávia da Fonseca Medeiros
Francisco Pereira Neves de Macedo
Gabriel Gomes de Moraes
Gabriele Nunes
Gilmar Rodrigues da Rocha
Giovanna Alexsandra Barreto Ferreira
Gustavo do Amaral Prudente
Halisson Souza Gomides
Icaro Erasmo Souza Barreiro
Isadora de Oliveira
Isaias Torres de Oliveira
José Agapito Teixeira Campos
José Antonio de Aguiar Neto
Juciara Mônica Diniz

Juliana Rodrigues Toledo Costa
Karlen Santana de Almeida Oliveira
Kênia Cristina Rosa e Silva
Laura Maria Oliveira da Frota
Lidiana Gonçalves Basilio
Liliane Santos Araujo
Luciano Cerqueira dos Santos
Ludmila Ribeiro da Cunha
Manuella Beauclair Siqueira Marques Cruz
Marcel da Costa Amorim
Martha Martorelli
Mateus Prado Pereira da Silva
Mayra Santana Gonçalves
Michelle Souza Martins
Nayara dos Anjos Vigilato Sousa
Neyliane da Conceição Gonçalves Moreno
Nirlene Dalva Silva
Paulo Roberto Gonçalves Farias
Renato Rocha Dias Santos
Ricardo Moitinho Uzel Pereira
Rodrigo de Souza Maeda
Rodrigo José Santos Lopes
Sarah de Moura Galdino Fernandes Roriz
Simone de Pina Zorzal Sarmento
Sinara Assunção Rodrigues Pedroza
Tâmara da Conceição Carvalho de Castro
Tatianne Borges da Costa Batista
Taynara Kawanny França Lima
Thiago Rafael da Silva Rodrigues
Vandré de Castro Tóffoli
Vitor Cesar Picanço Lopes
Viviane Campos de Oliveira
Viviane Silveira Amaral

COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS

Darci Soares Bernardo
Fabiano Cardoso
Gilmar Rodrigues da Rocha
Joelson Azevedo da Silva Carneiro
Kênia Cristina Rosa e Silva

Mayra Santana Gonçalves
Pablo Wanzeller Pinheiro
Paulo Henrique Santos
Sadi Peres Martins
Vivian Dias Diniz

EQUIPE ORGANIZADORA, PRODUÇÃO GRÁFICA, REVISÃO E CAPA

Regina Lemos de Andrade
Hugo Carvalho Marques
Alexandre Francisco Sousa Leite
Ana Cristina Brandão Ribeiro Silva
Billy Dória
Elisiane Carra Tunes
Flávia da Fonseca Medeiros
Francisco Pereira Neves de Macedo
Gabriele Nunes

Juciara Mônica Diniz
Lidiana Gonçalves Basilio
Liliane Santos Araújo
Marcel da Costa Amorim
Mayra Santana Gonçalves
Simone de Pina Zorzal Sarmento
Sinara Assunção Rodrigues Pedroza
Tâmara da Conceição Carvalho de Castro
Thiago Rafael da Silva Rodrigues

Sumário

Apresentação	9
Prefácio.....	10
Unindo Elos e Capacitando Pessoas	12
A Importância da Rede de Parcerias da União para o Desenvolvimento dos Municípios da Região da Grande Florianópolis/SC	15
Interação com a Rede de Parcerias da União e o Pulsar Diário do Hospital	17
Aplicativo Cidadãogov.br e a Aplicação de uma Governança Colaborativa na Gestão Pública em Projetos de Infraestrutura	19
Do Conhecimento à Ação: O Impacto da Rede de Parcerias nos Municípios.....	22
Transparência e Governança em Parcerias Públicas: Desafios e Boas Práticas para OSCs.....	24
A Gestão de Projetos do Novo PAC Financiados com Recursos Federais: Desafios e Oportunidades	27
Boas Práticas para Captação de Recursos: Plataforma Transferegov.br como Instrumento para Desenvolvimento Econômico e Social.....	29
Dez Anos da Rede de Parcerias: Avanços, Impactos e Perspectiva	32
O Protagonismo da Rede de Parcerias no Apoio à Estruturação de um Escritório de Projetos Municipalista: o Caso de Mafra/SC	35
Rede de Parcerias e FINEP: Impulsionando a Inovação em Microrreatores Nucleares no Brasil	38
Custo da Política Pública Utilizando Transferegov.br	40
A Rede de Parcerias na Perspectiva dos Validadores do Modelo de Governança e Gestão Pública	44

Rede de Parcerias: Apoio Técnico e Solidariedade	47
Rede de Parcerias e a Administração Pública e suas Mutações.....	49
Do Siconv ao Transferegov.br: Um caminho sem volta	52
Conectando Elos: O Papel da Rede de Parcerias em Alagoas	55
A Rede de Parcerias e Consórcios Públicos Transformam Vidas	58
Avanços e Desafios na Captação e Execução de Recursos Discricionários em Alagoas: Uma Análise Comparativa entre 2023 e 2024.....	60
A Rede de Parcerias e o Impulso ao Desenvolvimento Municipal no Pará.....	63
A Rede de Parcerias e o Impacto das Plataformas de Gestão na Administração Pública de Roraima	66
Banco de Projetos e Interseções com o Ciclo de Captação de Recursos Federais no Âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais.....	69
Programas PRONON e PRONAS/PCD: Instrumentos de Fomento à Saúde Pública no Brasil por Meio de Incentivos Fiscais	73
Rede de Parcerias	77
A Trajetória na Rede de Parcerias: da Licitação à Referência Regional na Captação de Recursos	79
Transitando Entre os 10 Anos da Rede de Parcerias da União.....	80
A “Rede de Parcerias” como Ferramenta para Cooperação entre os Entes Federativos	82
Modelo de Governança e Gestão como “Virada de Chave”.....	85
Gestão das Transferências Especiais: Acompanhamento e Monitoramento de Projetos para Promoção da Transparência.....	88
A Rede de Parcerias e o Transferegov.br: Uma Década de Transformações na Gestão Pública em Roraima.....	91
Implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública pelo Estado do Rio Grande do Norte	94
Do Siconv à Rede de Parcerias: Uma Trajetória de Transformação na Gestão Pública	98
Implantação da Governança no Município de Taubaté: Parcerias e Transferências Intergovernamentais	100
Considerações Sobre os Desafios da Gestão das Transferências Voluntárias da União em Município de Pequeno Porte no Estado de Minas Gerais	103

Desempenho da Rede de Parcerias no Estado de MS.....	106
Governança e Cooperação: Conselho Federal de Administração (CFA) e Rede de Parcerias	108
Rede de Parcerias da União: Fortalecimento da Governança Pública	111
Mudança de Pará-digma	114
A Colaboração Interfederativa e o Uso de Projetos Padronizados do FNDE.....	116
Desafios da Adequação do Sistema Transferegov.br na Estrutura Municipal de Execução Interna no Município de Rio Verde	120
Fomentando a Cultura de Trabalho em Rede: A experiência da Escola de Governança Pública do Estado do Pará na Rede de Parcerias da União	124
Essa Luz que me invade	127
Uma Carta Aberta: Desafios e Conquistas	130
Transferegov.br: Uma Ferramenta Gerencial de Políticas Públicas.....	132
Do Siconv ao Transferegov.br: A evolução dos Sistemas de Gestão e a Importância da Tecnologia na Integração e Transparência na Gestão Pública	134
Uma Década de Colaboração: A Experiência do Governo do Distrito Federal na Rede de Parcerias	137
A Política de Transferências da União Entre 2017 e 2024: Diagnóstico, Avanços e Desafios	140
Santo Antônio do Monte e a Excelência em Governança: da Superação de Desafios ao Destaque Nacional na Primeira Colocação na Categoria Administração Pública Municipal - Não Capitais - Grupo 4	144
Atuação em Rede na Aplicação do Gestaopublicagov.br	147
Vida Longa à Rede!	149
Rede de Parcerias: Conexões que Transformam Histórias e Realidades	151
Gestaopublicagov.br e seu Impacto na Criação de Indicadores na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).....	153
Costurando Retalhos, Construindo Governança: O Papel da Rede de Parcerias na Gestão Pública	156
A Rede de Parcerias no Estado do Ceará: Conectando Propósitos, Transformando Realidades.....	159
Implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública - Gestaopublicagov.br	162

Encontro e Repasse de Recursos Reforçam Parceria do Governo de Rondônia com o Terceiro Setor para a Melhoria das Políticas Públicas	164
Rede de Parcerias em Cooperação com os Consórcios Públicos: Grande Oportunidade	166
Rede de Parcerias para a Implementação do Programa Cisternas	168
Impactos Endógenos da Rede de Parcerias: O Caso Tocantins.....	171
Agradecimentos Finais.....	176

Apresentação

Um Estado mais justo, eficiente e sustentável se constrói com diálogo, participação e corresponsabilidade entre entes federativos e sociedade civil. A partir dessa convicção, há dez anos, durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi criada a Rede de Parcerias.

Ao completar uma década, a Rede é um marco de perseverança institucional. Ao longo dessa trajetória, mesmo durante governos que rejeitavam a participação social, ela persistiu e se fortaleceu. Testemunhamos o aumento da capilaridade das ações conjuntas entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil, bem como avanços concretos na qualidade, profundidade e impacto das políticas públicas. O Presidente Lula tem a cooperação federativa e o diálogo com estados e municípios como pilares centrais de seu governo. Por isso, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, temos trabalhado incansavelmente para fortalecer os arranjos federativos como uma forma de concretizar uma gestão pública centrada em resultados — e, sobretudo, em pessoas.

Um exemplo dessa abordagem é o Transferegov.br, plataforma estruturante que unifica, digitaliza e traz transparência à execução de transferências decorrentes das parcerias da União. Com processos mais simples, rastreáveis e integrados, a plataforma fortalece a governança sobre esses instrumentos e, aliada à capacitação contínua e à articulação promovidas pela Rede de Parcerias, eleva o padrão da gestão pública, aproxima os entes federativos e amplia a confiança entre os atores.

O desafio da gestão contemporânea não é fazer mais sozinho, mas fazer melhor e juntos. A cooperação entre os entes federativos e a sociedade organizada deve ser a regra, e não a exceção, para que possamos alcançar resultados sustentáveis, legítimos e aderentes à realidade local.

O Estado não é algo que se possa desligar e ligar conforme a conveniência, pois políticas públicas eficazes requerem capacidades estatais que só podem ser consolidadas ao longo de anos. Este livro é, portanto, um registro e uma celebração da resiliência da Rede de Parcerias. É também um chamado para que sigamos investindo em estruturas de colaboração federativa, para que servidoras e servidores públicos se vejam como protagonistas dessa transformação e para que a sociedade se reconheça como parte ativa na construção de um Estado mais eficiente, inclusivo e democrático.

Que este livro inspire novas gerações a fortalecerem a cultura da cooperação e a consolidarem, cada vez mais, um Estado à altura dos desafios e sonhos do povo brasileiro.

Esther Dweck

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Maio de 2025

Prefácio

O caminho da Rede

Em 2015, quando demos os primeiros passos para construir o que viria a se tornar a Rede de Parcerias, focando em uma governança colaborativa, o que nos movia era a convicção de que os desafios públicos mais complexos não poderiam mais ser enfrentados isoladamente. Era preciso ousar. Ousar para construir pontes entre diferentes esferas de governo, entre diferentes órgãos, entre diferentes saberes e experiências. Mas também era preciso coragem para desafiar estruturas estagnadas, desconfiança, paixões políticas, alta rotatividade de pessoas, processos excessivamente burocráticos e culturas institucionais que, muitas vezes, resistiam à colaboração.

Implementar uma rede de governança naquele contexto foi como abrir caminho em um terreno pouco explorado, onde as direções precisavam ser construídas coletivamente. Cheguei à Secretaria de Gestão com essa vontade e com um trunfo importantíssimo: uma equipe que queria ajudar as pessoas. Cada reunião, cada oficina, cada adesão celebrada, cada turma de capacitação realizada representava um passo importante na formação de uma identidade comum. Foi também um tempo de escuta ativa, de compreensão das diversas realidades locais e institucionais que compunham a rede. A Rede não nasceu pronta, nem tem a pretensão de ser um produto acabado, mas, como nós, ela está em constante aprendizado e evolução. Trabalhamos com o que há de mais potente na gestão pública: a capacidade de articular propósitos, reconhecer experiências, negociar caminhos e criar sentido compartilhado, sempre na direção de mudar a vida do cidadão.

A construção da Rede exigiu mais do que estratégias técnicas. Exigiu disposição para lidar com conflitos, generosidade para renunciar a centralidades e resiliência para manter o fôlego mesmo quando os resultados demoravam a aparecer. Mas, acima de tudo, exigiu compromisso. Compromisso com a transformação dos modos de fazer política pública, com a inclusão de vozes antes silenciadas e com a produção de valor público por meio da cooperação.

Hoje, ao olhar para trás, vejo uma década de aprendizados construídos coletivamente. A Rede tornou-se um espaço de referência para quem acredita que é possível transformar o Estado a partir de práticas colaborativas, respeitosas e orientadas ao bem comum. Foi uma honra fazer parte dessa fundação, não como quem entrega algo pronto, mas como quem semeia possibilidades. E é com esse sentimento de esperança e responsabilidade que passo a palavra a quem deu continuidade e ampliou esse caminho.

Cristiano Heckert
Ex-Secretário Nacional de Gestão

Receber a Rede de Parcerias já em curso foi, ao mesmo tempo, uma oportunidade privilegiada e um enorme desafio. Ao ingressar nesse espaço em 2023, percebi que não se tratava apenas de aderir a um projeto institucional, mas de mergulhar em uma cultura viva, marcada por valores como escuta, corresponsabilidade, empatia, compromisso com o coletivo e sobretudo confiança. A tarefa agora não era mais apenas implantar: era sustentar, consolidar, inovar e expandir.

Ampliar a Rede significou investir em novos instrumentos, novas linguagens, novas formas de envolver e engajar parceiros. Era preciso adaptar-se às transformações sociais e tecnológicas que moldam o presente, sem perder a essência que a originou. Nesse percurso, novos atores perceberam a potência dessa Rede. Desenvolvemos ferramentas digitais, fortalecemos formações, incorporamos inteligências artificiais e promovemos um novo pacto comunicacional com os parceiros. Também passamos a atuar mais diretamente na indução de capacidades locais, entendendo que uma rede só é forte quando todos os seus nós se sentem valorizados, apoiados e protagonistas. Aproveito e deixo meu reconhecimento e admiração por cada coordenador dessa imensa Rede de Parcerias que são nossos laços/entrelaçamentos, nossas vozes, nossos parceiros e os quais fazem nossa Rede fazer todo o sentido.

Mas não foi apenas uma expansão em termos operacionais. A Rede se consolidou como um espaço de confiança institucional, onde diferentes atores puderam experimentar novas formas de fazer gestão, com base em evidências, escuta ativa e construção conjunta. Aprendemos a nomear nossos desafios sem medo, a celebrar pequenas vitórias como parte do processo e a compreender o tempo da mudança como algo que exige cuidado, repetição e presença. Hoje uma parceria da União não é sobre repassar e receber, mas sobre implementar políticas de forma transparente e eficaz, com todos os parceiros à mesa.

Ao comemorarmos dez anos da Rede de Parcerias, o sentimento é de gratidão e propósito renovado. Gratidão a todos e todas que contribuíram com ideias, ações, críticas e escutas. Propósito renovado de seguir fazendo da cooperação um eixo estruturante da gestão pública, mesmo em cenários adversos. A Rede de Parcerias é hoje um legado em movimento e este livro é um convite a conhecer suas múltiplas vozes, memórias e horizontes futuros.

Eu e Cristiano temos certeza de que a Rede de Parcerias é um legado a todos que acreditam que juntos somos mais fortes.

Roberto Pojo
Secretário Nacional de Gestão e Inovação

Unindo Elos e Capacitando Pessoas

Adilson Pereira da Silva
Barbara Risomar de Sousa

Em 2019 tivemos a ideia de elaborar um curso sobre os instrumentos de transferências discricionárias e legais efetuadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Políticas Penais/SENAPPEN, com os órgãos estaduais responsáveis pela administração do Sistema Penitenciário.

À época contávamos com uma gama de conhecimentos que remontava ao antigo SICONV e à Portaria Interministerial 507/2011 e, aos poucos, fomos descobrindo que para compreender a execução de recursos federais precisávamos nos aperfeiçoar muito mais do que as “emergências” que surgiam no dia a dia.

Trabalhando na SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais, que na época se chamava DEPEN, dois Elos, um estadual, da SECIJU/TO – Secretaria de Cidadania e Justiça de Tocantins, e outro federal, passaram a se debruçar sobre as recomendações e determinações da Controladoria Geral da União após uma auditoria que consolidou dados e muitas informações sobre a execução dos recursos transferidos aos entes estaduais para execução das políticas de execução penal.

A SENAPPEN é o órgão responsável por fomentar o sistema penitenciário de todo o país para o desenvolvimento de políticas que vão desde a formação do policial penal até o acompanhamento dos egressos do sistema. E além das políticas de assistência que são executadas dentro da unidade penitenciária, ainda há os investimentos nas áreas de cidadania e alternativas penais e as que subsidiam o retorno dos privados de liberdade à sociedade com dignidade.

E foi durante as incursões nos relatórios da CGU que a Diretoria de Políticas Penitenciárias identificou que teria um trabalho árduo pela frente, não só de monitoramento e acompanhamento da execução dos convênios, mas de pavimentar uma parceria com os Estados que promovesse aproximação e fortalecimento da execução penal.

Assim, no ano de 2020, após compreender que o conhecimento seria a base para uma parceria duradoura, dois técnicos (um estadual e outro federal) começaram a se especializar em transferências da União, com ênfase na Plataforma +Brasil, que depois se tornou Transferegov.br.

No começo eram cursos com telas printadas e exposições longas sobre a legislação e elaboração de projetos. Ainda assim, treinamos dois estados: o primeiro foi Tocantins, em janeiro de 2020; em seguida fomos para Pernambuco, cujo treinamento terminou no dia em que o governo decretou o “fechamento” da cidade (20 de março).

No segundo semestre de 2021, quando as atividades presenciais aos poucos puderam voltar, conseguimos capacitar servidores em quatro estados: Pará, Santa Catarina, Paraíba e Maranhão.

Em 2022 estivemos em Sergipe, Brasília, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Piauí e realizamos treinamento para os servidores da SENAPPEN; em 2023 encerramos essa jornada no Distrito Federal com o 12º curso.

O curso que elaboramos a partir dos estudos, recomendação da CGU e solicitação dos Estados é composto por uma parte que trata da legislação, fazendo histórico e comparações, o embasamento para elaboração de propostas e sua aplicação no sistema Transferegov.br.

Por se tratar de política pública específica e sensível, sobretudo por conta do público-alvo, por meio do trabalho com formalização e acompanhamento dos instrumentos, aos poucos o curso ia sendo incrementado com análise dos erros mais recorrentes e das perguntas frequentes das equipes estaduais.

Da mesma forma, o curso foi se enriquecendo com a participação dos técnicos que trabalhavam nas áreas técnicas e na área de prestação de contas dos instrumentos.

Além disso, o desenvolvimento da plataforma concorreu para o aprimoramento do curso, bem como a implementação dos aplicativos de gestão e fiscalização, assim como os painéis de dados, ferramentas que corroboram o trabalho dos multiplicadores.

Para a SENAPPEN, o objetivo de ter na equipe um “elo” estadual foi a necessidade de compreender as dificuldades das equipes estaduais, atravessando a vivência diária dessas equipes trazida do bojo da execução dos processos e da gestão do Transfere no âmbito estadual. Isso contribuiu para a formação pedagógica e para a didática de educadora.

Durante o período de 2020 até 2023, foram capacitadas em média 25 pessoas em 12 estados – sendo equipes sempre mistas escolhidas pelos órgãos estaduais que reuniam técnicos da área de compras, patrimônio, licitações, contratos, convênios, prestação de contas, responsáveis pela aplicação das políticas e especialistas em projetos.

Além do aprendizado para os técnicos, o MJSP, por meio da SENAPPEN como instituição pública, angariou conhecimento e fortaleceu seu capital intelectual, patrimônio agregado e disseminado o tempo inteiro por meio de quem desempenha suas funções no dia a dia e auxilia os estados para a execução, com eficácia e eficiência, dos recursos públicos.

Atualmente, o que se vê na SENAPPEN é que, antes de iniciar o curso, onde havia 64 convênios com pouca ou quase nenhuma execução, assim como instrumentos com mais de cinco anos parados, agora há, em 2024, 275 instrumentos celebrados. É possível perceber o avanço da execução e a conclusão de muitos daqueles instrumentos celebrados em 2012, o que demonstra, além da capacidade da SENAPPEN de formalizar e acompanhar a execução dos instrumentos, também o fortalecimento das equipes técnicas para captar recursos, que foram potencializadas com os treinamentos.

E, para além disso, nota-se que as equipes agora têm uma referência para buscar nos momentos de dificuldades. Foram muitos grupos (de WhatsApp) criados e nenhum extinto, logo, as pessoas sempre sabem onde encontrar o telefone de alguém

que pode ajudar a sanar uma dúvida, ressaltando o objetivo dos Elos da União e Estadual, que é trabalhar em Rede.

Ademais, restou confiante e sólido o elo criado com os estados por meio do curso. É um elo de confiança e reciprocidade onde todos(as) têm uma certeza: precisamos nos dar as mãos para construir um Brasil melhor, com serviços confiáveis e com profícua aplicação de recursos.

A Importância da Rede de Parcerias da União para o Desenvolvimento dos Municípios da Região da Grande Florianópolis/SC

Adriana de Souza do Nascimento
Jaqueline Gonçalves

A Região da Grande Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, é formada por 22 municípios (Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas), que juntos possuem 1.461.218 habitantes (estimativa IBGE 2024). A entidade municipalista que representa esse coletivo há 55 anos é a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – Granfpolis, entidade associada à Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina – FECAM e parceira da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

A Granfpolis possui um duplo objetivo, defender as pautas municipalistas e ofertar serviços de suporte técnico aos municípios nas áreas demandadas pelos gestores municipais, que atualmente são: educação, saúde, assistência social, contabilidade, assistência jurídica, movimento econômico, planejamento urbano, turismo, engenharia, arquitetura e captação de recursos. Essa última foi criada no ano de 2015, tendo como uma das principais funções capacitar gestores e técnicos municipais para ampliarem o resultado na efetiva chegada de recursos voluntários das mais diversas fontes.

A Granfpolis também organiza colegiados setoriais, que são os coletivos de gestores por áreas de atuação, coordenados pelos assessores técnicos da Granfpolis, com objetivo de proporcionar intercâmbio entre os gestores e debater pautas em comum buscando soluções regionais. O coletivo da área de captação de recursos foi criado também em 2015, sendo denominado Colegiado de Gestores Municipais de Convênios – GMCs, por ser esse o único ponto em comum entre todos os municípios, uma vez que todos tinham Contratos de Repasse com a Caixa Econômica Federal e, portanto, precisavam indicar o GMC.

A Assessoria de Projetos e Captação de Recursos da Granfpolis dá o suporte ao Colegiado de GMCs e coordena as pautas técnicas do grupo, aliando os encontros bimestrais às atualizações da Rede de Parcerias e deixando os GMCs sempre por dentro das principais pautas do momento. Faz parte da atuação, também, colher demandas dos municípios e levar ao conhecimento da Rede de Parcerias da União para buscar resoluções das mais variadas questões, de sistemas a normas.

Já no início das atividades da assessoria supracitada, foi celebrado um Termo de Parceria com a FECAM para adesão à Rede de Parcerias da União, e a atribuição da Granfpolis seria de capacitar os 22 municípios associados para a operacionalização do então Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal – Siconv. A partir daí,

começou-se uma série de assessorias e treinamentos periódicos que garantiram aos municípios um alicerce técnico para o exercício de suas atividades diárias. Além dos cursos oferecidos pela Granfpolis, os municípios fazem consultas pontuais por e-mail, WhatsApp, telefone e, também, solicitam atendimentos presenciais, remotos ou treinamentos específicos para as equipes das prefeituras.

A Assessoria de Projetos e Captação de Recursos da Granfpolis conta com uma assessora que recebe os treinamentos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, então, replica aos municípios associados, por meio de treinamentos agendados no laboratório de informática da sede da entidade. A capacitação sobre o Módulo Transferências Discricionárias e Legais do sistema Transferegov.br (antigo Siconv) dura em média três dias e oportuniza aos participantes que executam desde a inclusão das propostas até a prestação de contas. Além do treinamento em ambiente virtual, a assessoria oferece capacitações com carga horária reduzida, presencial e remota, para suporte dos demais módulos do Transferegov.br.

Tão importante quanto capacitar os municípios para a captação de mais recursos é conscientizá-los sobre a importância da melhoria da qualidade da gestão, por isso a Granfpolis também é multiplicadora do Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br e auxilia, sempre que tem oportunidade, na implementação do modelo nos municípios. O resultado deste trabalho pode ser observado no excelente proveito desta ferramenta pelos municípios, como é o caso de Florianópolis, que foi reconhecida nacionalmente em 13 de junho de 2023 como o melhor desempenho entre as maiores cidades do Brasil, no Fórum Nacional das Transferências Voluntárias da União.

Outra maneira de constatar os resultados deste trabalho em rede é por meio de uma busca nos Painéis Gerenciais Parceriasgov.br, em que comparamos o total de instrumentos celebrados entre a União e os 22 municípios da Granfpolis no início dos trabalhos e no momento atual. No ano de 2015 foram 20 convênios e contratos de repasse celebrados no montante de R\$ 9.284.548,65 (nove milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). Já em 2024 foram 32 instrumentos celebrados no total de R\$ 188.233.518,02 (cento e oitenta e oito milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e dezoito reais e dois centavos). A ampliação do valor, em mais de vinte vezes, se deu por diversos fatores, dentre os principais a dedicação das equipes gestoras municipais e a efetividade da Rede de Parcerias da União, que, por meio de diálogo e atenção, atua para atender às demandas dos municípios.

Não fossem suficientes os treinamentos que os multiplicadores do Elo Municípios recebem, ainda existe um canal de atendimento direto que possibilita mais agilidade no atendimento das demandas diárias dos municípios. O êxito dessas parcerias demonstra a força do associativismo, que é um dos maiores valores do municipalismo. Com redes sólidas e consolidadas, como é a Rede de Parcerias da União, os municípios serão, cada vez mais, desenvolvidos e capazes de atender suas populações com qualidade, levando as políticas públicas a quem mais precisa delas.

Interação com a Rede de Parcerias da União e o Pulsar Diário do Hospital

Adriane Didoné

O Hospital Tacchini é uma Instituição Centenária, pensada, fundada, tendo como alicerce a comunidade local de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, no longínquo ano de 1924, na data de 20 de setembro, tendo como seu principal idealizador e apoiador o médico italiano, imigrante, Dr. Bartholomeu Tacchini. Nossa história foi forjada por pequenas, grandes e constantes superações, que fundamentaram a atual estrutura e que deve ser adequada de modo a sofrer a evolução possível, inclusive, por meio da parceria com a União.

O médico italiano, nascido em Caltanissetta, no sul da Itália, em 19 de novembro de 1878, falecido em 18 de novembro de 1936, com seus parcos equipamentos, mas desejo infindável de ajudar os cidadãos, à época foi profissional-chave para o sucesso na manutenção de nossa Instituição e quem ajudou a trazer-nos até o presente momento. Também contribuíram a comunidade e empresários que, de modo voluntário, há 100 anos fazem com que nosso Hospital cresça e nunca tenha fechado suas portas em um dia sequer. É referência de atendimento SUS na Macrorregião Serrana Gaúcha, com 22 municípios que, juntos, somam mais de 300 mil habitantes; tendo um corpo clínico com mais de 300 médicos(as), atuantes em diversas especialidades.

O Hospital Tacchini atende pacientes do SUS desde 1990. O compromisso institucional e estratégico em prover assistência de alta qualidade com segurança é um dos pilares na inserção do Hospital na linha de cuidado em áreas prioritárias das políticas nacionais, estaduais e municipais. Dentre essas políticas, ressaltam-se a assistência materno-infantil, o atendimento aos pacientes crônicos em hemodiálise, a atenção em urgência e emergência complementar à unidade de pronto atendimento, a detecção e tratamento dos casos de câncer e os cuidados e suporte aos casos de saúde mental. Qualquer dessas linhas de cuidado exige intensa integração da rede de atenção primária, rede especializada e hospitalar.

No ano de 2011, por iniciativa de nosso administrador, *in memoriam*, por sermos uma entidade sem fins lucrativos, buscou-se acesso a recursos inéditos, para incorporar novas tecnologias médico-assistenciais e ou de apoio, além de auxiliar na manutenção do parque tecnológico existente, uma vez que os custos na área são elevados. Deste modo, a entidade passa a fazer parte da então Rede Siconv e perpassou por todo o processo de evolução em todas as suas versões e atualizações, e acompanhou a ampliação da abrangência nacional, fazendo a diferença em cada novo projeto concretizado, beneficiando as populações impactadas.

Desde então, um trabalho singular é desenvolvido para captarmos estes cruciais recursos, executarmos de modo exemplar, colaborando em cada atuação médico-assistencial, gerando ao paciente sua pronta recuperação com o intuito maior de voltar ao seio familiar ou ao seu trabalho, o que faz o País crescer e evoluir no cenário mundial, bem como trazer à vida milhares de bebês.

Os recursos executados via Rede de Parcerias com a União, em particular na temática das transferências por meio do Transferegov.br, são alicerces fundamentais e primordiais para todas as nossas estruturas SUS. Durante o percurso, nossas equipes foram munidas anualmente, fazendo com que a Instituição usufrísse de aproximadamente 680 (seiscentos e oitenta) novos equipamentos, de uma resolução e importância incomensuráveis, além de obras de reforma em nosso Centro Obstétrico e na “UTI Adultos”. Os equipamentos e reformas proporcionaram elogios proferidos pelos profissionais médicos e de apoio, que se utilizam deles, nas mais diversas áreas, como: enfermagem, nutrição, fisioterapia, manutenção, informática, dentre outros. Ainda, puderam colaborar diretamente nos 396.610 atendimentos/serviços prestados para o SUS (internações, sessões e exames), bem como, na internação de 6.381 pacientes durante todo o ano de 2024, por exemplo. Ressalta-se ainda, a interação direta e constante com os poderes públicos, municipal, estadual e nacional, uma vez que as políticas públicas são o fomento necessário para desencadearmos melhorias em processos e sistemas.

Assim, a Instituição está totalmente ciente de que esses recursos são a base para a constante evolução e superação diária na busca pela melhor tecnologia na área da saúde e no aprimoramento da gestão, uma vez que a instituição conta com adoção de várias ferramentas, perpassando pelo planejamento estratégico; manutenção da Acreditação Hospitalar em nível de excelência; adoção do Prontuário Eletrônico, sendo o primeiro do estado a adotá-lo em 100% de suas unidades de internação e ser hospital “sem papel”; incorporação da Inteligência Artificial, até um moderno e exemplar sistema de gerenciamento de efluentes; além de adoção de estruturas tecnológicas de assistências nas áreas de internações, “UTI’s Adulto”, Pediátrica e Neonatal, Pronto Socorro, Hemodiálise, Radioterapia, Oncologia, Banco de Leite Humano, Captação de Órgãos e Tecidos, dentre outros serviços e setores que são agraciados, anualmente, pelos recursos e equipamentos via União. Há claro, o comprometimento com o atendimento humanizado e técnico a que cada cidadão tem direito. Desse modo, reforçamos que a constância na manutenção deste trabalho com a Rede de Parcerias da União faz que, anualmente, cada colaborador(a) aguarde ansiosamente pelo recebimento de cada equipamento adquirido com esses recursos que são, afinal, de cada cidadã(o) brasileira(o). A instituição é apenas o meio para tal e que visa ao sucesso de nossa Nação.

Aplicativo Cidadãogov.br e a Aplicação de uma Governança Colaborativa na Gestão Pública em Projetos de Infraestrutura

Adylson Rhander

Resumo

A execução de projetos de infraestrutura configura-se como um dos pilares para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. No entanto, a gestão desses projetos enfrenta desafios complexos, como a transparência na aplicação de recursos públicos, a fiscalização eficiente das obras e a coordenação entre diversos atores envolvidos. Nesse contexto, a Governança Colaborativa emerge como um modelo capaz de promover uma gestão mais eficiente e descentralizada.

Introdução

Este artigo busca explorar como a Governança Colaborativa, na prática, via aplicativo Cidadãogov.br, está aprimorando a eficiência na execução de projetos de infraestrutura. No Brasil há um cenário favorável, dadas a democratização e a acessibilidade crescentes no acesso à internet e aos smartphones. Segundo a pesquisa TIC Domicílios (2022), o acesso à internet no Brasil chegou a 81%; desse total, 62% dos usuários utilizam a internet somente pelo celular.

A tecnologia da informação tem sido uma grande aliada para aprimorar a Governança Colaborativa e a eficiência na execução de projetos de infraestrutura. De que forma seria possível integrar tecnologia com a participação ativa da sociedade, a fim de promover melhorias em eficiência, gestão e controle para projetos públicos de infraestrutura?

Referencial teórico

A Governança Colaborativa é um modelo interativo e dinâmico no qual múltiplos atores colaboram conjuntamente, dentro de um sistema institucional estruturado, no intuito de formular e implementar políticas públicas de maneira cooperativa. O modelo integrativo destaca: o sistema de governança, que abarca as regras e estruturas institucionais; uma dinâmica colaborativa, baseada na construção de confiança, comunicação e engajamento (EMERSON; NABATCHI; BALOGH; 2012).

Segundo Denhardt & Denhardt (2015), a Governança Colaborativa trata-se de um modelo que substitui a lógica gerencialista tradicional por uma abordagem mais inclusiva e colaborativa. No setor público, esse modelo envolve gestores, agências reguladoras, fiscalizadores, empresas privadas e a sociedade civil, promovendo um ambiente de maior transparência dos recursos públicos, eficiência na execução dos projetos, fortalecimento do controle social e da participação cidadã.

Os Princípios da Administração Pública e a Governança Colaborativa

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 descreve os cinco princípios básicos da Administração Pública. A Governança Colaborativa fomenta e potencializa principalmente o quarto e quinto princípios básicos: Publicidade e Eficiência. O alinhamento do sistema de Governança Colaborativa com os princípios da Administração Pública chancela o modelo e incentiva a sua continuidade e aprimoramento.

O aplicativo cidadãogov.br

Desenvolvido para promover transparência nas transferências de recursos públicos realizadas por meio da plataforma Transferegov.br, foi lançado em 2018 e conta com mais de 50.000 downloads na Google Play Store. A iniciativa do Governo possibilita acesso rápido, claro e unificado a diversos serviços públicos de forma prática e digital. Abaixo, seus principais serviços e finalidades:

SERVIÇO	FINALIDADE
Investimentos	Acesso rápido às informações sobre a execução de políticas públicas nos municípios com recursos de transferências.
Avaliação	Possibilidade de avaliar os investimentos próximos ao usuário.
Denúncia	Envio de relatos diretamente para a ouvidoria da Controladoria-Geral da União (CGU).
Sugestão	Indicação de necessidades e melhorias para sua cidade, como pavimentação de ruas ou construção de escolas.
Compartilhamento	Divulgação de sua opinião sobre os investimentos públicos nas redes sociais.

Fonte: Adaptado de gov.br/serviços

O aplicativo faz parte do Programa Brasil Eficiente, lançado em 2017, que possui como principal objetivo promover a eficiência no setor público por meio da desburocratização, da transformação digital e da integração entre órgãos governamentais, otimizando o uso de recursos públicos. Dentre suas principais ações estão transparência, participação cidadã e eficiência fiscal.

Conclusão

A busca em acompanhar as evoluções de modelos de gestão eficazes, aliada a tecnologia e tendências, permite que o sistema de gestão pública, como um todo, seja aprimorado. O aplicativo Cidadãgov.br pode ser interpretado como a aplicação do conceito de Governança Colaborativa. Existem desafios a serem superados, como: adesão e engajamento dos usuários, constantes atualizações e aprimoramentos e o acesso limitado à conexão em regiões remotas. Ainda assim, as perspectivas indicam

um horizonte promissor, com a sociedade mais conectada, atenta e protagonista. A ferramenta Cidadãogov.br promove a criação coletiva de valor público, fortalecendo a transparência e engajamento social e vislumbrando o aprimorando e a eficiência cada vez maiores na execução de projetos de infraestrutura.

Referências Bibliográficas

EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. Uma estrutura integrativa para governança colaborativa. *Journal of Public Administration Research and Theory*. V.22, n.1, pgs 1–29, 2012. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. O novo serviço público: Servir, em vez de dirigir. 4. ed., Nova York & Londres: Routledge, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05 dez. 2024.

Site App cidadãogov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/baixar-o-aplicativo-cidadao-brasil>>. Acesso em 02 dez. 2024.

Comitê Gestor da Internet no Brasil. TIC Domicílios 2022. https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2022_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em 10 dez. 2024.

Do Conhecimento à Ação: O Impacto da Rede de Parcerias nos Municípios

Alessandra dos Santos Ferreira

A Rede de Parcerias foi essencial para o meu crescimento profissional. Sempre que surge um problema ou dúvida, entro em contato com a Rede e, imediatamente, obtenho uma resposta. Em nosso atendimento, utilizamos os Painéis Gerenciais, especialmente o de emendas parlamentares, que permite ao gestor identificar o parlamentar responsável pela indicação, valores e pagamentos, além de visualizar a finalidade do recurso, tudo de forma transparente e acessível.

Os avanços ao longo dos últimos dez anos são evidentes, com o aprimoramento das ferramentas, seja por meio de aplicativos ou novos painéis gerenciais no Transferegov.br. Um exemplo disso é o Obrasgov.br, que reúne informações físicas e financeiras das obras, possibilitando o planejamento financeiro, estrutural e operacional de cada ente, facilitando a viabilidade e a análise dos impactos diretos, todos sob a responsabilidade dos gestores. Além disso, proporciona total transparência ao cidadão e ajuda os gestores a executarem políticas públicas, especialmente nas tomadas de decisão. O fato de os dados do PAC estarem centralizados no Transferegov.br é uma inovação importante, pois anteriormente não tínhamos acesso a informações tão claras e transparentes.

Outro ponto fundamental é a união da Rede, que permite aos parceiros municipais alcançarem todos os 5.570 municípios do país. A capacidade de disseminar orientações e informações é extremamente eficaz. Com contatos em cada estado, o gestor municipal se sente amparado, sabendo que, se precisar de ajuda, não ficará desamparado na hora de executar o recurso.

Gostaria também de destacar o papel da Rede de Parcerias no apoio e esclarecimento de questões envolvendo outros poderes. Um exemplo disso são as ações do STF sobre emendas parlamentares, nas quais os entes estaduais e municipais estavam perdidos e sem orientação. Em colaboração com outros órgãos de controle, a Rede foi capaz de esclarecer e orientar os gestores, “praticamente pegando na mão” dos multiplicadores para ajudar os municípios a não serem penalizados, garantindo que não deixassem de receber recursos por falta de transparência ou de esclarecimentos.

Destarte, a Rede trabalha para que os processos sejam bem definidos, com acesso livre e sem espaço para incertezas ou dúvidas, evitando fragilidades que possam gerar apontamentos dos órgãos fiscalizadores aos gestores municipais.

Ao longo desta década, a Rede de Parcerias cresceu significativamente, com mais de 250 parceiros, cada um com sua especificidade e importância. Os encontros dos Elos são sempre recheados de informações, amizade e afeto. As reuniões são gravadas, permitindo que aqueles que não podem participar ao vivo assistam posteriormente. Além disso, os canais de comunicação com a diretora, coordenadores e demais envolvidos são sempre abertos e acessíveis.

Por meio de muito trabalho, dedicação e articulação, praticamente todas as transferências da União estão integradas ao Transferegov.br. Nesse contexto, a expectativa é que todas as transferências voluntárias, no país, sigam o caminho da simplificação, transparência e acesso às informações de todos os entes em uma plataforma única, central e robusta. Essa plataforma deverá reunir todos os recursos necessários para trabalharmos em conjunto no monitoramento, na qualidade da execução, nos investimentos e na prestação de contas.

Assim, a Rede de Parcerias busca reconhecer a importância do desenvolvimento dos municípios, fortalecendo a atuação coordenada para aproximar todas as esferas federativas. Nesse diapasão, a expectativa para os próximos anos é garantir a viabilidade dos compromissos assumidos pelos gestores atuais e futuros, sempre em defesa dos municípios brasileiros, pois é lá onde tudo acontece.

Portanto, levar conhecimento para a ponta, nos municípios, por meio da Rede de Parcerias, é extremamente gratificante. Além de disseminar conhecimento, a Rede ajuda e apoia os municípios na gestão pública. A rede de parcerias é um exemplo claro de que a união é a chave para o sucesso.

Transparência e Governança em Parcerias Públicas: Desafios e Boas Práticas para OSCs

Alessandra Paulino Vecchi

Introdução

Com a crescente demanda por transparência e eficiência na gestão de recursos públicos, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) têm se destacado como parceiras estratégicas do setor público. O crescente surgimento de ferramentas como o Transferegov.br e outras iniciativas de governança colaborativa abrem oportunidades de parceria para ampliar o impacto social das OSCs. No entanto, devido ao alinhamento a critérios técnicos e operacionais exigidos por esses programas, a submissão de projetos para execução em parceria não é tarefa fácil para as organizações. O propósito desse artigo é explorar os principais desafios enfrentados pelas OSCs nessas instâncias, além de destacar boas práticas de governança e transparência que fortalecem essas relações. Por meio de análises de experiências práticas, serão discutidas também estratégias para aprimorar a credibilidade das OSCs, incentivando a confiança e maximizando o impacto social dos projetos aprovados.

Desafios na gestão de parcerias públicas

A submissão de projetos para parceria pública, por meio do Transferegov.br, exige a apresentação de projetos inovadores e relevantes e o cumprimento de critérios técnicos diversos. Os principais desafios enfrentados por essa submissão são:

- **Burocracia e processos complexos:** a complexidade do formulário e do sistema de inscrição bem como os requisitos detalhados a serem cumpridos muitas vezes desmotivam as OSCs de pequeno porte que não possuem equipes especializadas;
- **Adequação à governança pública:** o desconhecimento sobre os modelos próprios de governança pública, como o exigido pelo Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br), pode dificultar a aderência aos padrões de controle e prestação de contas; e
- **Capacitação limitada:** muitas OSCs possuem limitações de recursos humanos e financeiros para investir em capacitação técnica, o que prejudica a qualidade das propostas enviadas.

As OSCs têm potencial para se destacar a partir de boas práticas em governança e transparência. Destacam-se:

- **Fortalecimento do controle interno:** um conselho fiscal forte e independente no órgão confere credibilidade em quaisquer circunstâncias;

- **Transparência ativa:** relatórios financeiros ou de gestão divulgados em plataformas públicas e no site do órgão mostram transparência e comprometimento com o grupo de pressão;
- **Treinamento:** a formação de equipes técnicas faz jus aos pré-requisitos do Transferegov.br;
- **Ferramentas da empresa:** software de gestão de competência, deadline e gerenciamento de materiais são cobrados pelos financiadores.

A ONG Instituto Geração Inclusiva, por exemplo, teve uma prática bem-sucedida em que seu comitê de pressão passou a realizar rotinas de auditoria interna e a desenvolver um diálogo transparente com nossos membros públicos, constituindo um ambiente estruturado e cobrador do comportamento financeiro.

Impacto social das parcerias

Quando bem executadas, as parcerias entre órgãos públicos e Organizações da Sociedade Civil têm grande potencial para gerar impactos sociais significativos e resultados concretos. Ao promover a união de recursos, competências e práticas de gestão eficiente, essas parcerias podem transformar realidades e ampliar o alcance de políticas públicas. Entre os principais impactos observados, destacam-se:

- **Ampliação do acesso e da diversidade de atendimentos:** a integração entre ações sociais promove novas oportunidades de interação com públicos variados, fortalece vínculos comunitários e potencializa a capilaridade das iniciativas sociais, alcançando diferentes territórios e populações vulneráveis e
- **Efeito multiplicador e inspiração para outras OSCs:** o êxito de projetos pautados na transparência, eficiência e compromisso social serve como referência positiva para outras organizações. Isso estimula o aprimoramento de práticas internas e o alinhamento a padrões de governança exigidos pelo setor público.

Conclusão

A transparência e a confiança são pilares fundamentais para o desempenho nas parcerias entre as OSCs e o governo. Este artigo destaca que, embora tenha seus desafios, é possível superá-los construindo uma parceria forte, que pode mudar vidas. As OSCs são e serão agentes de mudança e todos os projetos governamentais são oportunidades de combater a desigualdade e promover a inclusão social.

Portanto, as OSCs precisam investir em ativos internos com equipamentos modernos de gestão, mais formações e pensar coletivamente. Isso se trata das boas práticas internas e boa relação, acima dos “muros do Executivo”. As OSCs precisam apresentar dados para os executores e mais relatórios claros, para que conquistem a confiança do financiador.

A capacidade de adaptar-se é crucial. Obviamente, a flexibilidade para inovações e mudanças é um ponto importante. As OSCs podem promover a

colaboração para atender mais áreas, usar tecnologias para alcançar áreas mais amplas e participar da discussão sobre políticas governamentais para, assim, a sociedade como um todo ser beneficiada.

Quando as OSCs estão bem estruturadas, elas se tornam uma ferramenta importante para a ação de políticas públicas e para o acesso a direitos básicos. Investir em governança e transparência ajuda a realizar mais e a se manter como promotor do bem-estar da sociedade. Conclui-se que o futuro das OSCs no Brasil exige esforços para enfrentar desafios e maximizar o impacto social. Com treinamento e novas formas de fazer as coisas, elas podem continuar a desempenhar um papel de promotor de mudança e de “fazer a diferença” para o alcance de um país mais equitativo e sustentável.

A Gestão de Projetos do Novo PAC

Financiados com Recursos Federais: Desafios e Oportunidades

Alyne Marques

Palavras-chaves: Novo PAC, gestão de projetos, saúde pública, infraestrutura, municípios, UBS, CAPS AD III, coordenação intersetorial

Este texto trata da experiência de Campinas na implementação de projetos do Novo PAC Seleções, com foco nos desafios e oportunidades na construção de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III).

A seleção do município neste programa do governo federal, em parceria com o Ministério da Saúde, representa um marco importante para a melhoria da infraestrutura no que diz respeito à saúde do município e demandou o envolvimento de diversas áreas técnicas das secretarias, aumentando a complexidade da gestão.

Dentre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de coordenar equipes multidisciplinares, de adaptar os projetos às especificidades locais e normas regionais e de garantir a qualidade das obras. Para superar essas dificuldades, a Prefeitura de Campinas desenvolveu um manual de orientação para as obras do PAC, estabelecendo fluxos de trabalho e responsabilidades claras, com o objetivo de agilizar os processos e garantir a correta aplicação dos recursos, proporcionando assim uma melhora significativa na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

A disponibilização dos projetos de referência pelo Ministério da Saúde vai agilizar o processo de execução das obras. No entanto, a complexidade técnica dos projetos e a necessidade de adequação às normas locais exigirão um esforço adicional das equipes técnicas da prefeitura.

O ganho a ser alcançado com essa nova infraestrutura será substancial, uma vez que temos unidades de saúde que proporcionam ambientes de trabalho otimizados, com uma abordagem estratégica para aprimorar a prestação de serviços do SUS, buscando um padrão de eficiência elevado para a implantação de políticas públicas.

Para garantir a sustentabilidade dos resultados a serem alcançados é de fundamental importância investir na capacitação dos profissionais envolvidos na gestão dos serviços de saúde, implementar um sistema de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços e promover a participação da comunidade na avaliação dos resultados.

Conclui-se que a participação de Campinas no Novo PAC Seleções está representando uma oportunidade única para fortalecer o sistema de saúde municipal. No entanto, é preciso continuar trabalhando para superar os desafios e garantir a sustentabilidade dos investimentos realizados.

Referências Bibliográficas

Guia para processamento de Emendas Impositivas Municipais de Campinas, disponível em: <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/133/2025/01/16-155936/Manual%20de%20Processamento%20das%20Emendas%20Impositivas.pdf>

Emenda Constitucional nº 86/15; Emenda Constitucional nº 126/22; Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil); Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de Maio de 2000 - LRF; Lei Orgânica do Município de Campinas; Emenda à Lei Orgânica nº 53, de 11 de novembro de 2021; Lei Complementar Municipal nº 101 de 19 de março de 2015; Lei Municipal nº 16.600, de 11 de julho de 2024 - LDO 2025; Decreto Municipal nº 18.740, de 19 de maio de 2015; Lei Municipal nº 16.681, de 27 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025; Manual do Terceiro Setor (2022) - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Manual de Repasses ao Terceiro Setor (2019) - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Boas Práticas para Captação de Recursos: Plataforma Transferegov.br como Instrumento para Desenvolvimento Econômico e Social

Angelo Prochmann

Introdução

Nos últimos anos as plataformas de dados tornaram-se essenciais na gestão e na análise de informações. No Brasil, suas implementações, desde a década de 1990, impulsionadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), proporcionam hoje insights estratégicos valiosos.

Este artigo relaciona algumas boas práticas no uso da plataforma Transferegov.br para captação de recursos, oferecendo um suporte abrangente na tomada de decisões para gestores públicos de estados, municípios e entidades sociais. Conclui-se que a ferramenta auxilia em um planejamento mais racional, visando investimentos em projetos que favoreçam o desenvolvimento econômico e social.

Do antigo Sistema de Convênios para a plataforma Transferegov.br

Desde 2007, estados, municípios e organizações não governamentais utilizam-se do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, o antigo Siconv, que se constituiu em um marco na transformação digital e simplificação dos processos de transferência de recursos da União. A plataforma modernizou-se, evoluindo para a Plataforma +Brasil e, atualmente, para o Transferegov.br, melhorando a transparência e desburocratização na gestão de convênios e instrumentos congêneres.

Considerado marco inicial, o antigo sistema Siconv passou por mudanças significativas ao longo dos anos ganhando força como instrumento de planejamento e controle, impactando imensamente na modernização e desburocratização do processo de transferência de recursos e facilitando todo o ciclo de gestão de convênios entre a União e os convenientes.

À época, o antigo sistema emergiu como uma resposta às necessidades de evolução tecnológica e simplificação dos processos em todas as etapas dos convênios, desde a proposta inicial até a prestação de contas final. A ferramenta abria um importante caminho em busca de mais transparência, permitindo a qualquer pessoa o livre acesso a informações sobre programas e sobre o progresso dos projetos. A plataforma também acelerou significativamente as etapas de formalização e execução dos contratos, contribuindo para uma gestão mais eficaz dos recursos públicos.

Além da evolução tecnológica da plataforma, um conjunto de medidas importantes do governo federal criou bases para sustentar e transformar o antigo

sistema no conjunto de ferramentas que é hoje. Uma delas foi a formação da Rede de Parcerias, com amplo engajamento de órgãos federais, integrada ainda por representantes de estados, municípios e entidades ligadas à execução das transferências voluntárias.

A Rede de Parcerias auxilia hoje na implementação de novas funcionalidades da plataforma e é fundamental para a multiplicação do conhecimento, por meio de trilhas de cursos e formação de especialistas na elaboração, captação e execução de transferências voluntárias em todo o país.

Outro avanço significativo envolveu o lançamento dos Painéis Gerenciais da plataforma, que disponibilizam informações abertas e de acesso livre relativas às parcerias da União. Tais painéis contêm dados detalhados sobre a modalidade da parceria, o valor contratado e liberado, bem como de indicadores e emendas parlamentares.

Além das emendas, os painéis disponibilizam informações gerenciais dos investimentos em infraestrutura (projetos, estudos e obras) executadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. É possível consultar: localização, valores, prazos, dados de licitações e contratos, entre outros.

Plataforma Transferegov.br como instrumento de desenvolvimento econômico e social

O processo de captação de recursos envolve pesquisas e estudos acerca das inúmeras possibilidades existentes. Nos últimos anos, a plataforma Transferegov.br vem servindo como uma poderosa ferramenta para auxiliar os convenentes na captação eficiente de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de compromisso. Saber usar e acessar corretamente a ferramenta abre possibilidades para impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Algumas boas práticas que podem ser citadas são:

- **Cadastramento correto do convenente:** garante um acesso organizado e em conformidade com as normas dos programas ofertados;
- **Identificação de oportunidades:** explorar cuidadosamente os programas abertos é fundamental. Gestores e técnicos devem, incessantemente, monitorar oportunidades e alinhá-las com os projetos locais dos convenentes;
- **Desenvolvimento de propostas e equipe dedicada:** é crucial apresentar propostas que demonstrem claramente seu impacto social e econômico. Possuir recursos humanos dedicados para preparar propostas robustas reforça a busca por recursos;
- **Adequação normativa e monitoramento contínuo:** as propostas devem atender aos critérios de cada programa, com objetivos mensuráveis. Já o monitoramento em tempo real, utilizando os recursos da plataforma, assegura detecção e resolução rápida de problemas.

A plataforma promove transparência com a geração de relatórios detalhados. Saber utilizar-se das ferramentas garante a prestação de contas clara e completa,

auxiliando em futuras captações pela construção de uma reputação de compliance e eficácia.

Conclusão

A plataforma Transferegov.br proporciona um caminho estruturado para que os convenientes atuem proativamente na identificação e captação de recursos. Ao sistematizar processos, oferecendo transparência e eficiência, a plataforma não apenas facilita o acesso a recursos, mas também solidifica práticas administrativas que apoiam o crescimento sustentável e o desenvolvimento social.

Ao capitalizar sobre essas oportunidades, os convenientes podem fortalecer sua infraestrutura, seus programas sociais e iniciativas econômicas, promovendo um ambiente mais dinâmico e próspero para seus cidadãos.

Referência bibliográfica

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Portal Transferegov.br. Brasília: MGI, jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

Dez Anos da Rede de Parcerias: Avanços, Impactos e Perspectiva

Antônio Flávio Costa

Resumo

A Rede de Parcerias de Transferências Discricionárias e Legais completa uma década como um marco na modernização da gestão pública no Brasil. Desde sua criação, iniciativas como o Transferegov.br, o Cadastro Integrado de Projeto de Infraestrutura (Obrasgov.br) e o Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br) consolidaram-se como pilares para a otimização e transparência das transferências de recursos públicos. Este artigo analisa os avanços alcançados, os impactos sociais resultantes e os desafios futuros para aprimorar ainda mais a eficiência e a governança do sistema.

Introdução

A gestão eficiente dos recursos públicos é essencial para garantir políticas públicas eficazes e sustentáveis. A criação da Rede de Parcerias representou um avanço na organização e transparência da destinação de verbas federais para estados, municípios e demais entidades. Neste artigo, discutiremos as principais conquistas da Rede, seu impacto na sociedade e os desafios a serem superados.

Avanços institucionais e tecnológicos

A Rede de Parcerias consolidou-se por meio da implementação de ferramentas inovadoras, tais como:

- **Transferegov.br:** Plataforma centralizada que sistematiza os processos de transferências, garantindo maior controle e eficiência administrativa.
- **Obrasgov.br:** Cadastro Integrado que permite o acompanhamento detalhado da execução de projetos de infraestrutura financiados por recursos federais.
- **Gestaopublicagov.br:** Modelo estruturado de governança e gestão pública que orienta boas práticas e fortalece a atuação dos gestores públicos.

Essas ferramentas viabilizaram a modernização dos processos administrativos, reduzindo a burocracia e aumentando a transparência.

Impacto social e melhoria na governança

A atuação da Rede de Parcerias trouxe impactos significativos para diversos setores:

- **Saúde:** Melhor alocação de recursos para programas essenciais, como a aquisição de equipamentos hospitalares e a ampliação de serviços médicos.
- **Educação:** Fortalecimento de programas voltados à infraestrutura escolar e à capacitação de profissionais da área.
- **Infraestrutura:** Maior eficiência na execução de obras públicas, promovendo o desenvolvimento regional sustentável.

A transparência na alocação de recursos também foi ampliada por meio da publicação de relatórios anuais e auditorias frequentes, como demonstrado no Relatório da Rede de Parcerias 2023.

Desafios e perspectivas futuras

Apesar dos avanços, a Rede de Parcerias ainda enfrenta desafios, tais, como:

- **Aprimoramento da fiscalização:** Ampliação dos mecanismos de controle para evitar falhas e irregularidades na aplicação dos recursos.
- **Capacitação contínua de gestores:** Necessidade de treinamentos regulares para que os gestores públicos possam utilizar as ferramentas digitais de maneira eficaz.
- **Expansão do uso de tecnologias:** Investimentos adicionais em inteligência artificial e análise de dados para otimizar a gestão e tomada de decisões.

O fortalecimento dessas áreas garantirá que a Rede continue evoluindo e aprimorando a eficiência da administração pública.

A Rede de Parcerias de Transferências Discricionárias e Legais tem sido fundamental para a modernização da gestão pública no Brasil. Seus avanços institucionais e tecnológicos possibilitaram uma maior eficiência na destinação dos recursos, promovendo impactos sociais significativos. No entanto, é essencial continuar investindo na fiscalização, capacitação de gestores e inovação tecnológica para consolidar ainda mais os progressos alcançados e enfrentar os desafios futuros.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Rede de Parcerias – Relatório Anual 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/rede-parcerias/relatorioanual>. Acesso em: 10/02/2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Cadastro Integrado de Projeto de Infraestrutura – Obrasgov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/obrasgov>. Acesso em: 10/02/2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/gestaopublicagov>. Acesso em: 10/02/2025.

O Protagonismo da Rede de Parcerias no Apoio à Estruturação de um Escritório de Projetos Municipalista: o Caso de Mafra/SC

Ariana Chagas Gerzson Knoll

Introdução

Quando a Diretoria de Captação de Recursos, Projetos e Convênios da cidade de Mafra/SC assumiu a responsabilidade junto ao Executivo municipal, em 2021, o cenário encontrado era o seguinte: inexistência de controle e sistematização de uso de verbas públicas advindas de convênios, emendas impositivas e transferências especiais da União. Além disso, observava-se, em convênios estabelecidos desde 2009, a inexistência de banco de dados de projetos para captação de recursos municipais e mais de 11 milhões de reais de prestação de contas em aberto com a União e o estado.

Ocorre que a equipe que assumiu possuía Planejamento Estratégico altamente articulado para a otimização desta área, crucial para o desenvolvimento econômico da cidade e melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

O primeiro passo, nos três meses iniciais, foi um diagnóstico do cenário, no qual identificamos as principais lacunas de inoperabilidade, seguido de estruturação de ações para adequar os processos.

Iniciamos um levantamento de todas as emendas impositivas do estado, com recursos parados em conta desde 2019, e todos os instrumentos que estavam em cláusula suspensiva no Transferegov.br perante a União, bem como as prestações de conta em aberto.

Em seis meses, o cenário já havia se alterado e, além de conseguir reorganizar o conceito de captação de recursos no município, a equipe já havia conseguido organizar propostas e gerar planos de trabalho para submissão, tanto para o estado quanto para a União, ainda no segundo semestre de 2021.

No mês de outubro daquele ano, recebemos um e-mail da Fecam - Federação de Consórcios, Associações de Municípios de Santa Catarina, com um convite para participar de uma reunião de colegiado dos gestores municipais de convênios de todo o estado.

Com o apoio dos profissionais da Fecam e da Rede de Parcerias que estavam na reunião, e a inclusão da Diretoria de Convênios no grupo de comunicação virtual dos gestores estaduais, a estruturação do Escritório de Projetos e Convênios da Prefeitura de Mafra/SC começou a acelerar.

O início da parceria e a reestruturação do trabalho

Ao entender a importância do apoio e da orientação da Rede, naquele mês de outubro de 2021, iniciou-se a organização de um processo inédito no município: a estruturação de um **Plantão de Captação de Recursos** no período do recesso de final do ano. Nossa equipe estabeleceu e divulgou aos parlamentares estaduais e federais, por meio do Gabinete do Executivo Municipal, que trabalharia em tempo integral no recesso de 2021/2022.

Desde lá, a prática de **Plantão de Captação** se faz presente anualmente com o seguinte histórico: no período de recesso entre 2021/2022, captamos R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais); em 2022/2023, R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais); em 2023/2024, R\$ 6.100.000,00 (seis milhões e cem mil reais) e 2024/2025 foram R\$ 9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil reais).

No período de plantão entre 2023 e 2024, captamos a maior verba de O.G.U. no histórico de Mafra com a União: uma proposta de saneamento integrado para um bairro de alto risco social em nosso município, no valor de investimento próximo a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), entre repasse e contrapartida.

Durante todo período de submissão da proposta e fechamento de contrato com a mandatária, tivemos o apoio efetivo da representante estadual da Rede em SC entre os dias 27/12 e 31/12 de 2023, em todos os horários que o município necessitou, inclusive fora do horário de trabalho convencional.

A transparência do processo na gestão dos recursos

Desde agosto de 2021, todas as ações desenvolvidas pelo Escritório de Projetos e Convênios do Município de Mafra encontram-se descritas e de acesso público em <https://mafra.sc.gov.br/pagina-48300/> (sítio virtual da Prefeitura de Mafra/SC), no qual procuramos atualizar mensalmente as tabelas de controle das verbas, com os devidos “status” de cada uma delas, tanto de origem federal quanto estadual.

Nossa organização hierárquica de equipe acontece no seguinte formato: Prefeito; Chefia de Gabinete, Secretaria de Governo; Secretários das pastas municipais, Diretoria de Projetos e Captação; Auxiliar Administrativo na base do Escritório; profissionais de áreas técnicas, como pontos focais na Contabilidade, Fazenda, Saúde, Educação, Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Licitação e, externamente, contamos com a assessoria constante da equipe contratada pela Amplanorte - Associação dos Municípios do Planalto Norte de SC. Em todos os momentos de dúvidas e dificuldades quanto a prazos, processos, encaminhamentos, contatos, contratos e legalidade, solicitamos apoio à Fecam e coordenação regional da Rede e somos sempre atendidos, jamais ficamos sem respostas.

As decisões de macrogestão, como aquisição de determinado tipo de objeto e possível investimento de obra, são orientadas de forma direta pelo Prefeito e o processo é gerenciado pelas equipes técnicas das Secretarias.

Resultados alcançados e aprendizagem obtida

Partimos, em 2021, da gestão de recursos da ordem de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), provenientes da União, e de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), provenientes do estado, para a gestão de recursos no patamar de R\$ 30.911.215,36 (União) e R\$ R\$ 27.179.523,26 (Governo do Estado), em 2025, o que leva o Escritório Municipalista de Projetos e Convênios do Município de Mafra/SC a gerenciar o fluxo total de verbas públicas da ordem de R\$ 58.090.738,62 (maio de 2025).

Estes são valores efetivos circulantes no município, porém nossas submissões de planos de trabalho chegaram, de 2021 até 2025, a um total de R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais), somando as submissões para estado e União.

Acreditamos que a estruturação destes resultados se deve a: iniciativa empreendedora do Executivo municipal; equipe com alta qualificação técnica no município orientada de forma direta pelo Chefe do Executivo; espírito municipalista; organização e sistematização de processos burocráticos e rotinas de trabalho; transparência na aplicação de verbas públicas; protagonismo e disponibilidade da equipe da Amplanorte, Fecam e da Rede de Parcerias.

A realidade transformada a partir do apoio da Rede

O apoio da Rede de Parcerias favorece a busca por novas fontes de receita para o município que não seja apenas advinda de geração de recursos próprios, por meio de impostos municipais, mas também as advindas de emendas parlamentares, transferências especiais e de assinaturas de convênios entre o estado e a União. Não se trata apenas de “captar” recursos por meio da submissão de projetos e planos de trabalho, mas se trata também de gerenciar todos os processos envolvidos neste histórico: efetivação de contratos, assinaturas de convênios, controle de repasses, fiscalização, encerramento de objetos e prestação de contas.

E como a vida acontece nas cidades, acreditamos ter trilhado um bom caminho em benefício de nossa população nos últimos quatro anos, além de nossa disposição por meio da organização. Desde o Planejamento Estratégico até o estabelecimento das parcerias necessárias, em um país com dimensões continentais como o nosso, conseguimos chegar ao resultado que vivenciamos atualmente: presenciar a renovação de uma cidade que, como a nossa, **“renasceu”**.

Rede de Parcerias e FINEP: Impulsionando a Inovação em Microrreatores Nucleares no Brasil

Arthur Reis Martins

Resumo

Este artigo destaca o papel fundamental da Rede de Parcerias e do financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o setor energético brasileiro, com foco em microrreatores nucleares (MRNs). A colaboração entre universidades, centros de pesquisa, empresas e órgãos governamentais é essencial para superar os desafios tecnológicos e regulatórios associados à energia nuclear e impulsionar a transição para uma matriz energética mais limpa e sustentável. O artigo também apresenta o projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do ABC (UFABC), que recebeu financiamento da FINEP e visa desenvolver um protótipo de microrreator nuclear (MRN) com potencial para futura produção comercial.

Palavras-chave: Microrreatores Nucleares, Energia Nuclear, Descarbonização, Energia Limpa, UFABC, Sustentabilidade, Inovação Tecnológica, Rede de Parcerias, FINEP.

Introdução

A busca por fontes de energia limpa, segura e confiável é um dos maiores desafios da atualidade. No Brasil, a crescente demanda por eletricidade e a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa impulsionam a busca por soluções inovadoras e sustentáveis. Nesse contexto, os microrreatores nucleares (MRNs) surgem como uma alternativa promissora, com potencial para revolucionar a geração de energia elétrica e contribuir para a descarbonização do setor.

O desenvolvimento de tecnologias nucleares, no entanto, exige investimentos significativos em pesquisa, desenvolvimento e infraestrutura. A colaboração entre diferentes atores, como universidades, centros de pesquisa, empresas e órgãos governamentais, é fundamental para superar os desafios tecnológicos, regulatórios e financeiros associados à energia nuclear. A Rede de Parcerias, nesse sentido, desempenha um papel crucial, promovendo a troca de conhecimentos, a cooperação em projetos de pesquisa e o desenvolvimento de soluções conjuntas.

A Rede de Parcerias e o financiamento da FINEP

A Rede de Parcerias, ao longo de sua existência, tem demonstrado o poder da colaboração para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras no Brasil. Ao conectar diferentes atores do setor energético, a Rede tem facilitado a troca de conhecimentos, a identificação de oportunidades de colaboração e a criação de sinergias entre projetos de pesquisa.

A FINEP, agência pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), desempenha um papel fundamental no financiamento da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no Brasil. A FINEP oferece diversas linhas de financiamento, incluindo subvenção econômica, crédito e recursos não reembolsáveis, para projetos em diversas áreas estratégicas, como energia, saúde, meio ambiente e tecnologia da informação.

O financiamento da FINEP é essencial para impulsionar projetos de pesquisa de alto risco tecnológico e com potencial de gerar impactos significativos para a sociedade. No caso dos MRNs, o apoio da FINEP é crucial para viabilizar o desenvolvimento de protótipos, a realização de testes e a validação da tecnologia em condições reais.

O projeto de microrreator nuclear da UFABC e o apoio da FINEP

A UFABC tem se destacado na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nucleares, com foco em aplicações inovadoras e sustentáveis. Um dos projetos em andamento, liderado pelo Professor Doutor João Manoel Losada Moreira, visa desenvolver um protótipo de MRN com potencial para futura produção comercial.

O projeto da UFABC recebeu financiamento da FINEP, o que demonstra o reconhecimento da importância da pesquisa e do potencial da tecnologia de MRNs para o Brasil. O apoio da FINEP tem sido fundamental para a aquisição de equipamentos, a contratação de pesquisadores e a realização de testes experimentais.

O projeto busca desenvolver um reator de pequeno porte, modular e com características de segurança intrínseca, que possa ser utilizado para geração de energia elétrica em áreas remotas, em sistemas de energia distribuída ou em aplicações industriais. O reator utilizará combustível nuclear de urânio enriquecido a baixo teor e contará com sistemas de segurança passiva.

Conclusão

A Rede de Parcerias e o financiamento da FINEP são elementos-chave para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras no Brasil, como os MRNs. A colaboração entre universidades, centros de pesquisa, empresas e órgãos governamentais é fundamental para superar os desafios tecnológicos e regulatórios associados à energia nuclear e para impulsionar a transição para uma matriz energética mais limpa e sustentável. O projeto da UFABC, apoiado pela FINEP, é um exemplo do potencial da pesquisa brasileira para gerar soluções inovadoras e contribuir para o desenvolvimento do país.

Custo da Política Pública Utilizando Transferegov.br

Bruno Tiburcio Pereira da Silva

Este artigo tem como objetivo a apuração de custo das políticas públicas apoiadas pelo governo federal utilizando as informações disponíveis no Transferegov.br. Para este artigo será apresentada aplicação de método para apuração do custo médio unitário do metro quadrado (m²) de pavimentação.

A plena utilização de informações valiosas disponíveis no Transferegov.br contribui de forma significativa para continuação da modernização do Estado brasileiro, pois um modelo de gestão moderna precisa de dados para melhoria na tomada de decisão e conhecimento dos custos e benefícios de uma determinada intervenção estatal. A apuração de custo está aderente ao objetivo do Sistema de Custos do Governo Federal (Portaria nº 157/2011/STN), que busca evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal. Ou seja, quanto custa a entrega do bem e/ou serviço por intermédio dos programas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamental Anual (LOA); e quanto custa manter os órgãos públicos para realizar suas entregas destes bens e/ou serviços.

Antes de 2020, era muito difícil a avaliação do custo unitário dos projetos utilizando o Transferegov.br, por diversos por fatores, como: (a) não padronização das metas físicas; (b) não padronização das unidades de medida dessas metas; e principalmente (c) preenchimento incorreto das informações no sistema. Todavia, em meados de 2020, foi disponibilizado o novo Módulo de Obras no Tranferegov.br. Este novo módulo conseguiu promover grande melhoria na qualidade dos dados dos projetos apoiados e permitiu uma apuração do custo unitário dos objetos contratados nos programas de governo. O objetivo deste artigo foi avaliar o custo unitário do m² de pavimentação.

Segue fórmula de cálculo que faz a razão entre o custo do projeto (em R\$) e o quantitativo de metafísica (em m²):

$\text{custo unitário} = \frac{\text{Custo total do bem/serviço (R\$)}}{\text{Qtd de bem/serviço entregue (m2)}}$

São cinco passos para apuração de custo unitário:

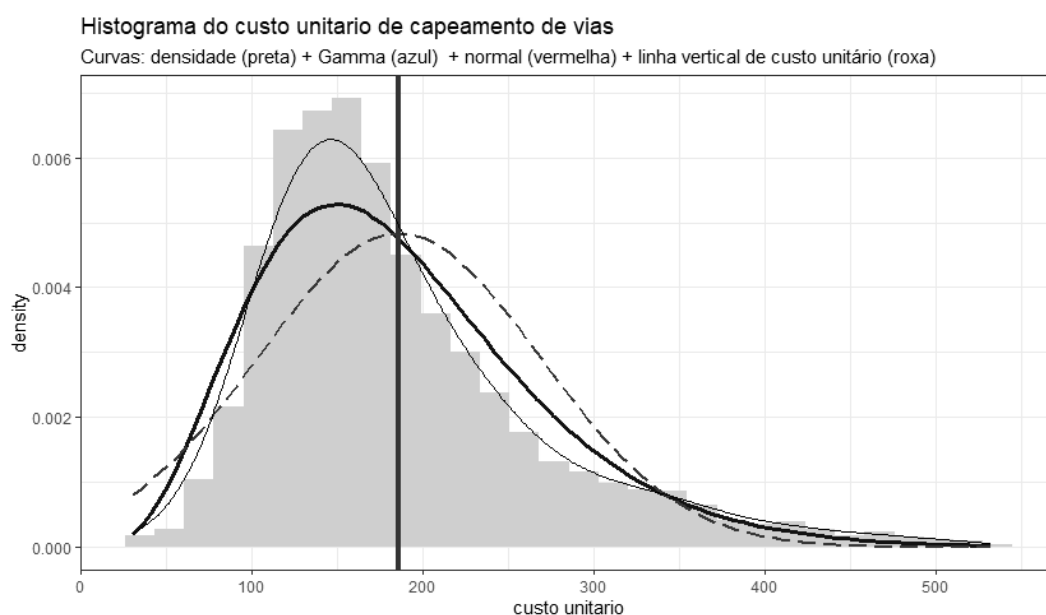
1. Criação da base de dados (contratos do Ministério das Cidades, 2020 a 2024, com item de investimento igual a “pavimentação”);
2. Identificação dos valores espúrios e seu tratamento;
3. Avaliação descritiva do custo unitário;

4. Avaliação da distribuição de probabilidade que melhor modela os dados: distribuição normal (paramétrico) ou distribuição Gamma (não paramétrica);
5. Apuração do custo unitário utilizando curva de distribuição mais ajustada.

Custo do m² de pavimentação

Os dados do Transferegov.br demonstraram-se adequados para apuração do custo unitário do m² de pavimentação. Os custos unitários apresentaram distribuição de probabilidades assimétrica, com comportamento mais próximo de uma curva de distribuição *Gamma* do que de uma curva de distribuição Normal.

Foram analisados 4.855 contratos e, após o tratamento dos dados para expurgar os dados espúrios (discrepantes), o valor médio foi apurado utilizando 3.601 contratos. O valor médio da pavimentação dos contratos assinados entre 2021 e 2024 (4 anos) foi de R\$ 186,16/m².



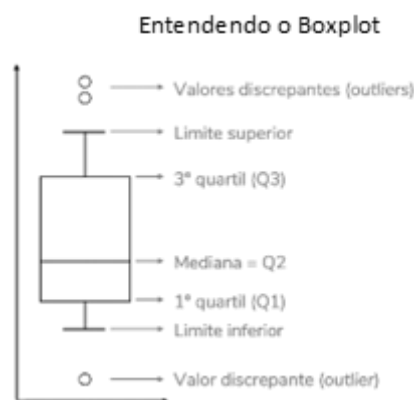
Segue abaixo o custo unitário médio da pavimentação segmentado por ano e análise para verificar se a variação do custo pode ser explicada pela variação de preços dos insumos da construção civil. Para isso, foi realizado o deflacionamento pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI) da FGV.

Tabela – Custo Unitário Médio (R\$/m²) de pavimentação de vias no Min. Cidades (2021/24 | 4 anos)

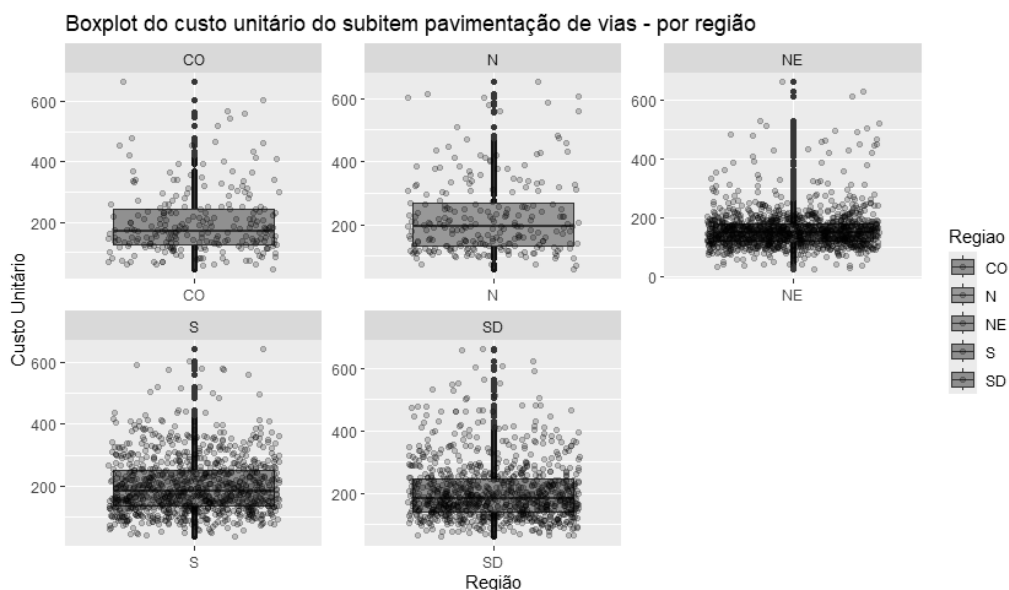
ANO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO ATUALIZADO PELO INCC
2021	R\$ 181,51/m ²	
2022	R\$ 200,29/m ²	R\$ 198,35/m ² (INCC 2022)
2023	R\$ 191,07/m ²	R\$ 205,27/m ² (INCC 2023)
2024	R\$ 193,10/m ²	R\$ 218,70/m ² (INCC 2024)
VARIAÇÃO	R\$ 11,59/m ² (6,4%)	R\$ 37,19/m ² ou (20,5%)

Ao comparar a variação do custo unitário ao longo dos anos com a variação dos preços da construção civil, constata-se que o aumento do custo unitário médio ficou abaixo da inflação para o período.

Custo da pavimentação (por região)



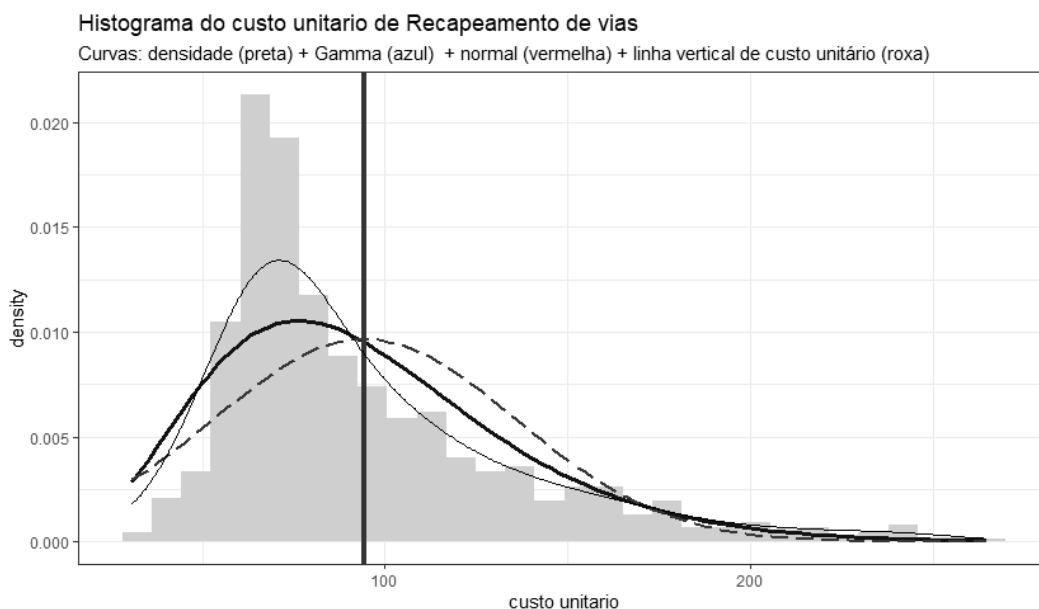
Em seguida, foi analisado se há mudança significativa do custo unitário entre as regiões e seu padrão. Seguem os gráficos de *boxplot* com o custo médio da pavimentação, segmentado por região, no qual é possível ver a mediana e o nível de dispersão dos dados.



A partir da análise dos gráficos acima, pode-se inferir que: (a) a região norte tem um custo e uma dispersão um pouco maior do que das outras regiões, o que empiricamente é esperado, dadas as características geográficas dessa região; (b) o custo unitário na região nordeste se mostrou mais concentrado em torno da mediana e dos limites inferiores (1º quartil) e superiores (3º quartil) e menor custo unitário.

Custo unitário do m² de recapeamento asfáltico

Por fim, foi analisado o custo de pavimentação do tipo recapeamento, que é uma solução para tratamento de desníveis na rua, buracos ou outros danos causados no asfalto já existente. A expectativa é que o custo deste tipo de pavimentação fosse menor. Ao realizar a apuração, a hipótese se confirmou, uma vez que o custo médio dos contratos assinados para execução de recapeamento de vias foi de R\$ 94,34 o m². Segue gráfico que demonstra as curvas de distribuição e o custo unitário deste tipo de pavimentação.



Conclusão

Desde a sua criação, o antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) até o atual Transferegov.br têm sido implementadas, ano após ano, melhorias contínuas no sistema. Isso permite que se fortaleça a gestão dos recursos públicos e que a administração analise – cada vez com mais precisão – a qualidade do gasto público. Quanto mais instrumentos e recurso público forem geridos utilizando sistemas estruturantes, melhor será para o país e para a sociedade.

¹ <https://extra-ibre.fgv.br/IBRE/sitefgvdados/default.aspx>. Índice utilizado INCC-DI. A única diferença entre o INCC-M e o INCC-DI é o período de coleta. O INCC-DI tem período de coleta entre o 1º e o último dia do mês de referência. Já o INCC-M tem como período de coleta os preços entre os dias 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência.

A Rede de Parcerias na Perspectiva dos Validadores do Modelo de Governança e Gestão Pública

Carlos Ricardo Ferreira de Castilho
Ighor Frauches

A implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br) representa um avanço significativo na administração pública brasileira, promovendo padrões de excelência, transparência e eficiência na gestão dos órgãos e entidades que aderiram ao modelo. Nesse contexto, a Rede de Parcerias, ao longo de seus dez anos de existência, consolidou-se como um espaço fundamental para o aprimoramento das transferências e parcerias da União, permitindo o intercâmbio de boas práticas e fortalecendo a governança colaborativa entre os diversos entes federativos.

Um dos elementos-chave nesse processo é o papel do Validador Externo, que assegura a conformidade na aplicação do Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão (IMGG), promovendo o alinhamento às diretrizes estabelecidas e fomentando a melhoria contínua. A Rede de Parcerias, sob a ótica do Validador Externo, evidencia a relevância da implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública.

A partir da experiência que se pode adquirir como palestrante no Fórum Nacional das Transferências da União, bem como as contribuições diretas no processo de validação, é possível reconhecer que o modelo é disseminado em nível nacional e a sua aplicabilidade gera impactos positivos para a administração pública e para a sociedade.

A Rede de Parcerias e sua importância para a governança colaborativa

A Rede de Parcerias é uma das maiores inovações participativas da gestão pública brasileira, pois promove a cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais. Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (2023), a Rede de Parcerias é um mecanismo de governança colaborativa, que visa “fortalecer a gestão das transferências e parcerias da União, por meio da troca de experiências, da disseminação de conhecimento e da adoção de modelos de excelência em governança pública”.

A cooperação interinstitucional é um dos pilares dessa iniciativa. Para Ansell e Gash (2007) a governança colaborativa compreende uma estrutura governamental onde uma ou mais entidades públicas se engajam diretamente como parceiros nos processos de tomada de decisão formalizada, de maneira orientada, visando à implementação de políticas públicas ou programas públicos gerenciais. No contexto da gestão das transferências voluntárias da União, essa sinergia tem sido fundamental para o aprimoramento dos processos de prestação de contas, monitoramento e avaliação dos recursos repassados a estados e municípios.

Outro aspecto relevante da Rede de Parcerias é seu papel na qualificação da gestão pública. Segundo Silva et al. (2020), a capacitação do servidor é essencial para o alcance dos objetivos organizacionais, possibilitando a prestação de um serviço de qualidade para a sociedade. Dessa maneira, considera-se a Rede de Parcerias um canal fundamental e estratégico para a difusão de conhecimento técnico e das boas práticas de governança. Essa perspectiva se materializa, por exemplo, por meio de eventos como o Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União, que reúne especialistas e agentes públicos para debater os desafios e as inovações nas diversas áreas de atuação do governo.

O papel do validador externo na certificação do nível de maturidade da gestão pública

Segundo Ramalho (2012) a validação externa deve ser realizada por pessoas afastadas do campo em estudo, contudo precisam ser possuidoras de afinidade e conhecimento da metodologia empregada. De igual maneira, a figura do Validador Externo tem um papel estratégico no processo de auditoria e certificação da governança pública, pois garante que os critérios sejam aplicados de forma objetiva e padronizada. O Guia de Validação Externa (2024) destaca que os validadores devem cumprir uma série de requisitos, exemplificados como:

- Ter capacitação específica e certificação na metodologia do Gestaopublicagov.br;
- Atuar com imparcialidade e sigilo, garantindo que não haja conflitos de interesse na avaliação das organizações; e
- Analisar as evidências documentais que comprovam o cumprimento dos requisitos de governança e gestão.

O processo de certificação conduzido pelos Validadores Externos do Modelo de Governança e Gestão Pública assegura uma maior credibilidade aos processos gerenciais que são apresentados pelas organizações públicas, reduzindo riscos de distorções e promovendo a melhoria contínua das práticas de gestão. Também possibilita a identificação de boas práticas, que podem ser replicadas em outros órgãos, contribuindo para a elevação dos padrões de governança no setor público.

A validação externa é um dos mecanismos essenciais para garantir a confiabilidade do Gestaopublicagov.br. Conforme estabelecido pelo Guia de Validação Externa (2024), os Validadores Externos são responsáveis por avaliar a conformidade da aplicação do IMGG, verificando se as organizações públicas atendem aos requisitos exigidos para a certificação do nível de maturidade.

Os requisitos supracitados tornam a missão do Validador Externo uma peça essencial para garantir a excelência e a credibilidade dos processos que norteiam a qualidade do serviço público, fatores que os tornam verdadeiros pilares na dedicação ao desenvolvimento da gestão pública e na transparência que constroem uma nação mais segura, ética e eficiente.

Referências Bibliográficas

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice, *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, p. 543–571, 2007

MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Guia de Validação Externa. Brasília: MGI, 2024.

RAMALHO, Dalila. Conceitos e procedimentos de validação da pesquisa qualitativa e sua utilização na pesquisa de mercado. 2012. 53 p. Monografia (Pós-Graduação em Pesquisa de Mercado Aplicada em Comunicações). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Antônio Raimundo Amorim da. SANTOS, Ester Amaral Cunha. MEDEIROS, Elis Regina Bezerra de. A capacitação dos servidores na Administração Pública Federal. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 02, Vol. 03, pp. 31-38. Fevereiro de 2020. ISSN: 2448-0959.

Rede de Parcerias: Apoio Técnico e Solidariedade

Carmen Nunes
Fernando Boklis

Era início de 2020, a pandemia do Covid-19 alarmava o mundo, e o trabalho remoto passou de uma ideia para uma realidade repentina. Em meio a esse contexto, houve também uma reestruturação administrativa na Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Rio Grande do Sul, que unificou três temas – captação e monitoramento de recursos da União, cooperação técnica internacional e operações de crédito – e suas respectivas equipes no Departamento de Captação de Recursos (DECAP). Foi um início difícil, mas com equipes muito dedicadas, conseguimos estabelecer bons processos de trabalho.

Para isso, no que se refere aos recursos da União, a Rede de Parcerias – Elo Estados tornou-se uma dimensão muito importante na nova estrutura, sendo uma referência preciosa na troca de informações, esclarecimento de dúvidas e, principalmente, uma rede de apoio mútuo entre os participantes. Naquele momento em que a pandemia exigia afastamento físico das pessoas, sentiu-se, na verdade, uma aproximação com servidores públicos de todo o Brasil. Isso não tem preço!

A troca de experiências e a solução de dúvidas, seja no grupo de Whatsapp, nas reuniões virtuais ou nos fóruns nacionais e regionais, trazem um crescimento coletivo e até uma competição bem saudável a partir dos rankings do Índice de Desempenho na Gestão das Transferências Discricionárias e Legais da União (IDTRU-DL) – Recebedores

Sobre esses índices, lá por 2021, fizemos um diagnóstico de quais eram nossas dificuldades, pois não pontuávamos bem. Entendemos que, na parte de captação de recursos, toda a etapa preparatória conseguia bons resultados, mas, depois, na hora da execução, tínhamos muitos aditivos de prazo. Hoje estamos melhor: saltamos das últimas posições no ranking para a 10ª. Ainda há muito por fazer e contar com as avaliações das diversas dimensões do IDTRU-DL nos ajuda a encontrar meios para seguir melhorando.

Um dos esforços que temos feito nesse sentido é apoiar os órgãos e as entidades estaduais na preparação de propostas mais qualificadas para captar recursos da União, entendendo que um plano de trabalho bem planejado é essencial para entregar políticas públicas com maior celeridade e qualidade para a população.

Em 2022, no Fórum Nacional de Transferências Voluntárias da União, colegas do DECAP apresentaram a estratégia e os processos do Departamento com base nos pilares de capacitação, assistência técnica e análise de viabilidade de propostas para captação de recursos. A Rede de Parcerias é peça fundamental nessa estratégia, principalmente na parte de capacitação, oferecendo trilhas que contribuem para o desenvolvimento das capacidades dos técnicos estaduais para uma melhor atuação na captação e na aplicação de recursos federais.

De forma resumida, quando há a decisão de algum órgão estadual de captar recurso de transferências discricionárias da União, as propostas são submetidas formalmente à SPGG para aprovação por meio do DECAP. O Departamento estabeleceu um formulário padrão de análise que contempla todos os itens exigidos na Transferegov.br e busca verificar a conformidade e a viabilidade das propostas.

Quando os instrumentos são celebrados, o DECAP inicia a etapa de monitoramento da execução. O objetivo desse acompanhamento é promover, com eficácia, a entrega das políticas públicas pactuadas entre Estado e União, por meio da plena execução dos recursos disponíveis nos instrumentos de repasse firmados. Para isso, foi estruturado o ciclo de Acompanhamento Setorial dos Instrumentos de Repasse Federal (ASIRFE), envolvendo os gerentes de projeto nos órgãos e servidores do DECAP em reuniões periódicas.

A Rede de Parcerias também é essencial para esse apoio, pois é por meio dela que muitas vezes conseguimos resolver dúvidas com relação a aspectos normativos ou técnicos relacionados aos instrumentos em execução. E esse apoio da Rede se dá tanto entre os representantes do Elo Estados, como, também, dos servidores da Diretoria de Transferências e Parcerias (DTPAR), os quais prontamente atendem e, se não souberem as respostas, sempre vão atrás de quem sabe, inclusive participando de reuniões com representantes de Ministérios concedentes para deixar mais claras as possibilidades de solução.

Futuramente, esperamos seguir avançando na melhoria da gestão e do desempenho dos instrumentos firmados com a União, envolvendo colegas de todos os órgãos e entidades executoras nesse esforço.

Por fim, no caso do Rio Grande do Sul, não se pode deixar de citar e agradecer o apoio da Rede de Parcerias durante as calamidades climáticas que enfrentamos em 2023 e 2024. Além de todo o apoio disponibilizado pela União e por diversos Estados e Municípios à nossa população, também recebemos o carinho dos membros da Rede. No âmbito legal, prontamente o DTPAR nos apoiou com a elaboração de norma que expandiu prazos para a execução de instrumentos de repasse nos Municípios atingidos, permitindo que os executores não perdessem recursos tão valiosos para retomar a normalidade em suas comunidades. A Rede de Parcerias é parceira de verdade!

As calamidades também impediram que realizássemos o nosso 1º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias no RS. Mas, em 2025, vamos fazer! Esperamos retribuir aqui todo o carinho que recebemos dos membros da Rede de Parcerias durante esses dois últimos anos tão difíceis.

Rede de Parcerias e a Administração Pública e suas Mutações

David Cruz

Ultimamente, o Brasil tem passado por uma grande e significativa transformação na administração pública. E um dos principais motivos dessa mudança é a atuação na Rede de Parcerias, uma série de iniciativas e plataformas que proporcionam uma maior transparência, eficiência e efetividade das transferências e parcerias da União. Nessa grande gama de iniciativas estruturantes, destacam-se o Transferegov.br, o Cadastro Integrado de Projeto de Infraestrutura (Obrasgov.br) e o Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br).

A Importância da Rede de Parcerias

A Rede de Parcerias demonstra que realmente a união faz a força. Ela foi criada com o intuito principal de unir esforços entre diferentes níveis de governo e organizações, para otimizar recursos e alcançar melhores resultados. Ela representa uma abordagem coesa e colaborativa, em que a União, estados, municípios e parceiros privados podem trabalhar de forma mais eficaz. Dessa forma, um município ajuda o outro, um estado ajuda o outro, a problemática de um pode ser a do outro, e de forma transparente, com o intuito de que os recursos cheguem à população de forma eficaz e transparente.

A gestão pública no Brasil vive em constante mudança, são diversas alterações nas legislações, portarias, decretos, e, com isso, vem uma enxurrada de questionamentos, dúvidas. A Rede de Parcerias vem agregando muito às gestões. Durante o ano, a Rede realiza diversas capacitações, com técnicos de diversas áreas, em momentos de tira-dúvidas, em que já ajudaram muitos técnicos no Brasil inteiro.

Transferegov.br: Gestão e Eficiência nas Transferências

Transferegov.br é uma plataforma que busca simplificar, centralizando e tornando mais transparente o processo de transferências de recursos e parcerias da União. Antes de sua implementação, era comum que os processos fossem separados e difíceis de acompanhar. Com o Transferegov.br, todas as informações sobre transferências e parcerias estão disponíveis em um único local, acessível a todos os interessados, tanto aos técnicos e gestores quanto à população.

Para os órgãos de controle e fiscalização, o Transferegov.br veio também como uma ferramenta útil, porque tudo que eles necessitarem de informações sobre as transferências de recursos estará lá, gerando, assim, um banco de dados robusto e acessível, onde se encontram documentos e dados de qualquer gestão brasileira, de forma fácil e rápida.

Essa centralização das informações não apenas aumenta a transparência, mas também melhora a eficiência na gestão dos recursos públicos. Os gestores podem acompanhar de perto o andamento das transferências, identificar possíveis gargalos e tomar decisões mais embasadas. Para a sociedade, isso representa um ganho em termos de acesso à informação e controle social.

Obrasgov.br: Unificando Projetos de Infraestrutura

Outro componente crucial da Rede de Parcerias é o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento em Infraestrutura, conhecido como Obrasgov.br. Essa plataforma permite que projetos de infraestrutura sejam registrados, acompanhados e geridos de forma integrada. O Obrasgov.br facilita a vida de gestores públicos e parceiros privados, proporcionando uma visão clara e atualizada do progresso de cada obra.

A integração dos projetos de infraestrutura em uma única plataforma permite uma melhor coordenação entre os diferentes atores envolvidos. Isso reduz a possibilidade de duplicação de esforços e garante que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível. Além disso, o Obrasgov.br contribui para a transparência, permitindo que a sociedade acompanhe o progresso das obras e cobre resultados.

Gestaopublicagov.br: Chegando à Governança e Gestão Pública

O Modelo de Governança e Gestão Pública, ou Gestaopublicagov.br, é outro pilar fundamental da Rede de Parcerias. Ele traz diretrizes e ferramentas para aprimorar a governança e a gestão em todos os níveis da administração pública. O foco é garantir que os recursos públicos sejam geridos de maneira eficiente, transparente e responsável.

O Gestaopublicagov.br promove a adoção de melhores práticas de governança, incentivando a cultura de resultados e a responsabilidade na gestão pública. Isso inclui a definição de metas claras, o monitoramento contínuo do desempenho e a prestação de contas à sociedade. O objetivo é criar um ambiente onde a eficiência e a transparência sejam a norma, contribuindo para a construção de uma administração pública mais robusta e confiável.

Impactos e Benefícios

A implementação da Rede de Parcerias e de seus componentes estruturantes devem ter sido um grande desafio, mas esse desafio trouxe diversos benefícios: os componentes do Transferegov.br, o Obrasgov.br e o Gestaopublicagov.br têm sido de fundamental importância para a administração pública brasileira. Entre os principais impactos, podemos destacar:

- **Transparência:** A centralização das informações e a facilidade de acesso garantem que a sociedade possa acompanhar de perto a gestão dos recursos públicos.

- **Eficiência:** A integração das plataformas e a melhoria dos processos permitem uma utilização mais eficiente dos recursos, reduzindo desperdícios e otimizando resultados.
- **Colaboração:** A Rede de Parcerias promove a colaboração entre diferentes níveis de governo, organizações e a sociedade civil, criando um ambiente mais integrado e cooperativo.
- **Controle Social:** O acesso facilitado às informações fortalece o controle social, permitindo que a sociedade participe mais ativamente na fiscalização e no acompanhamento das ações públicas.

Desafios do presente e perspectivas para o futuro

Apesar dos avanços significativos, a implementação da Rede de Parcerias e de suas plataformas estruturantes ainda enfrenta desafios. Entre eles, podemos citar a necessidade de capacitação contínua dos gestores públicos, a adaptação às novas tecnologias e a resistência cultural a mudanças.

Outra dificuldade é que muitas gestões ainda não têm um setor que gerencie as demandas das transferências de recursos, sendo que muitos técnicos acumulam outras funções e não conseguem se concentrar no papel de gestor ou gerente de convênios ou contratos de repasse. Assim, em certos momentos, a Rede não consegue ajudar as gestões por não haver servidores com a função de organizar a demanda das transferências. Já foi visto em diversas reuniões do tipo tira-dúvidas, marcadas pela Rede de Parcerias, ou em fóruns, que os técnicos não participam por estarem abarrotados de demandas de outros setores e secretarias, podendo, assim, ocorrer um colapso na gestão das transferências de recursos.

No entanto, os aspectos futuros são promissores. Com o fortalecimento das iniciativas de transparência, eficiência e governança, espera-se que a administração pública brasileira continue a evoluir, proporcionando melhores serviços e resultados para a população.

Conclusão

A Rede de Parcerias e seus componentes estruturantes, como o Transferegov.br, o Obrasgov.br e o Gestaopublicagov.br, representam uma transformação significativa na administração pública brasileira. Ao promover a transparência, a eficiência e a colaboração, essas iniciativas têm o potencial de criar um ambiente mais robusto e confiável para a gestão dos recursos públicos. Algo que precisa muito se pensar na gestão pública no Brasil é nos técnicos que gerenciam as diversas transferências de recursos existentes no Brasil, porque, se a gestão não atender a todos os requisitos impostos nas diversas legislações e portarias, o recurso não chega à população. Quem gerencia esses recursos deve estar muito bem preparado, e a Rede cumpre seu papel com as capacitações em forma de tira-dúvidas, com os canais de contato e fóruns em diversos estados do país. Com isso, a sociedade se beneficia de serviços públicos de melhor qualidade e de uma administração mais responsável e transparente com a sociedade.

Do Siconv ao Transferegov.br: Um caminho sem volta

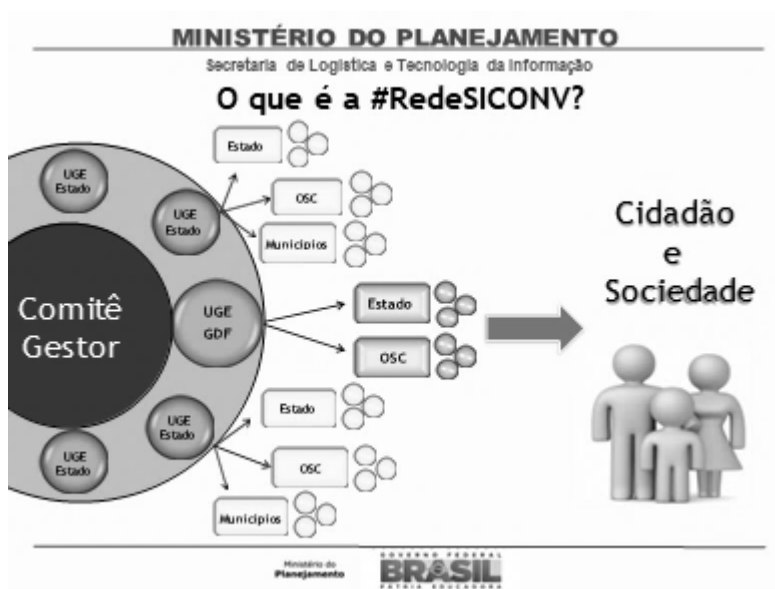
Edercio Marques Bento

A Rede de Parcerias e Transferências da União, ao completar 10 anos, é a evidência contundente das palavras do sábio Salomão: “É melhor serem dois do que um, porque duas pessoas trabalhando juntas podem ganhar muito mais”.

Diante de grandes desafios normativos e de um sistema em constante evolução, os gestores do Siconv, no ano de 2014, decidiram iniciar a Rede Siconv. De forma embrionária, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, de um lado assina o Governo do Distrito Federal e, do outro, o Governo Federal, representado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assim, dão início à caminhada profícua da Rede de Parcerias.

As primeiras apresentações aos gestores para o convencimento à adesão à nova realidade das transferências voluntárias, deixavam claro que a inovação e o ineditismo da Rede Siconv, alinhados à coragem e à vontade de mudança dos integrantes da SLTI, seriam fundamentais para dar início à jornada de sucesso que a Rede de Parcerias vive atualmente. A figura 1 é parte da primeira apresentação utilizada pela equipe da SLTI nas reuniões de sensibilização para adesão à Rede Siconv.

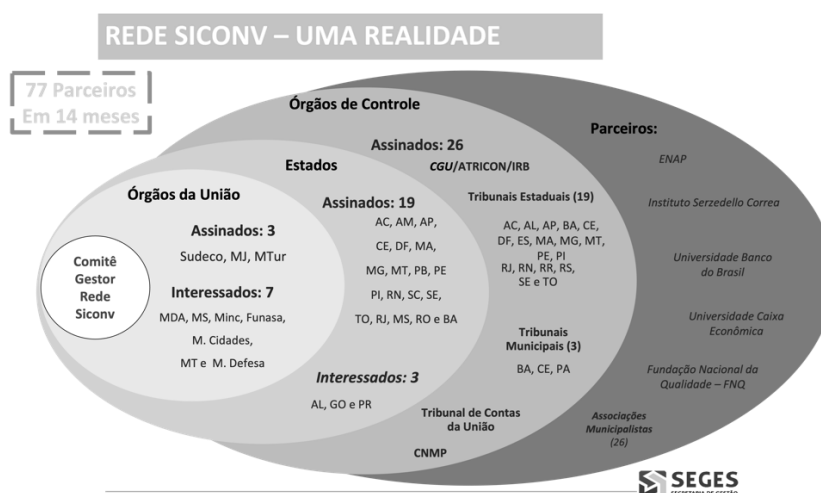
Figura 1. Proposta inicial da estrutura da Rede de Parcerias



Fonte: Apresentação da equipe do Departamento de Transferências Voluntárias (2014).

Quatorze meses depois, a realidade da Rede Siconv dava sinais de que a equipe estava no caminho certo. Órgãos da União, estados, órgãos de controle e parceiros aderem à rede de colaboração para otimizar esforços, economizar recursos e dar transparência aos recursos transferidos.

Figura 2: Estrutura da Rede de Parcerias



Fonte: Apresentação da equipe do Departamento de Transferências Voluntárias (2018)

Com o passar dos anos, a Rede Siconv tornou-se um espaço democrático de escuta e compartilhamento de experiências. Prezando pela transparência na transferência de recursos, em 2018 surgiu a Plataforma +Brasil para aglutinar outros tipos de transferências discricionárias. Os convênios, com seu sistema Siconv, comporiam um módulo dos muitos que a plataforma se propunha a possuir.

A Rede cresceu muito mais do que os gestores responsáveis e seus participantes poderiam imaginar, impulsionada pela colaboração de muitas mãos trabalhando juntas, surge o Transferegov.br, a maior plataforma de transferência do governo federal.

Agora, a Rede de Parcerias, com todos os seus participantes, multiplicadores, pontos focais e uma comunicação direta e fluída, com seus mais de 30 Fóruns Regionais de Fortalecimento, consolida-se como a maior rede colaborativa de governança das transferências de recursos.

Desde sua criação, a Rede tem como objetivo melhorar a eficiência, com ênfase na transparência e efetividade das políticas públicas executadas por meio de transferências voluntárias, promovendo maior impacto social e menos desperdício de recursos.

Com o avanço da Rede de Parcerias ao longo de 10 anos, é notório destacar as aplicações práticas nas transferências de recursos como:

- Padronização de procedimentos;
- Definição de regras, fluxos e boas práticas para os instrumentos geridos na plataforma Transferegov.br;
- Redução de burocracia, gerando segurança jurídica;
- Apoio à gestão local;
- Disponibilização para estados e municípios de orientações técnicas sobre a execução dos instrumentos;
- Fortalecimento da capacidade técnica local para captação, execução e prestação de contas;
- Capacitação e compartilhamento de informações;
- Oferta de cursos, treinamentos e suporte técnico a gestores públicos e colaboradores das OSC's;
- Promoção da melhoria da governança nos projetos públicos;
- Interoperabilidade de sistemas;
- Integração de sistemas estruturantes, permitindo maior controle, rastreabilidade e transparência na utilização dos recursos.

É mister destacar a influência da Rede de Parcerias na evolução normativa, quando comparamos as Portaria Interministerial 424, de 30 de dezembro de 2016, e a atual Portaria Conjunta 33, de 30 de agosto de 2023. Entre as evoluções percebidas, podemos destacar os valores mínimos de celebração dos instrumentos de R\$ 100.000,00 (cem mil) para R\$ 200.000,00 (duzentos mil) nas despesas de bens e serviços e 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil) para obras e serviços de engenharia.

Outra mudança significativa observada na Portaria Conjunta 33, alterada pela Portaria Conjunta 29, de 22 de maio de 2024, foi a mudança do conceito de análise para verificação das peças documentais nas fases de celebração e execução dos instrumentos. Essa mudança significativa é reflexo das participações contundentes dos membros da Rede de Parcerias.

Também vale destacar a ampliação nas ferramentas de transparência e gestão, como os aplicativos e os painéis gerenciais, considerando a quantidade de vezes em que a Portaria Conjunta 33 incentiva a utilização do aplicativo para a fiscalização e acompanhamento da execução dos instrumentos.

A Rede de Parcerias é uma realidade que, ao completar seus 10 anos, deixa um legado de muita entrega e transformação nas transferências de recursos. Para os próximos 10 anos, a Rede de Parcerias tem como desafio a evolução na capacidade técnica dos proponentes e a desburocratização dos processos para diminuir o volume de recursos disponibilizados nas contas dos instrumentos celebrados. Para que isso seja possível, é necessário ampliar os investimentos na melhoria dos módulos do Transferegov.br e na realização dos Fóruns de fortalecimento da Rede.

Conectando Elos: O Papel da Rede de Parcerias em Alagoas

Eduardo Ferreira
Francisco Batinga

Cenário Histórico de Convênios em Alagoas

As transferências de recursos da União têm sido uma relevante fonte de recursos para os entes federativos. Por meio dessas, estados e municípios podem acessar recursos previstos no orçamento da União para implementar obras e projetos de grande impacto.

Historicamente, Alagoas enfrentou desafios expressivos na captação e gestão desses recursos. De acordo com dados acumulados entre 2008 e 2018, em Alagoas, a administração pública municipal aprovou 26,6% das propostas enviadas, resultando em 1,49 bilhão de reais em recursos, enquanto a administração estadual obteve uma taxa de aprovação de 45%, alcançando 1,44 bilhão de reais em recursos. Esse histórico evidenciou a necessidade de avanços na gestão e integração de ações entre os entes federativos para superar as dificuldades existentes. A baixa performance no passado reforçava a urgência de ações estruturantes e integradas.

Construção da Parceria entre os Elos Municipais e Estadual

O Estado de Alagoas aderiu à Rede por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, firmando participação no Elo estadual. A Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) assumiu a participação no Elo municipal em 2019. Com os dois elos estabelecidos em Alagoas, foi possível iniciar uma transformação na forma como o Estado e seus municípios lidam com a captação e execução de recursos federais.

Essa mudança se baseou em três eixos principais de trabalho da Rede: melhoria da gestão nos processos de transferências da União, capacitação e comunicação e transparência. Após a identificação dos coordenadores da Rede e realização das primeiras reuniões de trabalho, identificaram-se objetivos comuns que levaram à decisão de realizar as atividades de forma integrada. São exemplos de iniciativas: cursos oferecidos simultaneamente para servidores estaduais e municipais; organização de eventos com vagas a servidores de ambos os elos e criação de espaços para consultoria, sem distinção entre os elos no atendimento das demandas.

A partir de 2020, os coordenadores elaboraram um planejamento estratégico conjunto para executar as ações, que foi acompanhado por governanças específicas da AMA e do Governo de Alagoas. Entre as atividades realizadas desde a assinatura dos termos de cooperação técnica até 2024, destacam-se as seguintes:

1. Semana Alagoana de Transferências da União

A Semana Alagoana de Transferências da União foi um evento de grande relevância, realizado com o objetivo de capacitar servidores municipais e estaduais em temas como contratos, projetos e governança municipal. O evento abrangeu oficinas e palestras, reunindo prefeitos, secretários e técnicos para debater soluções práticas e fortalecer a governança municipal.

2. Fórum Regional de Transferências da União

Em 2023, Alagoas sediou pela primeira vez o Fórum Regional de Transferências da União, que contou com a participação de mais de 300 pessoas, incluindo representantes do governo federal, gestores municipais e estaduais. No evento, foram promovidos cursos, palestras e painéis temáticos, consolidando discussões sobre captação e gestão de recursos federais.

3. Radar de Oportunidades

O Radar de Oportunidades é uma ferramenta online estratégica desenvolvida para aumentar a eficiência e a transparência na captação de recursos em Alagoas. Baseado em dados atualizados do Transferegov.br, permite o mapeamento de oportunidades do Governo Federal que podem ser aproveitadas para submissões futuras. Além disso, a plataforma permite que órgãos estaduais e municipais monitorem propostas em tempo real e identifiquem áreas prioritárias para investimento.

4. Cursos de Multiplicadores para a Plataforma Transferegov.br e Gestaopublicagov.br

No primeiro ano de ações conjuntas, foram capacitados 43 multiplicadores nos módulos A e B do Transferegov.br, o que representou um grande avanço em relação à falta de multiplicadores no estado. Nos dois anos seguintes, foram capacitados entre 41 e 47 servidores como multiplicadores. O elo municipal se destacou como o que mais capacitou servidores em todo o país, totalizando 9. Já a capacitação no modelo Gestaopublicagov.br, ausente em Alagoas até então, foi realizada anualmente, capacitando mais de 200 servidores. Atualmente, 4 municípios e 5 secretarias estaduais aplicam o modelo, e a Agência Reguladora de Serviços do Estado recebeu uma premiação nacional por sua alta pontuação no Modelo.

5. Cursos Assessórios sobre Temáticas Específicas

Além das capacitações oferecidas pelo MGI, foram realizadas capacitações sobre Contratos de Repasse geridos pela Caixa (mais de 90 participantes), Lei Paulo Gustavo (mais de 140 participantes), Lei Aldir Blanc 2 (mais de 70 participantes) e outras temáticas relevantes, sempre adaptadas às demandas dos servidores.

Considerações Finais

Após quatro anos de atuação conjunta entre os elos estadual e municipal da Rede de Parcerias, os resultados alcançados demonstram avanços significativos. No aspecto qualitativo, destaca-se a maior integração entre os servidores, que passou a ser refletida em processos mais colaborativos no uso das plataformas de gestão e na execução de convênios. No aspecto quantitativo, os dados revelam uma evolução clara no desempenho das propostas submetidas. Entre 2019 e 2024, a aprovação de propostas municipais saltou de 26,6% para 42,4%, com 1,79 bilhão de reais captados, enquanto as propostas estaduais avançaram de 45% para 69%, com 1,65 bilhão de reais captados.

Esses avanços não apenas indicam a eficácia das ações implementadas, mas também demonstram o impacto positivo da Rede de Parcerias na captação de recursos e na execução de projetos que beneficiam diretamente a população. Além disso, os resultados alcançados consolidam o trabalho em conjunto dos elos, como um modelo replicável para outras regiões do país, evidenciando que a integração e a colaboração entre os entes federativos são caminhos sólidos para o fortalecimento da gestão pública.

A Rede de Parcerias e Consórcios Públicos Transformam Vidas

Emerson Pidkouwich
Renato de Lima Correia

A Rede de Parcerias, ao longo dos anos, e as transferências da União passaram por significativas transformações, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento das políticas públicas locais. A evolução dos sistemas de gestão e a adoção de ferramentas tecnológicas, como o Transferegov.br, têm promovido mais transparência e eficiência na execução dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Essas mudanças impactaram positivamente não apenas os municípios e estados, mas a vida das pessoas, a Rede de Parcerias e os consórcios públicos, que desempenham um papel fundamental na concretude dessas ações.

No estado do Paraná, na região da Comcam (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), destacam-se dois consórcios públicos que se tornaram referências em gestão e desenvolvimento regional: o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (CIS- Comcam), criado em 27 de outubro de 1992, sendo o primeiro consórcio intermunicipal do Paraná; e Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento dos Municípios da Região de Campo Mourão (Condescom), pioneiro no Brasil a integrar a Rede de Parcerias, Elo Municípios, desde a sua criação.

O Condescom, em particular, tem sido um agente ativo na disseminação do conhecimento sobre a Rede de Parcerias e a ferramenta Transferegov.br, desde o início. Por meio de uma série de eventos, capacitações e parcerias estratégicas, o consórcio tem contribuído para a formação de técnicos municipais, promovendo a efetiva aplicação das políticas públicas. Um marco importante foi a parceria com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, no âmbito do Programa Conecta 399. Em 2023, o Condescom alcançou a marca histórica de capacitar mais de 500 técnicos, municipais, estaduais e do terceiro setor na utilização da ferramenta Transferegov.br, o que rendeu ao consórcio o Certificado de Mérito concedido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, reconhecendo-o como o agente do Elo Municipal que mais capacitou naquele ano.

Esses resultados foram possíveis graças ao plano de ação Condescom, um conjunto de estratégias de governança e desenvolvimento regional, elaborado após um minucioso estudo das dificuldades enfrentadas pelos técnicos municipais. Identificou-se que muitos desses profissionais, responsáveis pela execução das políticas públicas por meio dos sistemas governamentais, enfrentavam desafios para sanar dúvidas técnicas e operacionais junto aos órgãos concedentes da União. Diante dessa realidade, o Condescom optou por uma abordagem inovadora: ao invés de exigir o deslocamento dos técnicos até Brasília, o consórcio passou a trazer especialistas dos ministérios para realizar capacitações locais. Essa estratégia não apenas reduziu os custos com deslocamento, mas também aumentou a efetividade das capacitações, alinhando-se ao princípio da economicidade.

Nos últimos anos, o Condescom promoveu diversos encontros, seminários, palestras e oficinas, contando com a participação de técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Essas iniciativas resultaram na capacitação de 1.500 profissionais, refletindo diretamente na melhoria da execução das políticas públicas e na construção de uma rede sólida de parcerias dentro e fora do Estado do Paraná. Além disso, o Condescom mantém uma equipe altamente capacitada, que diariamente presta suporte aos municípios, atuando como um elo essencial na Rede de Parcerias.

Além das atividades de capacitação, o Condescom também executa políticas públicas de forma macro, utilizando recursos oriundos do orçamento da União. Um exemplo notável é a aquisição de máquinas pesadas, operacionalizadas por meio do Transferegov.br, que são utilizadas em ações de recuperação de estradas rurais e malhas viárias nos municípios consorciados. Essas ações estão diretamente alinhadas ao plano de ação Condescom, que visa promover o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável.

A experiência do Condescom demonstra como a atuação em rede, aliada à utilização de ferramentas tecnológicas, como o Transferegov.br, pode potencializar o impacto das políticas públicas nos municípios. Ao promover a capacitação técnica, a aproximação entre os entes federativos e a execução de políticas regionais, o consórcio tem contribuído significativamente para o fortalecimento da governança colaborativa e para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades atendidas.

A Rede de Parcerias, mudou nossas vidas, nesses 10 anos de trabalho intenso. Contribuímos para que nossos municípios, estados e o país, a cada dia, sejam melhores, visando sobretudo a população que mais necessita do atendimento público de qualidade e excelência.

Em síntese, as transferências e parcerias da União, quando bem articuladas e operacionalizadas, têm o poder de transformar realidades locais. O exemplo do Condescom na região de Campo Mourão evidencia a importância da atuação em rede e da adoção de estratégias inovadoras para o desenvolvimento regional. Para garantir a efetividade das ações e o fortalecimento da gestão pública no Brasil, é fundamental a continuidade dessas iniciativas estratégicas, com o apoio, participação e união de todos os agentes e gestores.

Avanços e Desafios na Captação e Execução de Recursos Discricionários em Alagoas: Uma Análise Comparativa entre 2023 e 2024

Eraldo Henrique de Souza Amaral
Carolyna Ferreira Barroca

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o cenário da captação e da execução de recursos discricionários no Estado de Alagoas, com foco na comparação entre os anos de 2023 e 2024. A análise baseia-se em dados da plataforma Transferegov.br, destacando avanços, desafios e o impacto das ações da Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas (SUPLAN) e a parceria firmada por meio do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Ministério da Economia e a Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), no ano de 2021. Este estudo se insere no contexto da Rede de Parcerias da União, abordando a temática das Transferências e Parcerias da União, bem como do uso da plataforma Transferegov.br.

Alagoas e a captação de recursos

A captação de recursos, conforme definido por Pereira e Ribeiro (2019), é um conjunto de práticas governamentais para assegurar o financiamento de atividades e serviços públicos. As verbas discricionárias, por sua vez, são aquelas cuja utilização é definida de forma flexível pela gestão governamental, permitindo sua alocação conforme as necessidades do governo. Essas verbas são cruciais para a execução de políticas públicas e para ampliar a capacidade de investimento do Estado, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

No ano de 2023, Alagoas, ocupando a quarta posição em relação à captação em nível nacional, enfrentou dificuldades na gestão de convênios, com baixa execução dos recursos captados (apenas R\$ 420,7 milhões), com concentração dos recursos em poucos municípios e órgãos. Além disso, diversos projetos ficaram retidos por cláusulas suspensivas, principalmente devido à falta de documentos.

Em 2024, o Estado de Alagoas apresentou um cenário paradoxal. Até setembro, apesar de ocupar a segunda posição nacional (um aumento em relação ao ano anterior) em volume de recursos captados (R\$ 929,6 milhões), a execução dos projetos era limitada, com algo em torno de R\$ 12 milhões do valor total liberado. A maioria dos 17 projetos celebrados estava em cláusula suspensiva.

A partir de junho de 2024, a Superintendência de Planejamento e Políticas Públicas (SUPLAN) passou a implementar ações para melhorar esse cenário. A reestruturação da Gerência de Convênios e Captação de Recursos proporcionou robustez ao movimento de avanço na captação e execução de convênios. Ações como

a divulgação constante de novos programas do Governo Federal, o contato direto com os técnicos, o lançamento do "Radar de Oportunidades" (uma ferramenta em Power BI que centraliza e divulga os programas do Governo Federal). Além disso, realizou-se uma apresentação para conscientizar os secretários executivos sobre o panorama real da captação de recursos no estado. Essas ações contribuíram para alterar o cenário existente e destacaram a importância de uma cultura de fomento à captação de recursos discricionários no estado.

Comparando os resultados entre 2023 e 2024, podemos ter um vislumbre real das ações, pois houve uma melhora significativa, conforme consta na tabela abaixo. Alagoas alcançou R\$ 1,01 bilhões captados e R\$ 71,01 milhões liberados. Apesar de cair para a sexta posição no ranking nacional em valor captado em 2024, o estado alcançou o primeiro lugar em quantia de valor liberado. Entre setembro e dezembro, houve um aumento de 36% nas propostas apresentadas e de 65% nas propostas aprovadas. Os projetos ativos saltaram de 3 para 10, um aumento de 233%. Comparando diretamente os anos de 2023 e 2024, houve um aumento de R\$ 589,3 milhões no valor global (2,4 vezes maior que ano anterior) e um aumento de R\$ 69,43 milhões no valor liberado (44,94 vezes maior que 2023), apesar de celebrar apenas 6 convênios a mais que o ano anterior.

Tabela – Comparativo de captação entre 2023 e 2024

ANO	VALOR GLOBAL	VALOR LIBERADO	PORCENTAGEM	OBJETOS CELEBRADOS
2023	R\$ 420,7 Milhões	R\$ 1,58 Milhões	0,37%	20
2024	R\$ 1.01 Bilhões	R\$ 71.01 Milhões	7,039%	26

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Transferegov.br.

A nova realidade fez com que Alagoas superasse a média nacional em captação e liberação de recursos. O valor global captado foi 1,54 vezes maior, e o valor liberado foi 8,17 vezes maior que a média nacional. Alagoas também apresentou um aproveitamento de verba 3,47 vezes maior que a média dos estados do Brasil. Apesar dos avanços, a persistência de cláusulas suspensivas continua sendo um desafio. Em dezembro de 2024, 15 dos 26 projetos em execução ainda estavam sob cláusulas suspensivas. A superação desses entraves burocráticos é crucial para garantir a aplicação dos recursos em iniciativas que promovam o desenvolvimento estadual e está posta como tarefa central para garantir a melhoria na execução dos convênios.

Conclusão

O cenário de Alagoas em 2024 demonstra um progresso notável na captação de recursos discricionários da União, impulsionado pelas ações da SUPLAN. No entanto, a questão das cláusulas suspensivas e a melhoria na execução dos projetos são desafios que precisam ser enfrentados para garantir o efetivo desenvolvimento do estado. As continuidades das ações da SUPLAN, juntamente com o aprimoramento da gestão e execução dos projetos, são fundamentais para que os recursos captados se traduzam em benefícios para a população alagoana.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2020.

PEREIRA, A. M.; RIBEIRO, J. A. Gestão pública: teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

A Rede de Parcerias e o Impulso ao Desenvolvimento Municipal no Pará

Fabiano Cardoso

A plataforma Transferegov.br tem sido um catalisador para o desenvolvimento dos municípios paraenses, facilitando a transferência de recursos e a construção de parcerias entre os entes federativos. Essa iniciativa, ao promover uma gestão pública mais eficiente e transparente, tem otimizado a alocação de recursos para obras essenciais e projetos estratégicos.

Analizando os dados dos Painéis Gerenciais do Transferegov.br, entre 2008 e 2020, os municípios paraenses apresentaram 18.430 propostas, com uma taxa de aprovação média de 26,3%. Nos últimos quatro anos (2021-2024), essa taxa subiu para 32,6%, evidenciando um aprimoramento contínuo nos processos.

Ao observarmos os dados de municípios específicos, como Santarém e Marabá, percebemos nuances importantes. Santarém, por exemplo, apresentou 331 propostas entre 2008 e 2020, com uma taxa de aprovação de 30,2%. Nos últimos quatro anos (2021-2024), foram 76 propostas, e a taxa de aprovação saltou para 50,7%. Já Marabá, no primeiro período, apresentou 417 propostas, com 22% de aprovação. Nos últimos quatro anos (2021-2024), foram 27 propostas, e a taxa de aprovação subiu para 46,2%.

Essa variação nos dados demonstra que, embora a tendência geral seja positiva, a capacidade de cada município em aproveitar as oportunidades oferecidas pela plataforma varia. Fatores como a capacidade técnica das equipes, a demanda local e a complexidade dos projetos podem influenciar esses resultados.

O Cadastro Integrado de Projetos de Infraestrutura (CIPI) complementa o Transferegov.br, permitindo o cadastro de demandas e projetos, aumentando a visibilidade das necessidades locais. No Pará, o Painel de Obras indica um valor total de R\$ 2,53 bilhões em projetos básicos, com 858 projetos registrados, resultando em 273 contratos firmados e 256 autorizações para o início de obras.

Em Belém, a capital paraense, a utilização dessas ferramentas tem sido fundamental para a execução de projetos de revitalização urbana e melhorias na infraestrutura de transporte, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população e para a conservação da floresta. Com a iminente COP30 em Belém, em 2025, a Amazônia, um dos maiores biomas do planeta, volta a ser o centro das discussões sobre o clima global. Nesse contexto, a plataforma Transferegov.br surge e consolida-se como um instrumento crucial para garantir que os recursos destinados a políticas públicas para a região sejam aplicados de forma transparente e eficiente. Ao disponibilizar todas as informações sobre as transferências de recursos de forma aberta e acessível, o Transferegov.br garante que a sociedade civil, os órgãos de controle e os cidadãos possam acompanhar de perto a aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a democracia e a confiança na gestão pública.

Com o objetivo de aprimorar ainda mais a gestão pública e garantir a efetividade dos recursos transferidos, os municípios paraenses têm se beneficiado da adoção do Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br). Esse modelo, desenvolvido pela Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), oferece um conjunto de padrões e boas práticas de gestão que visa otimizar os processos, aumentar a eficiência e a transparência, e fortalecer a governança nos entes federativos. No Pará, municípios como Oriximiná, Parauapebas, Redenção, Barcarena, Benevides, Breves, Itaituba, Marabá, Itupiranga, Belterra, Paragominas, São Geraldo do Araguaia, Altamira e Santarém já adotaram o Gestaopublicagov.br, demonstrando um compromisso com a modernização da gestão pública e a melhoria dos serviços prestados à população.

Ao integrar o Gestaopublicagov.br às suas práticas de gestão, os municípios paraenses podem:

- **Aumentar a maturidade de gestão:** por meio da implementação de processos mais eficientes e transparentes;
- **Melhorar a qualidade dos serviços públicos:** oferecendo serviços mais eficazes e com maior satisfação do cidadão;
- **Fortalecer a governança:** por meio de uma gestão mais transparente, participativa e responsável;
- **Aumentar a capacidade de absorção de recursos:** demonstrando maior capacidade de gestão e otimizando a utilização dos recursos transferidos.

Em resumo, a experiência dos municípios paraenses demonstra que a utilização dessas ferramentas digitais tem gerado um impacto positivo significativo. Municípios como Belém, Santarém e Marabá estão conseguindo planejar e executar projetos com maior agilidade e eficiência, garantindo que os recursos cheguem a quem realmente precisa.

A Rede de Parcerias, por meio do Transferegov.br, do Obrasgov.br e do modelo Gestaopublicagov.br, representa um avanço importante na gestão pública paraense. Ao fortalecer a governança e a transparência, os municípios estão mais preparados para enfrentar os desafios do desenvolvimento, garantindo que as transferências e as parcerias resultem em benefícios diretos para a população.

A adoção do Gestaopublicagov.br, em conjunto com a utilização das plataformas Transferegov.br e Obrasgov.br, representa um marco importante para a modernização da gestão pública no estado do Pará, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população.

Por fim é importante lembrarmos a responsabilidade de quem recebe da população a oportunidade de representá-la, pois ela deposita suas esperanças de uma vida melhor e um futuro melhor para sua família, comunidade e, de maneira geral, um mundo melhor para todos. O não compromisso dos eleitos ou escolhidos (secretários e equipe técnica) reflete diretamente na vida dessa mesma população. Oportunidades perdidas em captação de recursos, obras públicas inacabadas, desvio ou aplicação incorreta de recursos públicos, negligência, despreparo e/ou falta de capacidade técnica da equipe e gestor responsável refletem diretamente, por exemplo, em perda ou diminuição de políticas e equipamentos públicos essenciais, tais como hospitais, escolas, creches, delegacias, de assistência social, estradas e pavimentação, viaturas, ambulâncias, entre outros equipamentos de suporte à vida,

de real diminuição do número de mortalidade e de melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Fica claro, observando dessa perspectiva, o fundamental papel que você – gestor ou equipe técnica responsável, escolhidos para essa nobre e importante função – tem, que é zelar pela vida.

Vale a pena refletir que: talvez a pessoa que um dia teve sua vida salva ou nasceu naquele hospital que você direta ou indiretamente ajudou a construir; ou foi transportada pela ambulância sob o asfalto que você também ajudou a implantar, no último minuto antes do programa fechar, juntando documentos e ligando para tudo e todos sozinho, às vezes em sua casa ou no seu departamento; ou aquele furto ou roubo que não aconteceu porque a praça agora tem luz; ou o jovem agora teve uma oportunidade de estar em um curso, programa de esporte ou reabilitado em um dos programas que você ajudou a implantar... Bem, meu amigo, talvez a pessoa nunca saiba quem você ajudou, quem você é ou foi, nem que você um dia existiu, mas você fez parte de tudo isso – você, Deus e a Rede de Parcerias talvez sejam os únicos que saberão como foi que tudo aconteceu.

Como dizia Raul Seixas (1974): *“O sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto é realidade”*.

Uma honra fazer parte dessa corrente do bem que é a Rede de Parcerias! Gratidão!

A Rede de Parcerias e o Impacto das Plataformas de Gestão na Administração Pública de Roraima

Fabiano Macêdo Garcia
Giuseppe Martino

Este artigo explora a atuação da Rede de Parcerias nas iniciativas do Governo do Estado de Roraima no âmbito das transferências e parcerias da União, destacando plataformas essenciais como Transferegov.br, Obrasgov.br e Gestaopublicagov.br.

O estudo detalha a estrutura dessas plataformas, seus impactos na execução de projetos de infraestrutura e na governança pública e sua contribuição para a melhoria das políticas públicas no Brasil.

Introdução

Nos últimos anos, a gestão pública brasileira tem passado por um processo de modernização, impulsionado pela implementação de sistemas que facilitam a interação entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Entre essas iniciativas, destacam-se as plataformas digitais criadas para otimizar as transferências de recursos, a execução de projetos de infraestrutura e a governança pública.

A Rede de Parcerias do Governo Federal, que integra as plataformas Transferegov.br, Obrasgov.br e Gestaopublicagov.br, foi estabelecida para garantir maior transparência, agilidade e controle sobre as transferências financeiras, a execução de projetos de infraestrutura e a gestão pública. Essas ferramentas são fundamentais para aprimorar a eficiência e a eficácia das ações do Estado de Roraima, promovendo uma gestão mais integrada e acessível.

Da Rede Siconv à Rede de Parcerias: A Evolução da Gestão de Transferências da União

A Rede Siconv desempenhou um papel crucial na modernização e na transparência da gestão de recursos provenientes das transferências da União para estados e municípios. Criada para apoiar a execução de convênios e contratos de repasse, essa iniciativa tinha como objetivo capacitar gestores e aprimorar a eficiência dos processos administrativos.

Em 2016, um marco significativo foi alcançado com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), por meio da Secretaria de Gestão (Seges), e o Governo do Estado de Roraima. A adesão do estado à Rede Siconv permitiu avanços na gestão dos recursos federais, garantindo maior transparência e controle sobre sua aplicação. Esse acordo

foi essencial para a capacitação de gestores locais, a padronização de procedimentos e o aumento da efetividade das parcerias com a União.

Com a evolução da Rede Siconv, foi criada a atual Rede de Parcerias da Seges, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Essa nova abordagem ampliou os objetivos da antiga Rede Siconv, incorporando mecanismos digitais mais modernos e promovendo uma maior integração entre os entes federativos.

A Rede de Parcerias e suas Ferramentas

A Rede de Parcerias visa conectar diferentes esferas da administração pública e da sociedade civil, permitindo uma gestão mais coordenada e eficiente. Sua composição inclui servidores públicos federais, estaduais e municipais que se reúnem para compartilhar melhores práticas na execução de políticas públicas, utilizando a tecnologia como aliada.

1. Transferegov.br: Plataforma de Transferências da União

O Transferegov.br foi desenvolvido para gerenciar as transferências voluntárias de recursos da União para estados, municípios e organizações sociais. Essa plataforma automatiza e monitora os processos de transferência, garantindo maior transparência e eficiência. Com a sua implantação, foi possível solucionar problemas históricos, como a burocracia excessiva e a falta de fiscalização adequada.

2. Obrasgov.br: Gestão de Projetos de Infraestrutura

O Obrasgov.br permite o monitoramento em tempo real de projetos de infraestrutura financiados pelo Governo Federal, fornecendo informações detalhadas sobre cada obra, incluindo prazos, valores investidos e status de execução. A plataforma oferece aos gestores ferramentas para controle financeiro e orçamentário, ajudando na redução de desperdícios e no cumprimento de metas.

3. Gestaopublicagov.br: Governança e Gestão Pública

O Gestaopublicagov.br tem o objetivo de aprimorar a governança e a gestão pública no Brasil, centralizando informações e facilitando o monitoramento e a avaliação de políticas públicas em tempo real. Seu impacto direto está na melhoria da eficiência administrativa e no fortalecimento da transparência, permitindo que a população acompanhe a gestão pública e participe do processo de fiscalização.

Impactos da Rede de Parcerias na Gestão Pública

A implementação das plataformas Transferegov.br, Obrasgov.br e Gestaopublicagov.br trouxe avanços significativos para a gestão pública, especialmente em termos de transparência, controle de recursos e eficiência

administrativa. Essas ferramentas facilitam o acompanhamento do uso dos recursos e a execução de projetos, promovendo maior controle social e prevenindo práticas de corrupção.

Conclusão

A Rede de Parcerias, por meio de suas plataformas digitais, representa um marco na modernização da gestão pública brasileira. Com maior controle e transparência, essas ferramentas contribuem para uma administração mais eficiente e acessível. O Brasil pode avançar ainda mais nesse processo, consolidando um Estado mais ágil e responsável na execução de políticas e recursos públicos.

Banco de Projetos e Interseções com o Ciclo de Captação de Recursos Federais no Âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais

Fernanda Danielle Gandra Rodrigues
Fillipe Rafael Silva Marques

Introdução

O planejamento qualificado de políticas públicas é essencial para ampliar as chances de captação de recursos. Nesse sentido, o Estado de Minas Gerais adotou práticas de gestão de projetos para estruturar um Banco de Projetos, com foco em sistematizar a apresentação de propostas a financiadores federais. Este artigo apresenta a experiência estadual e sua interface com o ciclo de captação de recursos da União.

Reconhecendo que o bom planejamento das políticas públicas fortalece as possibilidades de captação, Minas Gerais incorporou metodologias de gestão de projetos para desenvolver um Banco de Projetos, para organizar e qualificar a apresentação de propostas de financiamento ao Governo Federal.

Banco de Projetos do Governo do Estado de Minas Gerais

Santos e Costa (2013) argumentam que a adoção de metodologias de gestão de projetos contribui para melhorar a aplicação dos recursos públicos. Para esses autores, os gestores devem lidar com grandes volumes de recursos e, para isso, necessitam de projetos bem estruturados que assegurem entregas eficazes à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Casa Civil de Minas Gerais (SCC-MG) elabora anualmente o Banco de Projetos como estratégia central para a governança da captação de recursos no Estado. O objetivo é reunir as principais demandas para captação de recursos federais de todos os órgãos e entidades estaduais, desenvolvê-las de forma colaborativa e estruturá-las em um banco de dados com os pontos-chave do desenho e planejamento dos projetos, além das informações exigidas por financiadores federais.

Em 2024, foram consolidados 320 projetos de 47 órgãos estaduais em um portfólio abrangente, contemplando diversas áreas de políticas públicas, desenvolvidos no *template*¹ simplificado. Desde 2018, 420 projetos foram desenvolvidos e avaliados na versão completa do *template*, contendo elementos como objeto, justificativa, regiões atendidas, valores, itens a serem executados/contratados, matriz de responsabilidades e período de implementação.

O Banco de Projetos é amplamente utilizado na submissão de propostas ao Governo Federal, facilitando o envio de projetos estruturados em formatos

compatíveis com o Transferegov.br. Essa padronização agiliza o envio de propostas de qualidade, mesmo com prazos curtos, promovendo alinhamento entre planejamento estadual e oportunidades federais.

Banco de Projetos e aplicabilidade: interseções com o Ciclo de Captação de Recursos Federais

O ciclo de captação de recursos federais compreende cinco etapas: (1) identificação de oportunidades; (2) elaboração de propostas; (3) formalização de instrumentos; (4) execução; e (5) prestação de contas.

Nas etapas iniciais, o governo identifica demandas prioritárias, estrutura projetos e os alinha aos programas federais. A seguir, formaliza propostas aprovadas e executa os recursos transferidos. Por fim, realiza a prestação de contas conforme os planos de trabalho estabelecidos.

1. Identificação de oportunidades

A partir da compilação de projetos pelos órgãos estaduais, a SCC-MG realiza a validação da alta gestão. Em seguida, consultas diárias aos painéis do Transferegov.br, por meio de *web scraping*², permitem a identificação ágil de oportunidades de financiamento. Quando detectado, o programa é imediatamente disponibilizado ao potencial proponente.

2. Avaliação *ex ante* e elaboração de propostas

Identificada a oportunidade, busca-se compatibilizar os requisitos do programa federal com os projetos existentes no Banco. O projeto selecionado passa por avaliação *ex ante*³ pela SCC-MG, prevista em decreto estadual, como etapa inicial obrigatória para novas proposições à União. A análise segue os fundamentos do Marco Lógico⁴ e subsidia a decisão do Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN)⁵ sobre a autorização do envio da proposta.

3. Celebração de instrumentos, monitoramento e prestação de contas

Após os atos preparatórios, o instrumento é formalizado com a União, iniciando-se a execução do projeto com recursos federais. A SCC-MG realiza monitoramento intensivo quadrimestral dos instrumentos vigentes firmados com a União.

Os dados são extraídos do Transferegov.br e integrados ao Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais (SIAFI-MG). Além da análise de dados, o monitoramento envolve reuniões com os órgãos para consolidar informações da execução física, identificar falhas e propor correções oportunas. Esses feedbacks contribuem para o aprimoramento do Banco de Projetos no ciclo seguinte.

As informações obtidas pelo monitoramento são publicizadas e, quando se trata de instrumento financiado por emenda, são divulgadas periodicamente aos

gabinetes parlamentares. Além disso, o monitoramento acompanha os instrumentos em prestação de contas, visando subsidiar os órgãos e entidades neste processo.

4. Base para elaboração de portfólios de projetos *on demand*

O Banco de Projetos também subsidia a elaboração de portfólios temáticos conforme as fontes de captação disponíveis. Um exemplo é o Portfólio de Emendas, que reúne projetos com maior viabilidade para captação via emendas parlamentares, promovendo a articulação entre interesses de parlamentares mineiros e demandas dos órgãos estaduais.

Conclusão

Este artigo apresentou o Banco de Projetos do Governo do Estado de Minas Gerais e suas aplicações no ciclo de captação de recursos federais. Conclui-se que a iniciativa constitui uma estratégia central para a governança da captação, consolidando projetos com base em demandas reais dos órgãos estaduais e compatibilizando-os com os programas federais ou com as prioridades dos parlamentares.

Além disso, o Banco de Projetos se alinha aos eixos da Rede de Parcerias, promovendo: melhoria da gestão, com ações de compartilhamento de informações e práticas; comunicação e transparência, com aprimoramento da divulgação dos instrumentos firmados; e capacitação, por meio da sistematização de conhecimento e apoio aos órgãos no uso da plataforma Transferegov.br.

¹ O termo *template* se designa a caracterizar um modelo pré-estabelecido, com a finalidade de apoiar na estruturação de um projeto. CARVALHO, Rafael. O que é *template*: entenda o conceito e sua importância na criação de conteúdo. Hero Spark, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://herospark.com/blog/o-que-e-template/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

² Essa técnica permite a extração de dados de sites da web de forma automatizada.

³ A avaliação *ex ante* é uma análise realizada antes da implementação de uma política pública ou projeto, com o objetivo de prever os seus efeitos e eficácia, além de garantir alinhamento aos instrumentos de planejamento e orçamento do governo.

⁴ O Marco Lógico é uma ferramenta de gestão de projetos que permite a análise e a visualização das relações entre os recursos e os resultados de um projeto.

⁵ O Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN) é instância central de governança do Poder Executivo de Minas Gerais e tem por finalidade apoiar o Governador na condução das políticas orçamentária, financeira, de gestão e de pessoal.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, R. *O que é template*: entenda o conceito e sua importância na criação de conteúdo. Hero Spark, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://herospark.com/blog/o-que-e-template/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

KERZNER, H. *Project Management Metrics, KPIs, and Dashboards: A Guide to Measuring and Monitoring Project Performance*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2017.

PMI. *Padrão de Gerenciamento de Projetos e Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK) (7ª ed.)*. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2021. ISBN 978-1-62825-687-1.

SANTOS, C.; COSTA, C. *Gerenciamento de Projetos na Administração Pública*. 2013.

SOTILLE, M.; MENEZES, L; XAVIER, L; PEREIRA, M. *Gerenciamento do escopo em projetos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

Programas PRONON e PRONAS/PCD: Instrumentos de Fomento à Saúde Pública no Brasil por Meio de Incentivos Fiscais

Flávia Andrade Nunes Fialho

Introdução

A saúde pública brasileira tem passado por significativas transformações nas últimas décadas, sobressaindo-se principalmente pela ampliação do acesso a serviços especializados e pela descentralização da gestão pública, com o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), aumentando a distribuição dos serviços e garantindo a igualdade no acesso.

Diante desse panorama de progresso, os mecanismos de incentivo fiscal ganham relevância como instrumentos complementares de financiamento, permitindo a mobilização de recursos privados em prol do interesse público. É nesse âmbito que se destacam o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). Instituídos pela Lei nº 12.715/2012 e regulamentados pelo Decreto nº 7.988/2013, esses programas representam estratégias inovadoras de fomento a políticas públicas por meio da utilização de incentivos fiscais.

Esses programas visam, respectivamente, o fortalecimento da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC) e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD), mediante ações como a oferta de serviços assistenciais, o desenvolvimento de recursos humanos especializados e a promoção de pesquisas científicas nas respectivas áreas de atuação (BRASIL, 2012; REZENDE; NEVES, 2018).

Metodologia

O presente estudo possui um caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa e um recorte transversal, possibilitando a análise dos mecanismos legais, operacionais e institucionais relacionados aos programas abordados. Foram realizados levantamentos utilizando os termos “PRONON” e “PRONAS/PCD” no portal do Ministério da Saúde e nas bases de dados Bireme, SciELO e LILACS, além de uma análise de documentos normativos datados entre 2012 e 2024, incluindo leis, decretos e portarias. A metodologia adotada vai além de somente descrever o funcionamento dos programas; ela também busca identificar desafios, lacunas e possibilidades para aprimorá-los.

Marco Legal e Critérios de Participação

Os principais dispositivos legais que fundamentam os Programas são:

- Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;
- Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e
- Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXXVI.

Essas diretrizes legais definem os requisitos para elegibilidade, os tetos de financiamento, os processos de supervisão e de prestação de contas, bem como as atribuições das entidades de gestão. Ademais, oferecem o respaldo jurídico para a participação da Organização da Sociedade Civil na implementação de políticas públicas, respeitando os princípios da legalidade, imparcialidade e transparência.

As iniciativas promovidas pelo PRONON e pelo PRONAS/PCD ocorrem por meio de colaborações entre o governo e organizações do terceiro setor. Essas organizações exercem uma função importante ao fortalecer as atividades do SUS, especialmente em regiões de difícil acesso ou com cobertura assistencial limitada. Essa colaboração enfatiza o caráter descentralizado e participativo das políticas de saúde (BRASIL, 2023).

Os programas são financiados por contribuições de pessoas físicas e empresas tributadas pelo lucro real, por meio de incentivos fiscais. Esse modelo promove a cooperação entre os setores público e privado, diversifica as fontes de receita para a saúde pública, aumentando a capacidade de resposta do SUS e estimula a filantropia com foco em resultados sociais concretos (BRASIL, 2023).

Integração à plataforma Transferegov.br

Em 2024, os Programas foram internalizados na plataforma Transferegov.br, iniciativa do Governo Federal voltada à modernização e à unificação dos sistemas de transferências voluntárias. Essa integração tem como objetivo promover maior eficiência, padronização e transparência na administração dos recursos públicos, fortalecendo a governança e a rastreabilidade das ações financiadas.

Segundo dados do SISPRON (2025), a adoção da plataforma permitiu melhor acompanhamento das etapas de submissão, análise, autorização e execução dos projetos, favorecendo a gestão por resultados e o controle social. A seguir, apresenta-se o número de projetos apresentados nos ciclos de 2023 e 2024:

Tabela – Projetos apresentados nos anos de 2023 e 2024

ANO	PRONON	PRONAS/PCD
2023	151	335
2024	156	322

Fonte: SISPRON, 2025

A pequena redução no número de projetos do PRONAS/PCD, em 2024, é atribuída a fatores pontuais, como a submissão de projetos por entidades não habilitadas, duplicidade de propostas e desistências por parte dos proponentes. Apesar dessas flutuações, nota-se uma continuidade e a consolidação dos programas como meios autênticos e eficientes de apoio financeiro a atividades voltadas para a saúde.

Importa destacar que o PRONON e PRONAS/PCD foram os primeiros programas federais de incentivo fiscal a serem internalizados no Transferegov.br, marcando um avanço significativo na modernização da gestão pública no âmbito do SUS. Essa implementação representa uma transformação significativa, favorecendo uma gestão baseada em dados, metas e evidências, em alinhamento com os fundamentos da Nova Gestão Pública.

Avaliação e Perspectivas Futuras

Autores recentes como Imbimbo e Câmara (2024) sublinham a urgência de implementar modelos racionais de avaliação que incluam indicadores precisos e uma metodologia de monitoramento constante para avaliar os efeitos das iniciativas. A análise sistemática dos resultados dos projetos possibilita a verificação de sua eficácia, a correção de falhas e a melhoria na distribuição de recursos.

A adoção do Transferegov.br reforça esse procedimento ao consolidar as informações relativas à execução físico-financeira dos projetos. Além disso, essa plataforma possibilita a realização de análises comparativas entre diferentes iniciativas, promovendo a cultura de avaliação e o aprendizado na instituição.

Ainda, para que os programas sejam eficazes, é fundamental investir na formação das organizações que apresentam propostas, oferecer capacitações para a elaboração de projetos, a disponibilização de materiais de apoio técnico e estimular a formação de redes colaborativas entre as instituições envolvidas.

Conclusão

Os Programas PRONON e PRONAS/PCD constituem instrumentos estratégicos para o fortalecimento do SUS, com foco na ampliação da assistência oncológica e da atenção à saúde da pessoa com deficiência. Ao utilizarem incentivos fiscais como forma de financiamento, adotam uma abordagem inovadora que integra o governo federal, a sociedade civil e o setor privado em torno de objetivos comuns de interesse público.

Ao facilitar o acesso, modernizar os serviços e fomentar o avanço técnico e científico nas suas áreas de atuação, esses programas desempenham um papel importante na diminuição das desigualdades em saúde e no fortalecimento da equidade. Ademais, promovem a descentralização da disponibilização de serviços especializados, atendendo assim comunidades frequentemente negligenciadas e áreas com menor oferta de assistência, as quais são um dos maiores desafios do SUS.

A integração ao Transferegov.br fortalece a transparência, a governança e o controle social, ao aliar inovação digital à rastreabilidade dos recursos e à eficiência na execução orçamentária.

Assim, o PRONON e PRONAS/PCD vão além de meras fontes de financiamento; consolidam-se como pilares de uma política pública estratégica, reafirmando o compromisso do governo federal com o fortalecimento do SUS e com a promoção de um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável no setor da saúde.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012*. Dispõe sobre incentivos fiscais para apoio a projetos de atenção oncológica e à saúde da pessoa com deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. *Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013*. Regulamenta a Lei nº 12.715/2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. *Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017*. Consolida normas sobre políticas nacionais de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

CAMPOS, L. R. S. *Gestão e Avaliação de Programas de Saúde com Incentivos Fiscais*. São Paulo: Hucitec, 2020.

FERREIRA, A. P. *Desigualdade e Desafios na Captação de Recursos por Pequenas Instituições*. Revista de Políticas Públicas em Saúde, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2022.

IMBIMBO, F.; CÂMARA, M. *Avaliação de Impacto em Programas Sociais: Propostas e Modelos*. Brasília: Ipea, 2024.

PRONON e PRONAS/PCD [livro eletrônico]: modelização, avaliação e futuro / coordenação técnica Roseli Monteiro da Silva, Virgínia Maria Dalfior Fava. -- Rio de Janeiro, RJ: Ed. dos Autores, 2023.

REZENDE, D. C.; NEVES, R. M. *Políticas Públicas de Saúde no Brasil: Avanços e Desafios*. Revista Saúde e Cidadania, v. 6, n. 1, p. 12-28, 2018.

SANTOS, A. L. *Transparência e Efetividade em Programas com Renúncia Fiscal*. Revista Administração Pública, v. 51, n. 3, p. 367-384, 2017.

SISPRON/MS. *Sistema de Informações do PRONON e PRONAS/PCD – Relatório 2025*. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

TUPINAMBÁ, M. S. *Regionalização e Equidade no Financiamento da Saúde no Brasil*. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 1, p. 103-112, 2022.

A minha história na Rede de Parcerias começou em 2021, quando tive a oportunidade de fazer parte da equipe da Coordenação-Geral de Governança Colaborativa e Gestão do Conhecimento, da Diretoria de Transferências e Parcerias da União, do então Ministério da Economia, atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Naquele momento, eu me sentia diante de uma grande oportunidade profissional e pessoal. Hoje, muito mais do que isso, sinto-me gratificada por trabalhar em um projeto tão importante para apoiar a entrega de políticas públicas para o cidadão.

A Rede surgiu em 2015 no âmbito do então Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Naquele momento, apesar de não fazer parte desse projeto, acredito que muitos não poderiam imaginar aonde chegaríamos hoje. Na busca de melhorar o complexo fluxo do processo de transferências da União, a Rede nasce com uma proposta inovadora de aproximar repassadores e recebedores, pois o simples fato de repassar dinheiro não era suficiente para que a política pública acontecesse. Era necessário aprimorar a gestão desse processo, desenvolver ferramentas e, acima de tudo, capacitar os servidores envolvidos.

Assim, de forma colaborativa, a Rede atuou para desenvolver ferramentas, criar e evoluir sistemas, aprimorar normativos, compartilhar conhecimentos, disponibilizar capacitação e oferecer, aos gestores, formas mais intuitivas de captar recursos, acompanhar esses processos e, acima de tudo, apoiá-los nesse trabalho.

Nesse contexto, destaco várias iniciativas desafiadoras, dentre elas, a Plataforma Transferegov.br. Esse sistema, à época denominado Siconv, surgiu em 2008 como uma iniciativa do Governo Federal em prol da racionalização dos processos de transferências voluntárias da União. Inicialmente voltado apenas para convênios, a plataforma Transferegov.br, atualmente, abarca quase todos os tipos de transferências realizadas com recursos do orçamento Federal, disponibilizando, para a sociedade, de forma transparente, informações relativas ao ciclo de vida dos instrumentos executados, desde a sua formalização até a prestação de contas final.

Adicionalmente, outra grande iniciativa no âmbito da Rede de Parcerias foi a criação do Cadastro Integrado de Projetos de Investimento em Infraestrutura – Obrasgov.br. Instituído em 2020, esse cadastro foi um grande marco para a melhoria da governança dos investimentos federais em infraestrutura, por meio da centralização de informações relativas à execução desses projetos em um único sistema.

Assim, além de disponibilizar informações claras, atualizadas e centralizadas à sociedade, essa solução tecnológica impactou positivamente na efetividade da execução dessas políticas, permitindo o controle social quanto ao uso racional dos recursos públicos.

Em tempo, ressalto que tenho muito orgulho de ter feito parte desse projeto, ainda que administrativamente, e ver que esse sistema hoje é reconhecido por várias instituições, inclusive internacionais, como um modelo de transparência e governança a ser seguido.

Além disso, ao longo desses dez anos, a equipe da DTPAR, juntamente com nossos parceiros, também foi desenvolvendo sistemas gerenciais como painéis, aplicativos, disponibilização de API's e ferramentas gerenciais visando facilitar a vida do servidor lá na ponta e melhorar a gestão dos processos de transferências de recursos. Dentre essas ferramentas, destaco o Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br.

Inicialmente chamado de Modelo de Excelência em Gestão, esse modelo nasceu da necessidade de apoiar a melhoria da governança e da gestão dos órgãos e entidades que operacionalizavam transferências por meio da plataforma Transferegov.br.

Nesse sentido, além da disponibilização de sistemas, entregar uma política pública requer planejamento, controle, liderança e, acima de tudo, a busca pela qualidade na gestão. Nesse contexto, o Gestaopublicagov.br é um instrumento que permite aos gestores mostrarem um retrato de como está a gestão do órgão/ente, ou seja, o que é feito, o que é preciso fazer e, acima de tudo, o que precisa ser melhorado.

Hoje, com mais de 1000 aplicações, o Gestaopublicagov.br se consolida como uma ferramenta de melhoria da qualidade da gestão, disponibilizada gratuitamente, para apoiar gestores federais, estaduais e municipais a se consolidarem como referência de excelência na entrega de políticas públicas ao cidadão.

Contudo, além da equipe da DTPAR, o sucesso da Rede de Parcerias, essa grande rede de governança colaborativa, perpassa também pela atuação conjunta de vários colaboradores externos, trabalhando nos Estados, Municípios e em vários órgãos da Administração Pública Brasileira para que o conhecimento e as informações cheguem até a ponta.

Nesse contexto estão os nossos coordenadores da Rede, que disseminam informações e trazem as demandas para que os processos sejam aprimorados. Os multiplicadores do Transferegov.br, que permitem capilarizar, de forma gratuita, o conhecimento da Plataforma Transferegov.br e suas ferramentas de gestão. E, por fim, os validadores externos do Gestaopublicagov.br, que realizam um trabalho voluntário para validar e certificar as aplicações no sistema, permitindo aos órgãos/entes da Administração Pública que aplicaram o Modelo elevar o seu nível de maturidade em gestão. Sem eles, a Rede de Parcerias não alcançaria o propósito para o qual ela foi criada.

Assim, por meio da melhoria da gestão, da capacitação e da comunicação e transparência, a rede vem contribuindo para que a política pública seja efetivamente executada. Como diz a nossa superpoderosa Regina Lemos, “nós mudamos a vida das pessoas”. E, dessa forma, seguiremos atuando, de forma colaborativa, para que cidadãos tenham acesso, de forma mais justa e igualitária, às políticas públicas disponibilizadas para a sociedade. Então, que venham os próximos dez anos!

A Trajetória na Rede de Parcerias: da Licitação à Referência Regional na Captação de Recursos

George Miranda

O desenvolvimento municipal está diretamente ligado à capacidade de captação e gestão eficiente de recursos. Minha trajetória profissional começou no setor de licitações do município de Trindade (PE), enfrentando desafios inerentes à compreensão do antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) – hoje Transferegov.br. O acesso a esses recursos exige conhecimento técnico e estratégico, especialmente quando se trata das transferências e parcerias da União.

Com o passar do tempo, adquirindo experiência e aprimorando processos, passamos a viabilizar investimentos essenciais para diversos municípios, abrangendo desde infraestrutura viária, aquisição de máquinas e veículos, até melhorias em equipamentos públicos. Essa evolução profissional me permitiu acompanhar a transição do Siconv para o Transferegov.br – plataforma que trouxe mais transparência e agilidade para os processos de transferência de recursos.

A minha atuação consolidou-se na Rede de Parcerias como um elo municipal, onde hoje participo ativamente na capacitação de novos multiplicadores. A disseminação de conhecimentos dentro da Rede possibilita que gestores municipais estejam mais preparados para acessar e executar os recursos federais, promovendo um desenvolvimento mais eficiente e estruturado.

O impacto dessa experiência reflete-se diretamente na melhoria da gestão pública local, otimizando a execução de projetos e maximizando o retorno social dos investimentos. A interação com outros atores da Rede de Parcerias fortalece um ambiente colaborativo, essencial para a modernização da administração pública e para o aprimoramento das estratégias de governança e gestão.

Por fim, minha trajetória até aqui demonstra que a atuação na Rede de Parcerias transcende a gestão burocrática de recursos: trata-se de um compromisso com a transformação dos municípios, promovendo eficiência e transparência na utilização dos recursos públicos. Como membro da Rede, sigo empenhado em fomentar o desenvolvimento regional e capacitar novos profissionais para ampliar ainda mais os impactos positivos desse trabalho colaborativo.

Transitando Entre os 10 Anos da Rede de Parcerias da União

Giovana C. Macedo Soares

Depois de mais de 30 anos trabalhando em Prefeituras e Entidades e, desde 2008, nas Plataformas do Ministério da Economia, como GMC (Gerente de Convênios e Contratos), primeiro como funcionária efetiva, depois como comissionada e, também, como Consultora e Assessora, hoje vejo o GMC como peça essencial na Administração pública.

O GMC é o funcionário que hoje se tornou uma figura imprescindível na Administração Pública. Ele é o responsável por “fazer as coisas acontecerem”, junto com o Prefeito e sua equipe. O que isso quer dizer?

O Prefeito, figura política municipal, por meio de contatos políticos, consegue o recurso pleiteado junto a seu Parlamentar, seja ele para custeio ou investimento, e, após isso, tudo o que acontece é de responsabilidade do GMC, que atua em todas as frentes, agregando sua equipe e mantendo as informações etapa a etapa, desde a elaboração e envio da proposta até a formalização, execução e prestação de contas dos convênios/contratos de repasse.

Ou seja, com habilidades técnicas e emocionais, ele lida com diferentes objetos de diversas áreas da Administração, sendo o ponto de equilíbrio, de informação junto aos colegas de todas as áreas que afetam seu município, como uma “ponte” que liga todas as fases e, com muito discernimento e eficiência, fiscaliza, atua e interage, traçando objetivos e planejando a execução, por ter domínio sobre diversas áreas.

Esse artigo examina o papel da Rede de Parcerias no desenvolvimento de estratégias de inovação, eficiência e efetividade nas transferências de recursos aos Municípios, por meio de experiência própria, autoral, desde 2008 até os dias de hoje.

Desde a criação do Siconv, em 2008, passando pela Plataforma +Brasil e chegando ao Transferegov.br, o artigo mostra como a construção de uma rede robusta de parcerias pôde contribuir para o aumento da capacidade de inovação e melhoria na performance organizacional dos municípios.

O Transferegov.br é uma plataforma digital desenvolvida pelo Governo Federal com o objetivo de facilitar a gestão e a execução de transferências voluntárias de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. A plataforma foi criada para modernizar e agilizar a forma como os recursos públicos são repassados, ao mesmo tempo em que busca garantir maior transparência, eficiência e controle na utilização desses recursos.

É um conjunto de ações colaborativas que atua nos três níveis de governo e outros agentes da sociedade, com o propósito de estreitar a cooperação e compartilhar boas práticas de gestão pública, facilitando aos Convenientes, por meio de orientações, a execução de projetos e programas financiados por recursos da

União. O objetivo principal é a melhoria da gestão pública, unindo transparência, cooperação, fortalecimento social; assim a implementação da Rede tem gerado impactos significativos na administração pública.

Alguns dos principais benefícios incluem: a capacitação dos agentes públicos, em todas as fases, durante a execução dos recursos, visando à aprovação da Prestação de Contas; maior confiabilidade e satisfação dos agentes políticos para com o Governo Federal, que, com a Implementação da Rede, passou a disponibilizar equipe competente, séria e comprometida em auxiliar, com total disponibilidade e eficiência, os agentes envolvidos; entre outros.

A Rede veio num momento em que precisávamos de maior desburocratização e, ao mesmo tempo, responsabilização na gestão pública. Ela se tornou imprescindível para apoiar e qualificar o GMC, garantindo um passo importante na modernização da administração pública. Ao integrar diferentes esferas de governo, promovendo a transparência e incentivando a colaboração, essa iniciativa contribui para uma gestão pública mais eficiente, responsável e voltada para os cidadãos.

Em 2025, a Rede de Parcerias da União comemora seu 10º aniversário, marcando uma década de avanços significativos na forma como o Governo Federal se relaciona com estados, municípios e entidades da sociedade civil, consolidando-se como uma plataforma essencial aos gestores municipais de convênios, dando-lhes acesso a conhecimento dinâmico, atual e irrestrito, para que sejam capazes de conceber suas atividades com maior eficácia.

Ao comemorar os 10 anos de sua criação, a Rede de Parcerias da União nos mostra a importância da colaboração entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil na construção de uma administração pública mais transparente, eficiente e responsável, com uma base sólida, sempre com o objetivo de melhorar a gestão pública e atender, de forma mais eficaz, às necessidades da população brasileira.

A Rede possui uma equipe colaborativa de governança na Diretoria de Transferências e Parcerias da União (DTPAR), que promove a integração entre os parceiros, para aumentar a eficiência, a efetividade do gasto público com as políticas públicas oriundas de recursos da União. Ela compartilha conhecimento, aprimora e agiliza a tramitação num todo e está sempre atualizada, com atendimento ágil e eficiente.

Por meio destes “consultores”, que são fundamentais para a eficácia de nossas ações, me aprimorei e me tornei reconhecida em minha área. E quando vem o elogio... ah, quando vem o elogio ao meu trabalho... me sinto recompensada e agradecida pelos amigos/colegas conquistados ao longo dos anos e pela acessibilidade da Rede, sempre disponível para motivar e reforçar os vínculos entre os GMCs e o governo!

E, afinal, quem é que não gosta de um elogio?!!!

A “Rede de Parcerias” como Ferramenta para Cooperação entre os Entes Federativos

Hellen Cristina Teixeira

Quando surgiram os stories do Instagram, em 2016, lembro que um dos primeiros stories que vi foi do cantor John Mayer em algum cômodo da sua residência, 'do outro lado do mundo,' cantando e tocando violão em uma live e conversando em tempo real com pessoas em toda parte do mundo. Que revolução! Hoje parece comum, mas a acessibilidade às tecnologias digitais e às redes sociais aproximou pessoas distantes de uma forma extraordinária.

Há poucos anos, víamos nossos “ídolos” apenas por fotos em revistas, ou shows na TV aberta e, em raríssimas vezes, presencialmente em mega shows. Passamos para canais televisivos de música e, em seguida, vieram as redes sociais: Orkut, Facebook, YouTube, Instagram, TikTok etc. Hoje, com um pouco de sorte e persistência, até podemos interagir com nossos ídolos pelas redes.

Apesar de a tecnologia ser algo recente na história e da forma como essa tecnologia aproxima rapidamente as pessoas em todo mundo, as redes que conectam pessoas a outras e geram cooperação e conexão não são acontecimentos apenas do tempo atual.

No livro de Yuval Noag Harari, “Uma breve história da humanidade”, o autor revela que as redes de conhecimento e cooperação foram essenciais para possibilitar que os *homo sapiens* evoluíssem e se diferenciasssem das outras espécies. Essas redes, construídas com base em mitos, crenças, ordens sociais imaginadas e, mais recentemente, por meio da ciência, “possibilitaram a construção de redes impressionantes de cooperação em massa, diferentes de qualquer outra já vista” (HARARI, 2015).

A cooperação percorreu toda a história e continua sendo a base para a evolução da sociedade. Chegou ao nosso século, em nosso país, na constituição brasileira. No parágrafo único do Art. 23 da Constituição, o constituinte prevê que deva haver equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, e que, para que isso aconteça, é necessária a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que inclui as formas de cooperação técnica e financeira.

A constituição brasileira estabelece o federalismo por cooperação como uma das suas características de organização do Estado. “O federalismo por cooperação se caracteriza pela ajuda mútua entre o ente central e os entes federados para alcançar objetivos comuns, notadamente relacionados aos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos e ao desenvolvimento econômico da nação.” (DALAVERDE, 2016)

Os limites atuais do federalismo brasileiro foram previstos na constituição de 1988. Apesar dos avanços, os arranjos estabelecidos ainda não são totalmente efetivos para que haja mecanismos suficientes para o equilíbrio entre os entes federativos. Dentre os entes, historicamente, os municípios acabaram por suportar

grande parte das políticas públicas que afetam diretamente os cidadãos brasileiros, tendo para isso menos recursos e menos poder. Não é uma discussão simplista, e nem há uma solução matemática para suprir os desequilíbrios.

Diversas ações conjuntas são necessárias para fortalecimento do pacto e do estabelecimento da cooperação entre os entes, garantindo maior equilíbrio conforme as responsabilidades de cada parte, possibilitando maior efetividade em suprir as demandas do Estado para o bem comum do cidadão.

Trago para este texto o olhar do ente municipal, principalmente dos pequenos municípios que são a maioria numérica dos entes e historicamente os mais desprovidos de recursos financeiros. Os municípios acabam por abarcar a responsabilidade pela execução da maior parte das políticas públicas que atingem diretamente aos cidadãos: saúde, educação, mobilidade urbana, cultura, assistência etc.

As transferências voluntárias acabam sendo uma das principais formas para que o município acesse recursos financeiros que possibilitem investimentos em infraestrutura básica, considerando que a maior parte dos recursos municipais fica comprometida com a manutenção da máquina pública.

O acesso aos recursos de transferências voluntárias tende a ser burocratizado, visando a transparência e legalidade. É neste contexto que a “Rede de Parcerias” coloca-se como imprescindível em promover a melhoria da gestão, comunicação e capacitação. A Rede veio para, dentre outras coisas, cumprir o propósito constitucional de cooperação. A Rede de Parcerias é uma instância de governança colaborativa que tem como objetivo desenvolver ações voltadas à melhoria da gestão das parcerias da União.

A Rede chama o município para a “roda de conversa”, não trata o ente “subnacional” (BRASIL, 1988) como se o sentido da palavra fosse de rebaixado, sem autonomia, sem direito de participar da “mesa dos adultos”. A rede coloca o município no centro da discussão, na pauta das tomadas de decisão a que lhe cabe.

São poucas as barreiras que não podem ser rompidas pelos recursos tecnológicos. A “Rede de Parcerias” foi uma das pioneiras no rompimento de barreiras que distanciam os entes federativos.

A rede é hoje o exemplo de como a tecnologia e a cooperação podem ser utilizadas para fortalecer o pacto federativo. Essa aproximação, construída ao longo de dez anos, tem sido revertida cada dia mais na efetividade da execução de políticas públicas que se traduzem em mais escolas, espaços culturais, saneamento básico, infraestrutura urbana, garantindo cada vez mais direitos e qualidade de vida aos cidadãos brasileiros.

VIVA A “REDE”!

Referências Bibliográficas

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

DALAVERDE, A. As transferências voluntárias no modelo constitucional brasileiro [livro eletrônico – São Paulo: Blucher, 2016. 383 p.: PDF (Série Direito Financeiro / coordenada por José Mauricio Conti)

HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. Companhia das Letras, 2015.

Modelo de Governança e Gestão como “Virada de Chave”

Jefferson Douglas de Jesus Oliveira

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar melhorias na governança pública de município de pequeno porte com baixa arrecadação tributária após implantação do Modelo de Governança Gestão e da adesão à Rede de Parcerias. A metodologia utilizada é a de relato de caso, cujo escopo está no Referencial Básico de Governança Pública do Tribunal de Contas da União (2020). O resultado do relato poderá ser de grande ajuda para prefeitos, que, em sua maioria, chegam ao governo sem saber o que fazer, como fazer e onde encontrar apoio para planejar políticas públicas que vão ao encontro dos anseios da sua comunidade e como executar essas políticas de forma que os resultados sejam alcançados com eficiência, eficácia e efetividade.

Palavras-chave: Modelo de Governança; Implantação; Resultados

Apresentação

Quando assumi o cargo de prefeito da minha cidade, pensei estar preparado para administrar com eficiência, pois busquei logo cedo investir em uma formação que favorecesse a execução desse sonho, cursando bacharelado em Direito e cursos livres de Administração. Porém, quando comecei o exercício do mandato, no ano de 2020, percebi que me faltava mais conhecimento para governar da forma que sonhei. Não sabia onde encontrar, de forma sistematizada e simplificada, informações que me direcionassem a fazer com que a estrutura organizacional da prefeitura entregasse os resultados que havia planejado para meu governo. Contava com poucos profissionais preparados, pois, em sua maioria, os técnicos não tinham conhecimento dos processos e trabalhavam isoladamente. Além disso, a prefeitura não tinha recursos financeiros suficientes para capacitação de técnicos, também não sabíamos onde encontrar oferta de capacitação ideal.

No final do meu primeiro ano de mandato, recebi o convite da Federação das Associações de Municípios do Pará (Famep) para participar de um evento que aconteceria a aproximadamente 300 km do meu município. Neste evento, dentre outras programações, seria apresentada a Plataforma +Brasil. Organizei e levei todos os servidores da alta gestão para participar do encontro.

Na apresentação da Plataforma foram disponibilizadas orientações sobre o Modelo de Governança e Gestão Pública (Gestaopublicagov.br) e explicadas as vantagens da implantação do modelo para a melhoria do acesso e a boa aplicabilidade dos recursos oriundos das transferências da União aos municípios parceiros. Logo, despertou-se um grande interesse em aderir à então Plataforma +Brasil e implantar o Modelo de Governança e Gestão Pública. Esse encontro foi um divisor de águas na minha administração.

A implantação do Instrumento de Maturidade de Gestão: a “virada de chave”

Implantar o Modelo de Governança e Gestão Pública na administração do meu município foi como uma “virada de chave” para o governo. Não somente pelo acesso às transferências de recurso da União, mas especialmente pela oportunidade que tivemos de realizar e amadurecer práticas de governança, que até então atribuíamos pouco ou nenhum valor. Nossos técnicos foram se aperfeiçoando por meio dos cursos gratuitos disponibilizados pela plataforma, e passaram a motivar aqueles que não tinham muito interesse em realizar capacitações online. Esse movimento favoreceu o *accountability* horizontal dentro da prefeitura, estendendo-se para as secretarias.

Das “viradas de chave” mais significativas que a implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública favoreceu foi a implantação da ouvidoria no município. Bem sei que para muitos parece algo simples, pois já é uma política comum em quase todos os municípios, se não em todos. Mas a forma que implantamos a ouvidoria foi que fez diferença. Para isso, organizei uma ação intitulada “Prefeito Presente”, em que visitamos bairros da cidade, vilas rurais, ribeirinhas e aldeias indígenas e, além de levarmos atendimento com serviços profissionais, apresentamos a ouvidoria por meio de palestra e oficina sobre como usá-la para reclamar, criticar e elogiar. Todas essas ações foram acompanhadas por uma equipe técnica composta de assessores, técnicos, profissionais da saúde, da educação e da ouvidoria do município. Também apresentamos o portal da prefeitura, demonstrando para todos como acessar os serviços de saúde, educação e assistência social. O resultado foi surpreendente, pois pude identificar os anseios da população e assim realizar alterações no meu Plano de Governo.

Após visitar todo o município, solicitei para ouvidoria colocar, em todas as instituições e departamentos públicos, adesivos com o número da ouvidoria. A ação superou minhas expectativas, pois as reclamações sobre mal atendimento ou falta de atenção dos servidores para com o público-alvo das políticas melhoraram em quase 100% e o portal do município passou a ser mais acessado pela população.

Outra importante ação que realizei na implantação do Modelo de Governança no município foi a criação do Comitê de Governança. Com a implantação do Comitê me senti mais seguro nas decisões da gestão, pois passei a contar com um grupo que se reúne mensalmente para discutir e analisar os processos. O Comitê foi o pilar para que os processos, tanto de dentro da prefeitura, como os realizados pelas secretarias, fossem feitos em coletividade, melhorando significativamente o *accountability*. Favoreceu também o acompanhamento dos planos de base da governança, como o Plano Estratégico e Plano de Gestão de Risco, que passaram assim a serem monitorados e avaliados constantemente.

Conclusão

Há quatro anos eu não saberia falar sobre governança pública municipal. Somente no segundo ano de meu primeiro mandato, quando conheci o Modelo de Governança e Gestão Pública, é que pude compreender a importância e a necessidade da governança pública para o bom desempenho dos trabalhos de um prefeito, seja em um município pequeno como o meu ou em um grande município. Não importa o tamanho do município em extensão geográfica, número de habitantes ou potencial de arrecadação fiscal, sem o desenvolvimento de práticas de governança o sucesso é ilusório ou fictício.

Referência Bibliográfica

TCU, Governança Pública Municipal: Transformando sua administração / Instituto Latino - Americano de Governança e Compliance Público, coordenação – 1. ed. – Brasília: NT Editora, 2020.

Gestão das Transferências Especiais: Acompanhamento e Monitoramento de Projetos para Promoção da Transparência

João Coelho Brasil
Raissa Michaela Pereira Costa e Silva

Introdução

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou a Instrução Normativa TCU nº 93/2024, que dispõe sobre a fiscalização de recursos alocados aos estados, Distrito Federal e municípios por meio de transferências especiais. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) prosseguiu com as diligências da ADPF nº 854 e bloqueou o pagamento das transferências especiais até que fossem instituídos mecanismos de transparência e rastreabilidade dos recursos. Essas alterações no arranjo normativo das emendas parlamentares resultaram na promulgação da Lei Complementar nº 210/2024, que regulamentou a proposição e a execução de emendas parlamentares federais.

Tendo em vista essas inovações normativas, o presente artigo tem por objetivo apresentar aspectos do trabalho de gestão das transferências especiais indicadas ao Estado de Minas Gerais, institucionalizado desde antes das novas regras de fiscalização, transparência e rastreabilidade propostas pelo TCU e pelo STF. As práticas de acompanhamento e monitoramento de projetos financiados por emendas orçamentárias trazem ganhos fundamentais, como maior transparência, eficiência na alocação de recursos, favorecimento do controle social, melhoria na qualidade dos projetos e fortalecimento da governança pública, além de poderem ser replicadas em diferentes contextos dos entes subnacionais.

Acompanhamento e monitoramento das transferências especiais

A EC nº 105/2019 criou as transferências especiais (TE), permitindo o repasse direto de recursos da União para estados e municípios sem formalização de convênios e dissociado do planejamento governamental, diferentemente das demais transferências voluntárias da União. Nessa linha, monitorar as transferências especiais é relevante para garantir transparência, evitar distorções no uso das emendas parlamentares, avaliar a execução dos projetos e criar um mecanismo de *accountability* para a sociedade, órgãos beneficiários e os próprios parlamentares acompanharem o status das entregas previstas no plano de trabalho. As decisões do STF e do TCU reforçaram a necessidade desse controle.

No âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais, após a indicação da transferência especial e arrecadação do recurso pela unidade orçamentária beneficiária, o órgão beneficiário do recurso solicita o registro do instrumento (objeto, plano de trabalho, justificativa, valores, cronograma e rubrica orçamentária) em sistema corporativo do governo estadual. Durante o processo de gestão orçamentária

das emendas, a Casa Civil exige que a suplementação e aprovação de cota orçamentária sejam vinculados ao elemento de despesa, o menor desdobramento da classificação por natureza de despesa. O elemento de despesa é um item de classificação de despesas que identifica detalhadamente o objeto do gasto, permitindo um olhar minucioso do que configura o objeto da emenda por meio da classificação da despesa.

Além disso, mesmo que o art. 166-A da Constituição Federal estabeleça que os recursos das transferências especiais pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira, a Casa Civil condiciona a alteração dos objetos indicados inicialmente à aprovação prévia dos parlamentares autores. Logo, o objetivo é garantir a integridade do objeto da emenda indicada e, havendo necessidade de alteração, tal ajuste deve ser pactuado entre o órgão beneficiário e parlamentar e comprovado formalmente, constituindo-se como um mecanismo importante de controle, que visa preservar o interesse parlamentar em detrimento da discricionariedade para utilização desses recursos. Ademais, o governo estadual possui uma fonte orçamentária específica para as transferências especiais, visando maior controle sobre essas receitas e despesas.

Acompanhamento da execução financeira e orçamentária

O acompanhamento dos instrumentos financiados com recursos provenientes de transferências especiais, firmados pelo Estado de Minas Gerais, é realizado pela Casa Civil e ocorre em todo processo, desde a qualificação do projeto, execução do instrumento até a prestação de contas. A Casa Civil analisa todos os pedidos de cadastramento dos instrumentos, aprovação de cota e suplementação orçamentária, verificando sua consistência com o plano de trabalho celebrado. Ainda, para melhor eficiência do acompanhamento, são solicitadas informações dos órgãos beneficiários sobre a execução destes instrumentos, a fim de identificar todos os pontos críticos do processo para viabilizar a execução dos planos de ação junto aos órgãos/entidades. Além desse acompanhamento constante, a Casa Civil realiza, quadrimestralmente, o monitoramento intensivo da execução física dos projetos.

Monitoramento da execução física

O monitoramento intensivo das transferências especiais é realizado quadrimestralmente pela Secretaria de Estado de Casa Civil e compreende um contato mais próximo com os órgãos, seja por meio de reuniões ou trocas de informações. A finalidade é a identificação da situação atual dos projetos, consolidando informações da execução física, bem como identificando e antecipando possíveis falhas na execução do projeto a fim de que sejam sanadas dentro da maior brevidade possível. Além disso, instrumentos em prestação de contas também são analisados, a fim de investigar e monitorar possíveis inadequações e complementações solicitadas pela concedente.

Os dados utilizados para o monitoramento são obtidos por meio da integração de sistemas estaduais com as bases federais da plataforma Transferegov.br. Visando ampliar e aprimorar a avaliação dos instrumentos, a Casa Civil realiza reuniões de acompanhamento técnico em parceria com os órgãos, em que é possível averiguar

pendências e potenciais problemas, de modo a avaliar e estabelecer, caso necessário, novas metas e prazos de execução.

Os resultados do monitoramento são consolidados e publicados em painel de *business intelligence* e nos sítios eletrônicos governamentais, além do envio periódico da situação atualizada dos projetos para os gabinetes dos parlamentares responsáveis pelas indicações das transferências especiais, constituindo-se como um mecanismo importante de governança e transparência das transferências especiais em Minas Gerais.

Conclusão

Tendo em vista os fluxos de trabalho esmiuçados nesse artigo, a Casa Civil, por meio dos processos de acompanhamento e monitoramento da execução financeira, orçamentária e física das transferências especiais, reforça seu compromisso com princípios de transparência e eficiência na alocação de recursos, facilitando o controle social e a fiscalização dos recursos custeados com emendas parlamentares federais, além de poderem ser replicadas em diferentes contextos dos entes subnacionais, apresentando concordância com a IN TCU nº 93, ADPF STF nº 854 e Lei Complementar nº 210/2024. As rotinas já consolidadas no Estado de Minas Gerais em relação à fiscalização de todo o ciclo de vida do instrumento garantem não apenas ao parlamentar, mas aos entes beneficiados e às instituições fiscalizadoras, uma maior segurança jurídica e fiscal.

A Rede de Parcerias e o Transferegov.br: Uma Década de Transformações na Gestão Pública em Roraima

João Paulo Silva Dantas

Introdução

Já pensou em uma ferramenta capaz de revolucionar a gestão dos recursos públicos no Brasil? O Transferegov.br é exatamente isso. Ele surge como resultado de anos de discussões e progressos em torno da governança pública, uma jornada que começou há bastante tempo, com as reflexões apresentadas na Revista do Serviço Público (RSP). Esta plataforma vai além de um simples sistema; representa um elemento fundamental para a modernização da administração pública, reunindo informações, simplificando procedimentos e promovendo maior transparência. Ao mesmo tempo, favorece a adoção de boas práticas de gestão e incentiva a participação da sociedade (ANASTÁCIO, 2024).

Atualmente, a Rede de Parcerias da União abrange as Transferências e Parcerias da União, além dos Projetos de Investimento em Infraestrutura, sendo gerida por meio de diversas plataformas e aplicativos, incluindo o Transferegov.br.

E você sabe onde essa transformação tem gerado um impacto significativo? Em Roraima, um estado que lida com particularidades como a geografia isolada e as disparidades socioeconômicas, o Transferegov.br tem proporcionado resultados notáveis, tornando a gestão pública mais rápida, eficiente e segura.

Metodologia

Empregou-se a análise documental de relatórios do governo estadual, informações provenientes do Transferegov.br, dissertação e revistas. A abordagem qualitativa possibilitou a identificação de padrões no uso da plataforma, enquanto os dados quantitativos (como o número de projetos aprovados e os prazos respeitados) evidenciaram resultados concretos.

Dados de Roraima

Vamos analisar os números que evidenciam o efeito dessa ferramenta em Roraima: segundo informações da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan, 2024), o tempo de análise de projetos diminuiu em cerca de 40%. Isso se traduz em decisões mais ágeis, redução da burocracia e maior eficácia na administração pública. Entre 2022 e 2024, foram aprovados 32 projetos, que vão desde a revitalização da BR-174 – uma rodovia vital para a área – até investimentos em setores como educação e saúde. E tem mais: com o apoio do Transferegov.br, 85% dos municípios de Roraima conseguem agora monitorar os processos de transferência de recursos em tempo real.

Entretanto, nem tudo é simples. Persistem desafios significativos, como a escassa conectividade em áreas isoladas. Em comunidades indígenas e zonas rurais, por exemplo, o pleno aproveitamento da plataforma esbarra na ausência de infraestrutura digital e na carência de formação técnica necessária. Essas dificuldades evidenciam a urgência de se investir mais em tecnologia para atendimento aos povos originários e na formação profissionais destes, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Perspectivas e futuro

Um ponto que merece ser ressaltado é a forma como o Transferegov.br se integra com outras ferramentas, como o Obrasgov.br e o Gestaopublicagov.br, formando um ecossistema de governança que facilita o acesso à informação e fomenta uma gestão pública mais coesa. Essa tecnologia tem proporcionado avanços visíveis na eficiência e na colaboração em Roraima, mas ainda há oportunidades para aprimoramento.

Entre os aspectos mencionados por Anastácio (2024), destaca-se a importância da experiência do usuário. Para que plataformas como o Transferegov.br realmente possam atender às demandas locais, é essencial que sejam fáceis de usar e adaptáveis. Ao analisarmos situações como a revitalização da BR-174, torna-se claro que as parcerias federativas facilitadas pela plataforma têm o potencial de gerar mudanças significativas. No entanto, é imprescindível assegurar um suporte institucional constante, para que esses projetos não se enfraqueçam ao longo do tempo.

Considerações Finais

Desde os primeiros debates realizados pela Revista do Serviço Público, o Brasil tem empreendido esforços para inovar e aprimorar sua gestão pública. A plataforma Transferegov.br, por intermédio de sua rede de parcerias, representa mais um passo significativo em direção à modernização da administração pública, especialmente em estados como Roraima, onde há muitos desafios a serem enfrentados.

Essa plataforma se revelou um recurso fundamental para a otimização de processos, fortalecimento da governança e ampliação da participação da sociedade. Entretanto, ainda existem obstáculos a serem superados, como a falta de conectividade em regiões remotas e a necessidade de formação técnica. Para que possamos extrair ao máximo os benefícios dessa inovação, é imperioso investir em inclusão digital e capacitação para as regiões de difícil acesso. Somente assim, conseguiremos consolidar as vantagens dessa ferramenta e garantir que sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil seja ampla e inclusiva.

Referências Bibliográficas

ANASTÁCIO, Patrícia Morales. **Proposta de Melhoria em um Portal Governamental: Transferegov. 2024.** 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/58555/1/DISSERTAÇÃO%20Patricia%20Morales%20Anastacio.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022. **Institui o Sistema de Gestão de Parcerias da União – Sigpar.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11271.htm. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. **Termo de Uso e Política de Privacidade do Transferegov.br.** Versão 2022. Disponível em: <https://cadastro.transferegov.sistema.gov.br/ep-atos-prep-web/termo>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REVISTA do Serviço Público (RSP). Primeira edição. Brasília: ENAP, 1937. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/485/532>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REVISTA do Serviço Público (RSP). Edição Especial. Brasília: ENAP, 2024. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/499/603>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE RORAIMA. **Relatório de Gestão das Transferências.** Boa Vista, 2024. Disponível em: <https://seplan.rr.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública pelo Estado do Rio Grande do Norte

João Victor Rocha de Queiroz

Diego Tenório da Paz

Introdução

A implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública (Gespublicagov.br) pelo Estado do Rio Grande do Norte (RN) iniciou em 2022¹, porém para que o estado pudesse implantá-lo com êxito, houve estratégias inovadoras em 2024², por meio de um método estrutural e sustentável.

Os principais avanços estão relacionados à reformulação de uma estrutura central para coordenar o processo e os procedimentos metodológicos definidos, contando com etapas, ciclos, prazos, responsáveis, monitoramento e previsão da aplicação de sanções diante do descumprimento do normativo estadual.

Desse modo, o artigo objetiva demonstrar a reestruturação da metodologia estadual e a perspectiva de aprimoramento na gestão com a implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública.

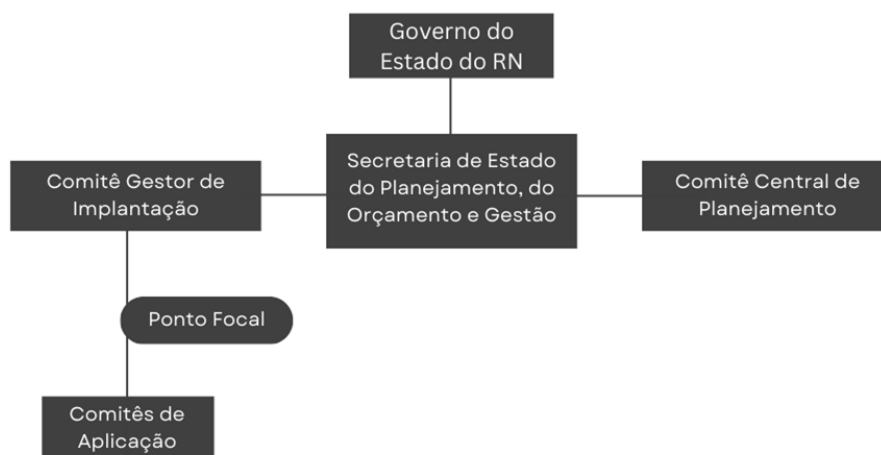
O processo de evolução estadual na aplicação do Modelo

O Rio Grande do Norte realizou a primeira aplicação em 2022, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN), de forma pontual, sem considerar uma estratégia consolidada.

Esse processo inicial alertou sobre a importância da incorporação do Modelo para elevar os padrões de eficiência e transparência da administração e também auxiliar na elaboração de estratégias estruturais e sustentáveis para utilização das metodologias.

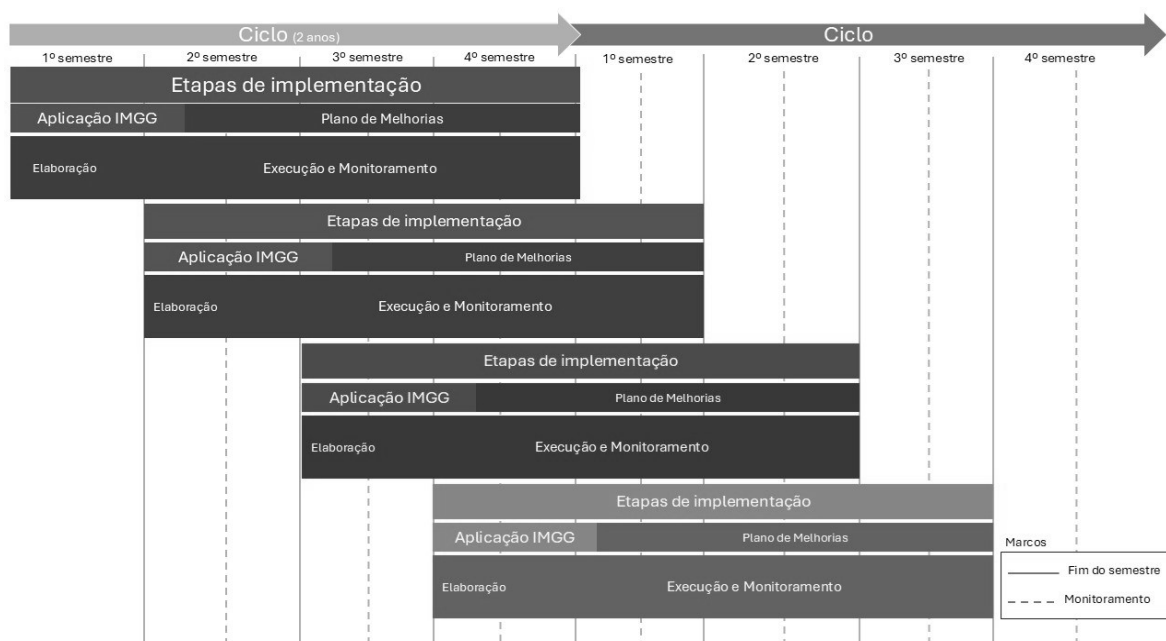
Com a reformulação ocorrida em 2024, o Comitê Gestor de Implantação (CGI)³, embora já fosse previsto em normativo anterior, passou a ter maior gerência sobre o processo, com a finalidade de coordenar e auxiliar na implantação e execução do Modelo no âmbito estadual. Assim, os Comitês de Aplicação (CAPs) atuam com suporte operacional, com monitoramento constante, a partir da designação de um ponto focal do CGI.

Outra estrutura fundamental para a política de planejamento e gestão do executivo estadual é o Comitê Central de Planejamento (CCPLAN)⁴, que tem o objetivo de apoiar, planejar e monitorar a governança estadual. Especificamente para estratégia de governança do Modelo, o CCPLAN possui correlação com as instâncias, conforme figura abaixo, pois é responsável por autorizar as sanções diante dos descumprimentos dos procedimentos.



Além de uma modelagem inovadora, contando com uma estrutura e instâncias com competências claras para o processo, foi desenvolvida uma metodologia robusta para execução e monitoramento das atividades.

O CGI desenvolveu um plano de ação com a finalidade de nortear suas ações e dos CAPs. Desse modo, a metodologia definida para o processo de aplicação do Modelo no Rio Grande do Norte está estruturada em ciclos de aplicação⁵, etapa de implementação⁶ e fases dos planos de melhoria⁷, evidenciado na figura a seguir.



Para o primeiro semestre do primeiro ciclo, ocorrido a partir de julho de 2024, foram selecionados 13 órgãos pelo CGI⁸. O CGI iniciou a atuação junto aos gestores dos órgãos selecionados, em reuniões de sensibilização, visando esclarecer sobre a relevância do processo que estava sendo implementado. Posteriormente, os servidores designados para atuarem nos respectivos CAPs participaram das capacitações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Para assegurar o cumprimento do cronograma estabelecido para o semestre, foram realizadas reuniões mensais entre os membros do CGI para discutir as estratégias adotadas, além das reuniões mensais entre os CAPs e os pontos focais, com o objetivo de monitorar e oferecer suporte. Também, observou-se as abordagens implementadas em cada órgão para a aplicação do Modelo de Governança e Gestão Pública, que, ao desenvolverem metodologias próprias, demonstraram potencial para serem replicadas.

Outro ponto de destaque refere-se ao acompanhamento do CGI das dificuldades comuns enfrentadas pelos órgãos estaduais, que possibilitou uma atuação estadual transversal para solucioná-las. Ou seja, a atuação dos órgãos centrais, além de orientar os planos de melhoria individuais, visa estabelecer as diretrizes, padronização de processos e a promoção de capacitações de interesse comum.

Além disso, o CGI, como instância que gerencia as atividades de implementação, ficou responsável pelo monitoramento trimestral da execução dos planos de melhoria, após o semestre de elaboração.

Destaca-se que, em caso de descumprimento das ações e prazos previstos pelo CGI, foi autorizada a aplicação de sanções, como o bloqueio orçamentário do órgão. A medida, quando implementada, deu o retorno esperado, apontando para a mobilização do CAP na implementação e/ou finalização dos procedimentos pendentes.

Os órgãos que integram o primeiro semestre aplicarão novamente o modelo no prazo máximo de dois anos, de modo que seja possível mensurar os avanços implementados, decorrentes do Modelo de Gestão. Semestralmente, outros órgãos iniciarão a aplicação, visando que, até o fim do primeiro ciclo, todos os órgãos estaduais tenham aplicado o Modelo.

Conclusão

O Estado do Rio Grande do Norte avançou significativamente, ao adotar um método estruturado que possibilitou aos órgãos buscarem melhorias e alcançarem resultados significativos. Além disso, a metodologia adotada permite que outros estados utilizem o mesmo Modelo de Governança e Gestão Pública, com uma abordagem sustentável, garantindo que o processo seja de longo prazo e cíclico.

É fundamental destacar a importância de planejar ações transversais para promover melhorias em diversos pontos de fragilidade identificados com a aplicação do Gespublicagov.br, em vez de abordá-las de forma isolada nos planos de melhoria de um órgão específico.

O comprometimento com a aplicação dos instrumentos de maturidade e o monitoramento contínuo dos planos de melhorias resultarão em avanços mais consistentes e alinhados aos princípios do Gespublicagov.br. Os resultados alcançados até o momento refletem o potencial da aplicação, mas também evidenciam a necessidade de superar desafios, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva.

¹ A partir do Decreto Estadual nº 31.501, de 12 de maio de 2022, iniciou-se a normativa estadual que proporcionou a aplicação do Modelo.

² Esse processo foi normatizado pelo Decreto Estadual nº 33.701, de 14 de junho de 2024, e Portaria SEPLAN/RN nº 97, de 08 de julho de 2024.

³ O CGI é composto por membros de órgãos centrais, que possuem atuação transversal, do Governo, a saber: Secretaria de Estado do Planejamento, do Orçamento e Gestão (SEPLAN); Gabinete Civil da Governadora (GAC); Controladoria-Geral do Estado (CONTROL); Procuradoria-Geral do Estado (PGE); Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ); e Secretaria de Estado da Administração (SEAD)

⁴ O CCPLAN foi instituído pelo Decreto Estadual nº 33.513, de 11 de abril de 2024, em uma perspectiva de modernização da metodologia de planejamento e gestão estratégica, em observância à Lei Complementar Estadual nº 736, de 29 de maio de 2023.

⁵ O ciclo de aplicação refere-se a um período de dois anos, em que ocorrerão, pelo menos, uma aplicação nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de modo que a cada semestre serão estabelecidos os órgãos que iniciarão o processo.

⁶ Processos para implantação do Modelo em cada órgão e entidades da Administração Pública Estadual, que envolvem a aplicação do instrumento e a execução do plano de melhorias.

⁷ Metodologias para viabilizar o aprimoramento da maturidade da gestão após a aplicação, ocorrendo simultaneamente, consistindo na elaboração, execução e monitoramento.

⁸ A seleção dos órgãos ocorreu a partir de um levantamento realizado pelo CGI, observando o valor de repasse recebido do Governo Federal; saldo em conta dos instrumentos de repasse; quantidade de recursos devolvidos; quantidade de servidores que atuam na gestão de transferências governamentais e indicadores relacionados à gestão e governança dos órgãos públicos. A partir dessa seleção, foi publicada na Portaria SEI Nº 98, de 08 de julho de 2024, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para implantação do Modelo, conforme deliberações do CGI.

Do Siconv à Rede de Parcerias: Uma Trajetória de Transformação na Gestão Pública

Joelson Azevedo

Colaboração e inovação norteiam o caminho que trilhamos nas últimas duas décadas. Nossa história com a modernização da gestão pública teve início em 2008, a partir de um convite inspirador para participar de uma capacitação sobre gestão de convênios. Fomos apresentados a uma ferramenta inovadora do Governo Federal, destinada à gestão de convênios e contratos de repasses da União.

Imediatamente, mergulhamos no aprendizado e na capacitação para dominar essa ferramenta, que logo se tornaria um valioso instrumento de apoio aos municípios associados à União dos Municípios da Bahia (UPB). Iniciamos e nos especializamos em uma jornada desafiadora: disseminar o conhecimento sobre a plataforma entre os municípios, em um período em que as prefeituras ainda enfrentavam dificuldades com infraestrutura logística, internet e tecnologia.

Pouco tempo depois, fomos convidados a conduzir uma capacitação em gestão de convênios e contratos de repasses federais, utilizando o então recém-lançado Siconv (Sistema de Convênios). Em 2008, o Siconv surgiu como uma inovação, mas também como um desafio para muitos gestores, inaugurando a era da informatização dos processos. Essa transição gerou preocupações entre os gestores municipais, que precisavam adaptar suas rotinas para abraçar uma nova forma de trabalho, buscando tornar a gestão de convênios mais transparente, segura e inovadora.

Em 2010, chegamos ao município de Taperoá, sede da AMUBS – Associação dos Municípios do Baixo Sul. Apresentamos a novidade às equipes técnicas dos municípios da região, que inicialmente demonstraram cautela e apreensão. Em dois dias de intensa capacitação, preparamos a primeira equipe baiana para essa nova era. Ali estavam os pioneiros na utilização do Siconv na Bahia.

A notícia se espalhou rapidamente. Uma forte divulgação nos meios de comunicação levou a informação para todo o estado. Associações municipalistas regionais e diversos municípios procuraram a UPB em busca da capacitação. A migração dos convênios do formato físico para o digital se intensificava, e a procura por conhecimento e domínio da ferramenta crescia a cada dia.

Com um Fiat Uno alugado, material didático, um banner e a paixão por transformar a realidade, iniciamos uma longa jornada por diversas regiões da Bahia. Entre 2010 e 2015, foram milhares de quilômetros percorridos e incontáveis horas dedicadas ao treinamento das equipes municipais, utilizando as ferramentas disponíveis na época.

Em 2015, fomos convidados a integrar outra novidade que daria continuidade às melhorias iniciadas pelo Siconv: a Rede Siconv, que mais tarde se tornaria a Rede +Brasil e, atualmente, a Rede de Parcerias, ampliando ainda mais o foco na governança colaborativa.

Aprimoramos a coordenação de Captação de Recursos da UPB, para oferecer suporte técnico especializado aos municípios baianos nas operações de crédito, editais, chamamentos públicos, programas e convênios, impulsionando a execução de políticas públicas por meio de transferências da União.

Com a liderança ativa na coordenação da Rede de Parcerias - Elo Municípios, capacitamos mais de 3 mil servidores municipais em toda a Bahia. Expandimos nossa atuação nacionalmente, inclusive com a realização de intercâmbios com associações de municípios de outros estados. Essa experiência rendeu a ida da nossa equipe aos estados do Paraná e Pará, onde conhecemos ações de incentivo ao manejo produtivo no campo, que contribuíram para o projeto que a UPB implantou na Bahia direcionado à área.

Partilhamos inovação com as associações municipalistas coirmãs do Nordeste. A Rede UPB, ferramenta para dinamizar comunicação e serviços, ganhou versão no estado do Pernambuco. Com esse, a intensa troca de conhecimento possibilitou ainda a implantação de um núcleo especializado de captação de recursos na Amupe, expandindo o apoio da entidade aos municípios pernambucanos.

Promovemos diversas capacitações e eventos em colaboração com o Governo Federal, incluindo o Fórum Regional de Transferências e Parcerias da União, sediado em Salvador. Acrescido a tudo isso, participamos ativamente das reuniões da Rede, dos encontros, seminários e do Fórum Nacional.

Nesse período, utilizando a plataforma Transferegov.br, o Obrasgov.br e o Gestaopublicagov.br, auxiliamos os municípios no acesso a: Emendas parlamentares; recursos da cultura provenientes das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo; implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública; diversos programas de transferências de recursos da União, por meio de intenso trabalho de mobilização e orientação. Utilizamos a Rede para desenvolver instrumentos cruciais para a gestão pública, como a Rede UPB e parcerias com associações de outros estados, com o objetivo de criar mecanismos que otimizem a implementação de políticas públicas.

Contribuímos para o destaque da Bahia no cenário nacional com a implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública, que premiou o município de Amargosa como destaque de 2024, entre os municípios de 20 mil a 50 mil habitantes de todo o Brasil, recebendo premiação pelo cumprimento do Instrumento de Melhoria da Governança e Gestão (IMGG). E os avanços não pararam por aí, em parceria com o Estado da Bahia, realizamos o Fórum Regional de Transferências e Parcerias da União, em que os municípios aderiram ao Obrasgov.br, e planejamos uma agenda de capacitação, orientações e ações conjuntas entre a UPB, o Estado e a União para os próximos anos. Nosso objetivo é continuar oferecendo melhorias e inovações para os municípios e, conseqüentemente, para o cidadão.

Implantação da Governança no Município de Taubaté: Parcerias e Transferências Intergovernamentais

Kátia Cristina de Oliveira

A governança pública eficiente tem sido um dos pilares do desenvolvimento municipal e Taubaté se destacou ao estruturar sua gestão por meio de parcerias estratégicas, especialmente com a Rede de Parcerias do governo federal e a Diretoria de Transferências e Parcerias da União.

Esse movimento começou a se fortalecer a partir do 2º Fórum de Transferências da União, momento em que o município passou a participar de forma mais ativa dos eventos e debates sobre planejamento e gestão. A troca de experiências e o aprofundamento dos estudos na área permitiram identificar desafios específicos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, resultando na formulação de diretrizes que aprimoraram a administração das transferências intergovernamentais.

Esse aprimoramento foi impulsionado por um estudo de mestrado focado no planejamento e gestão das transferências voluntárias, que aprofundou a análise dos desafios enfrentados pelos municípios e contribuiu para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na captação e gestão dos recursos federais.

O compromisso com a governança foi formalizado, em fevereiro de 2022, quando Taubaté aderiu oficialmente à Rede de Parcerias por meio do Acordo de Cooperação Técnica 07/2022, assinado com o então Ministério da Economia.

Esse acordo representou um marco na modernização da gestão municipal, consolidando mecanismos para fortalecer a transparência, otimizar a administração dos recursos e garantir uma execução mais eficiente dos convênios. Entre os avanços obtidos com essa parceria, destacam-se a melhoria na gestão das transferências da União operadas pela então Plataforma +Brasil, a capacitação contínua dos servidores municipais e a implementação de ações de transparência, permitindo à população um acompanhamento mais detalhado da aplicação dos recursos.

O compromisso com a excelência na gestão pública levou Taubaté a implementar o Modelo de Governança e Gestão Pública, hoje conhecido como Gestaopublicagov.br, avaliando seu desempenho entre janeiro e julho de 2021.

Como resultado, a cidade conquistou, em dezembro de 2022, a certificação “Bronze 3”, a mais alta concedida naquele período, tornando-se o primeiro município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte a receber essa distinção. Essa conquista possibilitou a participação no Programa de Mentoria para Prefeituras Brasileiras sobre Governança Pública, promovido pela Rede Governança Brasil (RGB), permitindo à cidade adotar diretrizes ainda mais robustas para a administração dos recursos públicos.

Como desdobramento dessa iniciativa, foi criado o Decreto de Governança nº 15.542/2022, estabelecendo normas específicas para a gestão das transferências intergovernamentais.

A adesão à Rede de Parcerias impulsionou a modernização da administração municipal, permitindo a implementação de iniciativas estratégicas. Entre elas, destaca-se o Banco de Projetos “MaisIdeias TTÉ”, uma plataforma inovadora para captação de recursos, que facilita a estruturação de propostas e amplia as oportunidades de financiamento junto a órgãos estaduais e federais. Outra iniciativa importante foi a regulamentação do Centro de Custos, por meio do Decreto nº 15.787/2024, garantindo maior controle e otimização das despesas municipais.

Além disso, a criação do Observatório de Dados “Observa Taubaté” consolidou-se como um mecanismo fundamental para o monitoramento contínuo das políticas públicas, permitindo análise de tendências e fornecendo dados estratégicos para gestores e cidadãos. A modernização da gestão pública também se refletiu na digitalização de processos e no fortalecimento da participação social e na reformulação do site da prefeitura, ampliando o acesso às informações e reforçando o controle social sobre as ações do governo municipal.

Eventos como o “Encontro de Planejamento Taubaté 400 anos” e o “Fórum das Cidades Inteligentes” incentivaram o envolvimento da população na construção das políticas públicas, enquanto a adoção da Plataforma 1Doc trouxe maior agilidade à tramitação de documentos e processos administrativos. Além disso, programas sociais como “Mesa Taubaté” e a criação do hospital veterinário público municipal reforçaram o compromisso da administração com o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população.

Os avanços na governança municipal foram reconhecidos nacionalmente por meio de diversas certificações. Como já dito, Taubaté foi pioneira no estado de São Paulo ao conquistar o nível Bronze 3 no Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEG-TR), certificação que atesta a qualidade da administração dos recursos federais.

O município também recebeu o “Selo Caixa Gestão Sustentável – Nível Topázio”, concedido pela Caixa Econômica Federal em abril de 2024, como reconhecimento à eficiência da gestão fiscal e financeira. Outro destaque foi a obtenção do Certificado de Qualificação “Município Verde Azul”, um reconhecimento estadual pelo compromisso com práticas ambientais sustentáveis.

Além disso, o projeto BMA/MESA Taubaté foi agraciado com o Prêmio Josué de Castro, uma premiação voltada à segurança alimentar e distribuição de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade.

A transparência na administração pública foi um dos grandes diferenciais da gestão municipal, especialmente na condução do processo de transição governamental. O planejamento para a mudança de governo foi conduzido de forma estruturada e colaborativa, resultando no Decreto nº 15.957/2024, elaborado em conjunto pelas gestões anterior e atual.

Toda a documentação, incluindo legislações, atas de reuniões e registros das ações, foi disponibilizada ao público no site da prefeitura e nas redes sociais, garantindo amplo acesso às informações e possibilitando o acompanhamento da população.

Para os próximos anos, a administração municipal planeja ampliar ainda mais as iniciativas voltadas à modernização da governança. Entre as ações estratégicas programadas, destacam-se a implantação do “SEI Cidades” – um sistema que modernizará a gestão documental e agilizará a tramitação de processos administrativos. Também está prevista a criação da “Política de Gestão de Riscos”, alinhada às melhores práticas internacionais de *compliance* e governança.

Além disso, o município pretende aprimorar seus indicadores fiscais, regularizando o Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (CAUC) e a Capacidade de Pagamento (CAPAG), para ampliar sua capacidade de captação de investimentos. O “Observa Taubaté” também será expandido, consolidando-se como uma ferramenta essencial para formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Com uma trajetória marcada pela inovação, eficiência e compromisso com a transparência, Taubaté reafirma sua posição como referência em governança pública. A colaboração com instituições renomadas e a adoção de boas práticas demonstram que a administração municipal está alinhada às melhores estratégias de desenvolvimento sustentável e modernização do setor público.

Considerações Sobre os Desafios da Gestão das Transferências Voluntárias da União em Município de Pequeno Porte no Estado de Minas Gerais

Laila Barreto de Assis

Introdução

As Transferências Voluntárias da União são recursos financeiros muito importantes para todos os municípios, principalmente para os municípios de pequeno porte com até 15.000 habitantes. Nesses municípios, a arrecadação própria geralmente é baixa, normalmente é empregada em despesas de custeio. Com isso, quase não existem recursos disponíveis para investimentos primordiais, que favoreçam o desenvolvimento econômico, social e político das cidades.

Diante da complexidade da gestão dos recursos recebidos frente às normas instituídas por meio da legislação aplicável às transferências voluntárias, torna-se fundamental a implementação de instrumentos de gestão efetivos desses recursos. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar os desafios na gestão desta modalidade de recebimento de recursos e, ao mesmo tempo, mostrar o quanto importante é para os municípios de pequeno porte aprimorar a gestão deles.

Transferências voluntárias da União aos Municípios

Os municípios possuem diversas formas de arrecadação de recursos, como cobrança de tributos, tarifas, taxas, enfim, cobranças de competência municipal. Possuem outras formas de arrecadar recursos, como transferências constitucionais e legais, sendo estas imprescindíveis para o andamento da máquina pública municipal, e as transferências voluntárias.

O Decreto nº 11.531/2023 revogou o Decreto nº 6.170/2007 e dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão, estabelecendo conceitos relacionados aos termos convênio e contrato de repasse.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conceitua Transferências Voluntárias como “entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde” (caput do art. 25).

As transferências voluntárias da União aos municípios, regidas pela Portaria Conjunta nº 33/2023, são uma importante ferramenta de financiamento para o desenvolvimento local. Essas transferências, regulamentadas por leis e decretos

específicos, visam apoiar a execução de projetos e programas que atendam às necessidades locais e promovam o desenvolvimento econômico e social das cidades (Costa et al. 2011).

Transferências voluntárias da União ao Município de Papagaios

O município de Papagaios, localizado no estado de Minas Gerais, Brasil, possui área Territorial de 553,577 km², tem população estimada em cerca de 13.920 habitantes e pertence à microrregião de Sete Lagoas (IBGE, 2022). Apresenta economia voltada para extração de ardósia e expressiva contribuição agropecuária.

A receita municipal é composta por impostos próprios, transferências constitucionais e transferências voluntárias da União. A dependência de transferências voluntárias é alta, sendo estes recursos essenciais para a realização de projetos de infraestrutura e programas sociais.

A apresentação de relatórios periódicos e detalhados dentro da principal ferramenta de trabalho online, que é o Transferegov.br, é um requisito essencial para manter a conformidade com as normas e para fornecer visibilidade sobre a aplicação dos recursos. Esses relatórios ajudam a identificar possíveis desvios e a garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

A utilização eficaz das transferências voluntárias visa promover a modernização dos serviços públicos e a construção de uma base sólida para o crescimento futuro (BRASIL, Lei Complementar nº 101/2000; MARTINS e PEREIRA, 2010).

Metodologia e análise dos resultados

O período escolhido para análise da pesquisa compreendeu os últimos cinco anos. Ressalta-se que, neste período, o Brasil enfrentou a pandemia COVID-19, o que nos traz a luz sobre o impacto na captação de recursos oriundos das Transferências Voluntárias da União neste período. Os dados foram coletados no site Fiscalizando com o TCE-MG e são apresentados por meio da tabela abaixo, compreendendo os anos de 2019 a 2023:

Tabela – Transferências Voluntárias da União (Discricionárias) recebidas pelo município de Papagaios-MG x Transferência de Capital entre os anos 2019 e 2023

TRANSFERÊNCIAS	2019	2020	2021	2022	2023
TVU Recebidas	492.260	981.450	709.254	287.305	380.250
Transferência de Capital	797.130	2.177.235	2.709.026	2.779.768	727.321
% Recebido/ Transferência de Capital	61,75%	45,08%	26,18%	10,34%	52,28%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme a Tabela, nota-se que em 2019 e 2023 os valores recebidos ficaram equilibrados. Porém, em 2020, 2021 e 2022, o município deparou-se com o aumento de suas receitas oriundas de transferências para o enfrentamento e prevenção da COVID-19. É prudente mencionar que em 2023, Papagaios-MG recebeu valores referente às Transferências de Instituições Privadas, pois o município faz parte dos 26 municípios atingidos pela tragédia do rompimento das barragens em Brumadinho-MG. No entanto, esse valor não foi contabilizado, pois haveria uma disparidade de valores exorbitante, sendo o um caso atípico.

De acordo com a Tabela, em 2019, os valores corresponderam a 61,75% do total das Transferências de Capital, já nos três anos seguintes, houve um declínio crescente no percentual, em função de outras áreas priorizadas pelo governo em razão da pandemia. Já em 2023, percebeu-se uma normalização dos efetivos pagamentos.

Conclusão

O presente trabalho explorou a gestão das transferências voluntárias da União aos municípios de pequeno porte no Estado de Minas Gerais, com foco na análise e comparação frente aos outros repasses governamentais que compõem a receita de capital do município.

A apresentação evidenciou a importância desses recursos para o desenvolvimento local e destacou a necessidade de uma gestão eficiente e transparente para maximizar os benefícios e enfrentar os desafios. Em síntese, as transferências voluntárias desempenham um papel crucial no financiamento de projetos e na promoção do desenvolvimento em municípios de pequeno porte.

As informações e insights obtidos por meio deste estudo são valiosos para a formulação de estratégias futuras e para a melhoria contínua da administração pública municipal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 maio 2000.

COSTA, Caio César de Medeiros; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José; CAPOBIANGO, Ronan Pereira. **Fatores associados às transferências voluntárias da união para os estados brasileiros.** In: ENCONTRO DAANPAD, 35., Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, Teonio Wellington. e PEREIRA, Romilson Rodrigues. **Transferências voluntárias no Brasil: critérios para distribuição de recursos para os municípios e estados brasileiros.** 2010. 33f. (Trabalho de conclusão de curso de especialização em Orçamento Público), Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2010. Acesso em: 18 ago 2024.

Desempenho da Rede de Parcerias no Estado de MS

Luiz Carlos Morente

Quando o Governador do Estado de MS assumiu o Governo em 2015, o desempenho na captação de recursos, junto ao Governo Federal e na gestão de convênios, era insuficiente, colocando o Estado de MS entre os últimos lugares do País em número de instrumentos formalizados e volume de recursos financeiros. A maneira mais eficaz, adotada pela Secretaria de Estado de Governo, foi investir em capacitações emergenciais, a fim de qualificar os técnicos do Governo no processo de Gestão de Convênios, em parceria com a Escola de Governo do Estado.

As primeiras capacitações já começaram a dar resultados altamente satisfatórios: de 23 instrumentos formalizados com o governo federal em 2014, em 2015 esse número saltou para 72 instrumentos formalizados, um incremento de 313%, o que possibilitou integrar inúmeras políticas públicas do Governo Federal nas entregas à população.

Em 2016, o Governo de MS foi convidado pelo Ministério da Economia para aderir à Rede SICONV, com objetivo de incrementar as capacitações, trocar experiências com outras unidades da federação e amadurecer o processo de Gestão de Convênios Federais. Esse convite chegou no momento oportuno.

Imediatamente, foi formalizada a adesão à Rede SICONV, em 13 de setembro de 2016. O Governo do Estado foi um dos primeiros a acreditar na proposta de trabalhar em rede de cooperação e passou a capacitar seus técnicos também em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, na formação de Multiplicadores do Governo do Estado e de Municípios, em busca da excelência em Gestão de Convênios.

Com a adesão à Rede, integrando novos parceiros no processo por meio da criação do Comitê Gestor de Parceiros do Estado e a continuação dos investimentos em capacitações, já em 2016, o Governo do Estado, em um trabalho integrado entre as Secretarias de Estado, conquistou a formalização de 122 instrumentos de repasses voluntários da União, com volume de R\$ 164,9 milhões de recursos captados. Esse incremento de 530 % em relação ao ano anterior colocou o MS em segundo lugar entre os estados brasileiros em número de instrumentos formalizados, sendo o primeiro colocado o Estado de São Paulo.

Com a estrutura de Gestão de Convênios do Estado de MS preparada para enfrentar os desafios impostos pela complexidade do tema e a conquista de indicadores invejáveis, em 2017, com a posse da nova Diretoria da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, o Estado deu início às capacitações dos técnicos de convênios dos 79 municípios de MS.

Para tanto, foram realizados 11 Seminários Regionais em municípios estratégicos, em que participaram mais de 700 Multiplicadores, todos certificados por

Rede Siconv, Escolagov, Assomasul e SEGOV/MS. Após as capacitações, conquistamos números expressivos na captação de recursos e números de instrumentos formalizados. Em 2016, como ano base do diagnóstico que justificou as capacitações, foram formalizados 82 instrumentos com R\$ 38,3 milhões de reais e, em 2017, 318 convênios formalizados com volume financeiro de R\$ 153,1 milhões, um incremento de 387 %.

Embora o estado tivesse atingido patamares invejáveis de captação de recursos e número de instrumentos formalizados junto ao governo federal, os indicadores de gestão de convênios eram insuficientes. As preocupações com a demora das entregas eram latentes, assim como o desconhecimento de políticas públicas, dificultando a integração de novas frentes de demandas oriundas do processo de capacitação. Foi necessário que as estruturas do estado avançassem na melhoria da gestão.

Os problemas enfrentados pelo Governo do Estado não eram diferentes das demais unidades da federação, com situações similares repassadas pelo Coordenadores da Rede SICONV, na qual cada estado tem um representante. Mais tarde, em 25 de junho de 2019, o Ministério da Economia, por meio do Departamento de Transferências da União e a Rede +Brasil, lançou a Instrução Normativa Nº 05 de 2019, propondo o Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União - MEG/TR, instituindo práticas de governança e gestão de processos para órgãos e entidades que atuavam com transferências voluntárias de recursos da União. Esse modelo foi aprimorado, já com a nova denominação da Rede de Parcerias, vinculada ao Ministério de Gestão e Inovação, por meio da Portaria SEGES/MGI N. 7.383, em 21 de novembro de 2023.

Em 2019, o estado de MS, juntamente com os parceiros da Rede +Brasil, implementou o novo modelo de gestão, em agosto daquele ano, realizou o 17º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede +Brasil em Campo Grande – MS, reunindo mais de 950 técnicos dos 79 municípios do estado para a apresentação de temas relevantes para a melhoria da gestão pública. Na ocasião, foi ministrado o primeiro curso do MEG/TR, destinado a técnicos do Estado e de municípios de MS. Como ação delegada na capacitação, implantamos o Gestaopublicagov em 23 CNPJ do estado que captam recursos da união. Como dividendos das inúmeras capacitações realizadas, conquistamos, há vários meses seguidos, o primeiro lugar no ranking Índice de Desempenho na Gestão das Transferências Discricionárias e Legais da União (IDTRU-DL) entre os estados brasileiros.

A adesão à Rede de Parcerias em 2016, bem como a participação efetiva do Estado de MS e sua contribuição na melhoria do processo de gestão de recursos da União, foi um marco na história política e técnica do MS. Isso levou o estado a conquistar dividendos imensuráveis para a sociedade, com entregas efetivas e duradouras a toda a população. Valeu muito a pena, e muitas colheitas promissoras estão por vir, com certeza, para toda a sociedade.

Governança e Cooperação: Conselho Federal de Administração (CFA) e Rede de Parcerias

Marcelo Gomes da Silva

INTRODUÇÃO

Este artigo busca demonstrar os resultados do acordo entre o CFA e a Rede de Parcerias do governo federal na modernização da gestão pública no Brasil.

Em 2019, o Conselho Federal de Administração (CFA), por meio de sua Câmara de Gestão Pública (CGP), foi convidado a participar das discussões da Rede Siconv, vinculada ao Ministério da Economia. A parceria ocorreu após o interesse da equipe da Rede Siconv em compreender melhor a metodologia do Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA), ferramenta que avalia a gestão pública municipal de forma comparativa, considerando indicadores de finanças, gestão e desempenho. Com a mudança de governo em 2023, a rede passou a ser chamada de Rede de Parcerias, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e análise qualitativa das ações desenvolvidas. Assim, foram levantadas as informações da cooperação entre o CFA e a Rede de Parcerias. A seguir é apresentado o acordo de cooperação.

Governança da Rede de Parcerias e CFA

Nesta parte destacam-se os resultados das ações de cooperação do CFA na Rede de Parcerias do MGI.

A Governança de redes é definida como o “...uso de instituições e estruturas de autoridade e colaboração para alocar recursos e para coordenar e controlar a ação conjunta desenvolvida por meio da rede como um todo” (Provan e Kenis, 2008, p.230). A Rede Siconv surgiu como um espaço de diálogo interinstitucional entre órgãos federais, estaduais, municipais e sociedade civil, buscando aprimorar a gestão pública e o uso das transferências voluntárias da União. Em 2019, a equipe da rede identificou o potencial do IGM-CFA como ferramenta de apoio à avaliação municipal, contribuindo para uma distribuição mais justa e eficiente de recursos.

O CFA e a Rede Siconv, com sua capacidade de articulação nacional, viram na parceria a possibilidade de fortalecer a cultura da gestão por resultados. O acordo de cooperação técnica celebrado entre o CFA e a Rede Siconv, representou um marco na interação entre entidades públicas e autarquias profissionais. Com a assinatura do termo, o CFA passou a integrar a rede, participando de eventos, reuniões com associações municipais e encontros nacionais.

Por meio da parceria, o CFA teve a oportunidade de apresentar o IGM-CFA em diversos eventos promovidos pela Rede. O IGM-CFA passou a ser visto como uma importante ferramenta para comparação entre municípios de características

semelhantes, baseando-se em variáveis como população e PIB per capita, e permitindo um olhar estratégico para as transferências de recursos. Como uma das ações previstas no plano de trabalho do acordo, o CFA formou multiplicadores no Modelo de Excelência em Gestão (MEG-Tr). Esses multiplicadores passaram a difundir o modelo em workshops realizados pelo Brasil, ampliando o alcance da cultura de planejamento e gestão por resultados.

Destaca-se a participação ativa do CFA na formulação da Agenda Mais Brasil, inspirada na Agenda de Gestão Municipal do CFA. A Agenda Mais Brasil tornou-se um documento de referência nacional, orientando prefeitos e gestores sobre as principais obrigações e compromissos ao longo do mandato.

Com a cooperação, o CFA teve a oportunidade de participar do Fórum das Transferências e Parcerias da União, realizando palestra sobre o IGM-CFA e reforçando a importância de uma gestão pública orientada para resultados e sustentada por dados confiáveis. O CFA vem participando dos Fóruns Nacionais em diversas etapas, disseminando a mensagem da importância da ciência da administração e do papel dos profissionais de administração na gestão pública.

Entre os resultados observados destacam-se: a valorização da ciência da administração voltada para resultados, o aprimoramento das avaliações municipais e a consolidação de um modelo de análise comparativa entre municípios. A parceria contribuiu para orientar as transferências de recursos de forma mais estratégica, beneficiando municípios com melhor desempenho ou com potencial de evolução.

Conclusão

A cooperação das entidades representa um avanço para a governança da Rede em prol da melhoria da gestão pública no País. Ao unir esforços, as instituições contribuíram para fortalecer a governança da Rede, disseminar ferramentas de gestão baseadas em dados e formar agentes multiplicadores capazes de levar conhecimento técnico aos gestores municipais.

Evidenciaram-se os desdobramentos positivos para a governança pública, a formação de multiplicadores no Modelo de Excelência em Gestão (MEG-Tr) e a participação do CFA na elaboração de instrumentos estratégicos como a Agenda Mais Brasil. Ademais, sua presença ativa em eventos nacionais mostram o papel estratégico da autarquia na disseminação da ciência da administração. Em março de 2025, foi apresentada, na convenção do sistema CFA/CRA, a renovação da parceria, que permitiu a adesão dos Conselhos Regionais de Administração-CRAs à Rede. A experiência destaca as parcerias institucionais contínuas para o aprimoramento das políticas públicas e a promoção de uma gestão pública efetiva, responsável e orientada para resultados.

Referências Bibliográficas

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA). Disponível em: <https://igm.cfa.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Agenda de Gestão Municipal. Brasília: CFA, 2019.

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. Rede de Parcerias. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ). Modelo de Excelência da Gestão (MEG). São Paulo, 2018.

PROVAN, K.; KENIS, P. Modes of network governance: structure, management and effectiveness. *Journal of Public Administration Research and Theory*, Oxford, UK, v.18, n.2, p.229-252, Apr. 2008.

Rede de Parcerias da União: Fortalecimento da Governança Pública

Maria de Fátima Pereira da Silva Bragança

Introdução

A Rede de Parcerias da União desempenha um papel crucial na modernização e fortalecimento da governança pública, promovendo mais transparência, eficiência e colaboração na gestão de recursos e projetos. Criada para atender às demandas crescentes por uma gestão mais integrada e eficaz, a Rede é composta por ferramentas como o Transferegov.br, que facilita e regula as transferências de recursos federais; o Obrasgov.br, que monitora e organiza os projetos de infraestrutura; e o Gestaopublicagov.br, que oferece um modelo robusto de governança e gestão pública.

Com mais de uma década de experiência como gestora de convênios no município de Iaciara (GO), atuo na Rede de Parcerias da União há 10 anos, acompanhando de perto as transformações que essas ferramentas trouxeram para a administração pública. Essa vivência tem proporcionado um entendimento prático das dinâmicas e desafios da Rede, permitindo identificar avanços significativos e oportunidades de melhoria.

A implementação desses instrumentos reflete um compromisso com a profissionalização da gestão pública, buscando garantir que cada recurso e projeto contribua diretamente para o desenvolvimento local e o bem-estar da população.

Objetivo

Este artigo tem como objetivo relatar como a evolução as ferramentas da Rede de Parcerias da União – Transferegov.br, Obrasgov.br e Gestaopublicagov.br – têm transformado a gestão de projetos e transferências públicas, com foco especial na aplicação prática no município de Iaciara.

Desenvolvimento

Com base em minha experiência de 10 anos como gestora de convênios, destaco como essas ferramentas têm facilitado o trabalho de gestão, promovendo agilidade, transparência e eficiência na execução de recursos e projetos. Além disso, apresenta exemplos práticos de como a utilização dessas tecnologias no município tem contribuído para melhores resultados em áreas essenciais, como infraestrutura e serviços públicos.

O antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) foi-me apresentado pelo meu professor à época, durante um curso em que foram abordados de forma aprofundada o funcionamento do sistema e suas aplicações na

implementação de projetos eficientes, visando garantir a captação de recursos para o município.

Depois dessa experiência, iniciou-se uma jornada de aprendizado e dedicação que transformou minha visão sobre a gestão pública e a elaboração de projetos, e que segue até hoje, com o constante aprimoramento de meus conhecimentos e práticas.

A facilidade e a praticidade proporcionadas pelo processo de elaboração e gestão de projetos me envolviam cada vez mais, o que resultou na concretização de diversos recursos para o município, incluindo a aquisição de maquinários essenciais para o desenvolvimento local.

A Rede de Parcerias desempenhou um papel fundamental no meu desenvolvimento profissional, oferecendo constante suporte por meio de tutoriais e orientações especializadas. O auxílio dessas parceiras foi determinante para que eu pudesse compreender e aplicar corretamente as normas e exigências do processo de prestação de contas, garantindo que todos os recursos fossem utilizados de acordo com as diretrizes estabelecidas. Esse suporte contínuo e dedicado foi crucial para o sucesso na execução dos projetos e fortaleceu a minha capacidade de gerir recursos de forma eficiente e transparente.

A plataforma Transferegov.br é uma solução tecnológica centralizada que visa facilitar a gestão das transferências de recursos da União para estados, municípios e entidades. Seu objetivo é organizar, otimizar e simplificar os procedimentos de repasse de verbas federais, com foco em convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e de fomento. Com isso, a plataforma contribui para a redução de burocracias e proporciona mais transparência e controle na execução dos recursos públicos.

O município de Iaciara, em Goiás, ingressou na Rede de Parcerias em 2015, quando ainda era denominada Rede Siconv. A partir de 2020, o município renovou sua participação, assinando o Acordo de Cooperação Técnica (ACT Nº 74/2020). O acordo tem como principais objetivos a promoção de capacitação, o aprimoramento da gestão pública e o fortalecimento da transparência nos processos de repasse de recursos.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) tem desempenhado um papel essencial na implementação de políticas públicas por meio do fornecimento de ferramentas e sistemas voltados para o monitoramento, controle e gestão eficaz dos recursos públicos. Isso tem garantido que as transferências realizadas pela União resultem em benefícios diretos para a população, com o financiamento de importantes obras e projetos. O Transferegov.br se consolidou como uma ferramenta crucial para a execução de projetos prioritários que impactam positivamente as comunidades e para a melhoria da gestão pública.

Além disso, a Rede de Parcerias, composta atualmente por 248 membros, atua de forma coordenada para promover ações voltadas ao fortalecimento da governança pública, ao aprimoramento da gestão dos recursos e à promoção de transparência nas transferências de recursos federais. A Rede envolve representantes dos três níveis de governo, além de entidades do Legislativo, Executivo, Judiciário e da sociedade civil.

Outra plataforma lançada pelo governo federal em 2023 é a Mãos à Obra, que visa identificar e retomar obras paralisadas ou inacabadas no Brasil. Essa ferramenta conta com a colaboração dos gestores locais para mapear as obras prioritárias e

retomar sua execução, garantindo que os recursos sejam aplicados nas obras mais urgentes e necessárias para a população.

Com o uso dessas ferramentas, o governo federal reforça seu compromisso com a melhoria da gestão pública, promovendo mais transparência e eficiência na aplicação dos recursos. A colaboração entre as esferas de governo e a sociedade civil tem se mostrado uma estratégia eficaz para otimizar o uso dos recursos públicos e assegurar que as políticas públicas atendam às reais necessidades da população.

Conclusão

Para finalizar ressaltar que com o uso dessas ferramentas, o governo federal reforça seu compromisso com a melhoria da gestão pública, promovendo mais transparência e eficiência na aplicação dos recursos. A colaboração entre as esferas de governo e a sociedade civil tem se mostrado uma estratégia eficaz para otimizar o uso dos recursos públicos e assegurar que as políticas públicas atendam às necessidades da população. O Transferegov.br e outras plataformas como o Obrasgov.br e o Mãos à Obra são fundamentais para a gestão eficiente e transparente das transferências de recursos da União, contribuindo para o desenvolvimento de obras e serviços essenciais e fortalecendo a governança pública no Brasil. O suporte que temos da Rede é incrível, podemos contar com vários tutoriais e manuais que colaboram para facilitar nosso trabalho.

Mudança de Pará-digma

Mônica Mendonça Paiva Antonio José

Ei, maninhos e maninhas! Nós, aqui do Pará, estamos todos pávulos!

Mas te agüente aí que vamos contar tudo bem direitinho como foi a nossa primeira participação como organizadores de um Fórum Regional da Rede de Parcerias, na nossa capital.

Tudo teve início lá na reunião de encerramento das atividades da Rede, em Brasília, em dezembro de 2022.

Depois de muitas conversas, trocas de ideias, não é que veio a confirmação: o Estado do Pará havia sido escolhido para realizar o 23º Fórum Regional da Rede de Parceria em setembro de 2023.

Sem demora com um montão de dúvidas, mas a certeza de que não mediríamos esforços para realizar um evento pai d'égua. Tratamos logo de confirmar a data do dia 27 de setembro e voamos para o Pará.

Meu povo, pense num negócio difícil!

É ... foi um corre-corre; um quem vai fazer o quê? Encontrar um local bacana, e tudo mais...

Manos e manas, a gente queria causar!

Mas, pense! Como conseguir a grana? Quais equipamentos e infraestrutura? Quem chamar para contribuir?

Pois é! Nem te conto! Mas, como a equipe do DTPAR – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos já tinha realizado vários fóruns, logo nos tranquilizou e nos apresentou um pré-projeto. Ufa! Agora sim! Vamos lá!

Voamos até Curitiba, capital do Paraná, para espiar como foi o fórum de lá. Conversa aqui, conversa acolá, voltamos para o Pará e começamos a trabalhar.

- Éguaaaa! Foi só o creme!!

Batemos o recorde em números de participantes e conseguimos lotar o nosso Centro de Conferências Feiras da Amazônia, com cerca de 1.000 pessoas. Também realizamos o Curso Gestaopublicagov.br; o Curso Transferegov.br - módulo "C", a Reunião Técnica e Estratégica de Fortalecimento da Transparência e do Controle Social; o Projeto Calha Norte - Sensibilização/Captação de Novos Parceiros; a Agenda MROSC e a Reunião Conjunta dos Comitês Gestores da Rede de Parcerias

Elos Estados e Municípios. Ufaaa!!!

Ficamos só o bagaço!! Foi desafiador, mas a sensação de dever cumprido deixou a equipe do Elo Estado, Seplad e os maninhos dos Elos Ensino, Controle e Justiça se achando, todos cheios de pavulagem.

Agora, parando para pensar, bateu uma baita saudade.

Ei, manos! O que vocês acham, bora logo planejar o próximo fórum, pra gente arrasar?

Dicionário Paraense:

Bora logo: vamos, te apressa;

Bagaço: muito cansado, exausto.

Égua!!!: algo maravilhoso, sensacional, genial, legal, extraordinário.

Pavulagem: alguém que gosta de se exhibir.

Só o creme: é uma expressão usada para dizer que algo é muito bom.

Mano (a): Senhor (a)

Pai d'égua: muito bom, beleza, ótimo, excelente, legal!

A Colaboração Interfederativa e o Uso de Projetos Padronizados do FNDE

Pedro Linhares
Estevão Martins

Resumo

O artigo examina os projetos padronizados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como ferramentas para fortalecer parcerias intergovernamentais, destacando a Rede de Parcerias coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Esses projetos, que padronizam arquitetura e engenharia para edificações da educação básica, melhoram a gestão pública, otimizam recursos e fortalecem a governança federativa. A Rede de Parcerias é vista como um mecanismo de cooperação que potencializa resultados, promove boas práticas e amplia o acesso à infraestrutura educacional. Conclui-se que os projetos padronizados são uma estratégia eficaz para alinhar esforços entre União, estados e municípios, aumentando a eficiência e transparência nas transferências voluntárias da União.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação tem como missão promover a execução de políticas educacionais do governo federal, assegurando a transferência de recursos, a assistência técnica e a indução de boas práticas na educação básica em todo o território nacional.

Os projetos padronizados de infraestrutura educacional, que incluem creches, escolas e quadras poliesportivas, são instrumentos essenciais para alcançar os objetivos do FNDE. Esses projetos, baseados em critérios técnicos e pedagógicos, facilitam a gestão de obras, especialmente em entes federativos com menor capacidade técnica. A atuação do FNDE em todos os estados e municípios brasileiros reforça seu papel estratégico na articulação de políticas públicas e no desenvolvimento local e regional. Programas como o Plano de Ações Articuladas e o Novo Plano de Aceleração do Crescimento fortalecem a gestão educacional descentralizada, promovendo equidade no acesso a recursos educacionais. A Rede de Parcerias, coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é um espaço de cooperação interinstitucional que envolve órgãos da União, estados, municípios e entidades da sociedade civil. A padronização de projetos pelo FNDE é uma ferramenta poderosa para integrar e efetivar as transferências voluntárias da União.

FNDE e a padronização de projetos como estratégia de política pública

Disponibilizados gratuitamente aos entes federativos, esses projetos aceleram a contratação e execução de obras, minimizando custos e erros técnicos. O FNDE estabelece e supervisiona padrões construtivos mínimos, propondo diretrizes para a

melhoria contínua da rede física escolar e realizando análises técnicas de iniciativas de construção, reforma e ampliação de unidades escolares. A autarquia oferece mais de dez projetos padronizados para ensinos infantil e fundamental, aderentes às normas brasileiras de acessibilidade, conforto, segurança e qualidade.

A padronização de projetos, amplamente adotada em diferentes regiões do país, demonstra a capilaridade da atuação do FNDE, que atinge municípios de diversos portes e realidades, muitos com limitações técnicas e operacionais. A autarquia disponibiliza mais de dez projetos padronizados de edificações voltadas aos ensinos infantil e fundamental para o livre uso pelas equipes técnicas das unidades federativas. Esses projetos estão aderentes às mais recentes normas brasileiras de acessibilidade, conforto, segurança, qualidade e desempenho, dentre outros, e contemplam todas as disciplinas necessárias à sua construção.

A padronização de projetos da autarquia, um referencial já nacionalmente consolidado e amplamente difundido, consiste na elaboração e disponibilização de modelos arquitetônicos e de engenharia. Utilização e disseminação do BIM etc.

A ampla adoção desses modelos em diferentes regiões do país comprova a capilaridade da atuação do FNDE, que consegue atingir municípios de distintos portes e realidades, muitos dos quais com limitações técnicas e operacionais.

A Rede de Parcerias e o ambiente de cooperação federativa

A Rede de Parcerias, estrutura colaborativa coordenada pelo MGI, reúne órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal com o propósito de aprimorar a governança das transferências voluntárias da União.

A atuação conjunta permite não apenas a uniformização de critérios e a melhoria da gestão dos recursos, mas também a criação de indicadores, sistemas de monitoramento e ferramentas digitais que fortalecem a transparência e o controle social.

A padronização de projetos e a institucionalização da Rede de Parcerias configuram-se como duas estratégias convergentes voltadas ao fortalecimento da governança federativa. Enquanto a padronização atua na esfera técnica, ao disponibilizar modelos de projetos previamente validados, a Rede de Parcerias se insere no campo da governança, promovendo diálogo estruturado, compartilhamento de práticas e alinhamento de ações entre os entes federativos. Ambas as iniciativas contribuem para a superação de assimetrias administrativas e técnicas, especialmente nos municípios de menor porte.

A verdadeira força da sinergia entre padronização de projetos e a Rede de Parcerias está no fato de que, ao serem combinadas, essas estratégias não apenas tornam os processos mais eficientes, como também ampliam a capacidade de execução e o impacto positivo das políticas públicas. Essa combinação permite que a padronização ofereça as ferramentas técnicas necessárias para a implementação de obras e serviços, enquanto a Rede de Parcerias garante o suporte institucional e a troca de melhores práticas para garantir o sucesso das iniciativas.

Essa sinergia potencializa a entrega de resultados, reduz ineficiências e amplia a capacidade institucional dos entes subnacionais. Em vez de atuar de forma isolada,

a União passa a exercer um papel de alinhamento e apoio técnico, estimulando a corresponsabilização e a cooperação horizontal entre os entes. Um exemplo dessa cooperação está nos eventos realizados pela Rede de Parcerias em diversos municípios do país. O convite aos parceiros, dentre eles, ao FNDE, permite uma oportunidade única de convivência dos técnicos da autarquia com as equipes da ponta, com a ministração de palestras e a quitação direta de dúvidas com os técnicos, o que fomenta a solução, em tempo real, de situações que, de outra forma, poderiam significar até a paralisação de uma obra.

Além disso, a articulação entre essas duas estratégias fortalece o modelo de governança pública orientada por resultados, ampliando o impacto social dos investimentos públicos e promovendo maior transparência no uso dos recursos.

O Novo PAC como exemplo de sinergia interfederativa

O Novo PAC pretende expandir a rede pública educacional, garantindo a milhares de estudantes o direito ao acesso e à permanência em creches, pré-escolas, escolas de ensino Fundamental e Médio, bem como o fomento à educação integral em todas as etapas e modalidades.

Do total de 1.843 termos de compromisso celebrados com o governo federal, para implantação das novas creches e escolas em tempo integral da primeira etapa do PAC Seleções, 1.200 já estão autorizados a licitar, utilizando projetos padronizados do FNDE, que foram atualizados em 2024, para dar mais celeridade à contratação e ao início das obras. Na segunda seleção o ente somente poderá utilizar a creche pré-escola Tipo 2.

Para além do já consolidado uso de projetos padronizados, o Novo PAC possibilitou a utilização de inédito arranjo no tocante à modelagem de construção do FNDE, o que foi facilitado pela Rede de Parcerias: o apoio da Caixa Econômica Federal como mandatária da União no processo.

Em termos práticos, trata-se do corolário da citada sinergia interfederativa, com o MGI atuando como interlocutor do processo de contratação da empresa pública; o FNDE realizando a parte legal e de análise de mérito das iniciativas; e a CEF monitorando o processo de licitação, execução e prestação de contas das edificações. Busca-se, assim, utilizar os predicados de cada instituição para, em conjunto, oferecer mais celeridade e economicidade ao processo, além de mitigar a possibilidade de paralisação de obras da educação básica.

Conclusão

O uso combinado de projetos padronizados e cooperação interinstitucional tem um impacto direto na gestão dos recursos públicos, permitindo maior racionalização e controle de custos. A padronização facilita a previsibilidade orçamentária e reduz as variáveis inesperadas nos projetos, enquanto a Rede de Parcerias auxilia na otimização dos investimentos públicos, evitando desperdícios e duplicidade de esforços.

A articulação entre a padronização de projetos e a Rede de Parcerias contribui para a criação de uma governança federativa mais sólida e eficaz, onde as ações públicas são mais coordenadas, transparentes e capazes de produzir resultados concretos para a população. A união dessas estratégias é essencial para a gestão pública moderna, que exige soluções mais inovadoras, integradas e colaborativas.

Desafios da Adequação do Sistema Transferegov.br na Estrutura Municipal de Execução Interna no Município de Rio Verde

Régio Patrício Couto

Resumo

A implementação e a adequação do sistema Transferegov.br no município de Rio Verde (GO) apresentam uma série de desafios que precisam ser enfrentados para garantir a eficiência e a efetividade na gestão de transferências e convênios públicos. O Transferegov.br é uma plataforma do Governo Federal que visa promover a transparência na transferência de recursos financeiros entre os entes federativos, permitindo um melhor controle e monitoramento dos gastos públicos. Entretanto, cada município enfrenta obstáculos únicos em sua jornada para integrar esse sistema em sua estrutura interna, considerando aspectos como capacitação profissional, empresas terceirizadas envolvidas e a própria logística interna de processos.

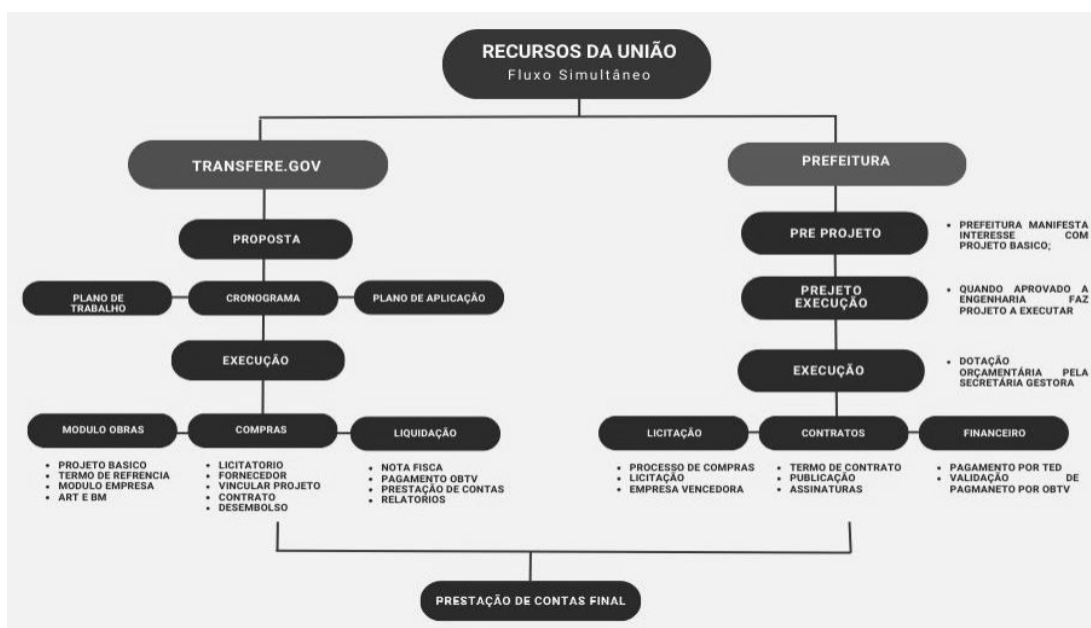
Palavras-chave: Transferegov.br. Recursos públicos. Padronização. Sistema de gestão.

Introdução

De acordo com Silva e Almeida (2021), a implementação eficiente de sistemas governamentais requer uma estrutura organizacional bem definida e processos claramente estabelecidos. Seguindo essa premissa, para a implantação do sistema no município de Rio Verde, foi selecionada a Diretoria de Captação de Recursos e Gestão Estratégica (DCRGE), na qual foram centralizadas as informações, treinamentos e controle de usuários.

Como destacam Pereira e Catan (2017, p. 45), "a descentralização das responsabilidades operacionais, aliada à centralização do controle estratégico, é fundamental para o sucesso de sistemas de gestão pública". Assim, foi designado um encarregado de cada secretaria para execução interna dos processos, abrangendo desde a captação até a prestação de contas, conforme apresentado no organograma a seguir:

Organograma: Comparativo da Plataforma Transferegov.br e a Prefeitura



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Desenvolvimento

1. Capacitação e Formação de Pessoal

Um dos principais desafios é a capacitação dos servidores municipais. Para que o sistema seja utilizado de forma eficaz, é fundamental que os profissionais envolvidos na gestão de transferências governamentais recebam formação adequada. Isso inclui todos os setores e pessoas que possuam acesso ao sistema.

2. Integração de Sistema

Segundo relatório da Controladoria-Geral da União (2023), a fragmentação de sistemas e a falta de interoperabilidade entre plataformas constituem os principais obstáculos para a efetiva implementação do Transfere.gov nos municípios brasileiros. O município enfrenta dificuldades com as multiplataformas utilizadas em cada secretaria, como o SIMEC na Educação, o SIGSAUDE na Saúde e o SIGTEV na Promoção Social, entre outros sistemas paralelos de apoio à gestão. Muitas secretarias e órgãos municipais ainda operam com sistemas legados ou soluções isoladas que não se comunicam com a plataforma Transfere.gov, frequentemente causando duplicidade na alimentação do sistema e prejudicando a gestão eficiente dos dados.

3. Transparência

Krauze (2019, p. 78) destaca que "a transparência na gestão pública transcende a mera obrigação legal, constituindo-se como pilar fundamental da governança democrática e da confiança cidadã". O princípio da transparência é prioridade do município. Assim, a gestão das informações, até a prestação de contas, é fundamental para o sucesso do Transfere.gov. Conforme estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), a transparência deve ser promovida de forma ativa, garantindo o acesso à informação pública de maneira clara e objetiva.

4. Monitoramento e Avaliação

Na Prefeitura de Rio Verde, há um acesso específico para cada usuário, descentralizando o usuário do prefeito e direcionando as responsabilidades aos setores competentes. A manutenção das informações atualizadas no sistema é de grande importância para um bom relacionamento entre concedente e conveniente. Os gestores devem desenvolver indicadores que não apenas acompanhem a execução dos recursos, mas também avaliem o impacto das ações nas comunidades.

Conclusão

A integração do Transfere.gov exige esforço conjunto entre gestores, servidores e sociedade civil. Os benefícios de uma gestão mais transparente são evidentes, apesar dos desafios. Investimentos em capacitação, integração de sistemas e monitoramento são fundamentais para adaptação à nova dinâmica, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusivo. Os gestores municipais devem compreender esses desafios como oportunidades de evolução, utilizando o sistema como ferramenta de transformação da gestão pública.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, L. F. Transparência e Prestação de Contas na Era Digital: O Caso do Transfere.gov. Cadernos de Administração Pública, v. 15, n. 2, p. 102-118, 2020.

BRASIL. Lei nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Análise do Uso do Sistema Transfere.gov. Brasília: CGU, 2023.

GOVERNO FEDERAL. Transfere.gov. 2025. Disponível em: <https://www.transfere.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2025.

KRAUZE, V. Transparência e Controle Social na Gestão Pública. São Paulo: Patois, 2019.

PEREIRA, C. A.; CATAN, L. Gestão Pública e Accountability. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SILVA, J. R.; ALMEIDA, M. Os Desafios da Implementação do Sistema Transfere.gov nos Municípios Brasileiros. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 4, p. 639-660, 2021.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. Dados e Informações sobre a Gestão Pública. 2025. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br>. Acesso em: 17 fev. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório Anual de Gestão das Transferências Federais. Brasília: TCU, 2022.

Fomentando a Cultura de Trabalho em Rede: A experiência da Escola de Governança Pública do Estado do Pará na Rede de Parcerias da União

Reinan Abreu

Resumo

A Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), por meio do seu Laboratório de Inovação e Governança e do Núcleo de Captação de Recursos, tem desempenhado um papel central na disseminação do trabalho em rede no âmbito da administração pública. Este relato de experiência apresenta as iniciativas promovidas pela EGPA na capacitação de gestores públicos estaduais e municipais e na difusão das transferências e parcerias da União, destacando a importância do Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br. A atuação da EGPA como Elo Educação na Rede de Parcerias da União fortalece a cooperação federativa e qualifica a gestão de recursos públicos, promovendo eficiência, inovação e boas práticas na governança pública.

Introdução

O fortalecimento da governança e da gestão pública no Brasil exige estratégias inovadoras e colaborativas que promovam eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Assim, a Rede de Parcerias da União surge como uma iniciativa essencial para a melhoria das transferências e parcerias da União, facilitando a qualificação dos agentes públicos.

A Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), alinhada a essa perspectiva, tem promovido capacitações e eventos voltados para a disseminação do trabalho em rede. Por meio do seu Laboratório de Inovação e Governança e do Núcleo de Captação de Recursos, a EGPA tem contribuído para a qualificação dos servidores públicos estaduais e municipais, fortalecendo sua atuação na execução de políticas públicas e na captação eficiente de recursos federais.

O Papel da EGPA na disseminação do trabalho em rede

A EGPA consolidou-se como um espaço de referência na capacitação de servidores públicos no Pará, impulsionando iniciativas inovadoras no campo da governança e da gestão pública. Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se:

1. Capacitações sobre Transferências e Parcerias da União

Por meio da Rede de Parcerias da União, a EGPA tem promovido formações sobre as modalidades de transferências discricionárias e obrigatórias, com foco nos desafios e nas boas práticas de gestão. Os cursos oferecidos abordam aspectos normativos e operacionais das transferências da União, capacitando servidores na correta aplicação dos recursos públicos e no cumprimento das exigências legais.

2. Promoção do Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br

O modelo Gestaopublicagov.br tem sido uma referência na capacitação promovida pela EGPA, proporcionando um arcabouço teórico e metodológico para a melhoria da governança no setor público. As capacitações incluem temas como liderança estratégica, integridade pública, gestão de riscos, inovação e cursos de formação de pontos focais e validadores para implementação do Gestaopublicagov.br, preparando os gestores para atuar com mais eficiência na administração pública.

3. Eventos e encontros para troca de experiências

A realização de eventos tem sido uma estratégia eficaz para a disseminação das práticas de trabalho em rede e troca de experiências entre gestores públicos. A EGPA, por meio do Laboratório de Inovação e Governança, tem promovido eventos voltados à qualificação dos servidores e o diálogo entre diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil.

Além do 23º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias – Etapa Pará, foram promovidos os cursos “Gestaopublicagov.br” na EGPA e “Transferegov.br - Módulo C” na Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará.

Impactos e resultados

A atuação da EGPA na Rede de Parcerias da União tem gerado impactos significativos na qualificação e na melhoria da gestão dos recursos públicos no Pará. Entre os resultados alcançados, destacam-se:

- Aumento da adesão dos municípios paraenses às boas práticas de governança e gestão pública.
- Capacitação em temas estratégicos para a gestão de parcerias e transferências da União.
- Fortalecimento e maior alinhamento entre as esferas municipal, estadual e federal.
- Fomento à inovação com o uso de ferramentas digitais e metodologias ágeis para a gestão de recursos públicos.
- Certificação de Maturidade da Governança e da gestão - Categoria Bronze

Conclusão

A experiência da EGPA na disseminação do trabalho em rede e na promoção da Rede de Parcerias da União demonstra o potencial transformador da capacitação e da inovação na gestão pública. Ao qualificar servidores e estimular a adoção de boas práticas, a EGPA fortalece a governança pública e contribui para a melhoria dos serviços prestados à população.

O compromisso da EGPA com a disseminação do modelo Gestaopublicagov.br e com a capacitação contínua dos gestores públicos reforça a importância das parcerias interinstitucionais na busca por uma administração pública mais eficiente, transparente e inovadora. Assim, a experiência relatada serve como um exemplo de como o investimento em capacitação e inovação pode gerar impactos positivos duradouros na governança pública.

Referências

BRASIL. Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019. Institui a Rede de Parcerias da União e dispõe sobre a governança das transferências da União. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 02 out. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br. Brasília, DF: MGI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mgi>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SCHOMMER, Paula C. Governança pública, redes e accountability: desafios para inovação na gestão pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 939-958, nov./dez. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

Essa Luz que me invade

Regina Lemos de Andrade

Havia pouco tempo que eu tinha chegado a um novo ambiente de trabalho. Clima agradável, pessoas competentes e que trabalhavam juntas havia bastante tempo. Cheguei com o gás dos recém-chegados e com toda a inexperiência deles. Fui para a área de atendimento ao usuário e lá aprendi lições valiosas, como empatia e a necessidade de urgência diante da demanda do outro. De cara, ali já tinha conquistado, no meu coração, o melhor lugar para se trabalhar.

Pouco tempo depois, houve uma mudança na gestão e um novo secretário trouxe a proposta do trabalho em Rede, com a missão de instituí-la. Quando a ideia da Rede chegou, encontrou uma equipe coesa e profissional, mas que também tinha uma rotina intensa e com pouco espaço para experimentar e implantar coisas novas.

Havia ofícios a serem respondidos, funcionalidades a desenvolver, normas a produzir – não podíamos parar.

Nosso secretário acreditava na ideia de Rede e usou toda a sua autoridade como chefe para determinar que a executássemos, trazendo inclusive uma pessoa de fora da equipe para implementar. A nova diretora chegou com essa missão. Confesso que a fase inicial foi desafiadora, com momentos de divergência, visões diferentes e até alguns atritos, mas a sinceridade e o propósito comum nivelam entendimentos e solucionam diferenças. Em pouco tempo, já trabalhávamos em sintonia – o que, mais tarde, resultou em uma sucessão de missões.

Essa nova visão nos tirou da zona de conforto, da zona segura da execução rotineira. Metaforicamente, posso dizer que ela colocou um espelho na frente de cada um de nós para enxergarmos o que fazíamos e aprendermos a mostrar isso para as pessoas.

Como área de atendimento, ficamos com a missão de instituir essa Rede entre os diversos atores que participavam, direta ou indiretamente, do processo de transferência de recursos da União – mais especificamente, o fluxo de convênios.

Um pouco incrédula de que teríamos receptividade dos demais órgãos, iniciamos uma série de ações: reuniões, preparação de visões, produção de materiais – tudo sem inventar nada novo em termos de produto ou funcionalidades. A gente começou, na verdade, a aprender a mostrar o que já existia – e que, apesar de todo o esforço e profissionalismo envolvidos, ainda era desconhecido para o público externo.

Assim como a nossa equipe, a cada reunião, a cada novo ator, sempre víamos rostos incrédulos diante do fato de que todos estavam ali para ouvir, discutir e se ajudar. Parecia uma "pegadinha". Em geral, o primeiro contato era desconfiado, com uma carga acumulada de falas, reclamações e sugestões. Esse comportamento se repetia, e, internamente, todos pensavam que era apenas mais uma ideia, mais um projeto que logo seria descontinuado.

Na contramão dessa péssima impressão coletiva, estávamos lá: reunião após reunião, ouvindo, combinando ações e cumprindo os combinados. Nunca significou unicidade de ideias, argumentos ou sequer viabilidade de todos os pedidos, mas sempre significou **propósito comum** e **confiança** – propósito comum de fazer a diferença e confiança de que ali os combinados sempre seriam executados.

A equipe, que já era coesa e altamente qualificada, percebeu que a Rede trazia um reconhecimento do trabalho que nenhum dinheiro ou cargo fornece e, mais do que isso, conseguiu focar as energias nas coisas que mais agregavam valor aos parceiros.

Comecei a perceber que o trabalho nunca foi sobre sistemas ou normas, mas sobre **pessoas**. Pessoas comuns, que possuem um desejo natural – um instinto – de melhorar a vida das pessoas. Que acreditam que podem fazer a diferença no seu ambiente. Observei também que, por algum motivo, por algum episódio nessa vida de desafios que todos carregamos, esse desejo – essa crença de que podem fazer a diferença – ficava abafado dentro de cada um.

Quando se é adulto, há um senso coletivo comum de que é “poliano” acreditar, querer mudar. Que pessoas assim são as que não trabalham seriamente, que têm tempo demais. Logo, por mais animado que se seja, em algum momento dessa nossa seríssima vida adulta, sufoca-se essa crença e entra-se num ciclo infinito de rotinas: sem tempo para acreditar, experimentar, se divertir – apenas executando, sem sentir o que está fazendo.

Não é um trabalho fácil, nem rápido. A sensação que tenho até hoje é a de que se trata de uma **desintoxicação de crenças limitantes**, de rotinas, de solidão profissional. Trata-se de **cuidar profissionalmente do outro** para que, crendo em si e empoderado de seu papel de servir à sociedade, ele consiga ampliar tudo aquilo em que acredita – porque sabe que **não está sozinho**.

À medida que a confiança era gerada, tínhamos a mesma sensação de que uma pequena vela era acesa na escuridão. E, pouco a pouco, outras velas foram se acendendo, dividindo sua chama e ampliando a visão.

Nessa caminhada como servidora pública, a Rede me fez enxergar o verdadeiro significado de **servir**, que é **oferecer algo ao outro, ajudar, apoiar**. A cada vela de esperança que vejo a Rede acender, sinto essa luz me invadir – no corpo, na alma, no coração, na mente –, gerando uma energia sem limites.

Hoje, com 10 anos de maturidade, consigo enxergar que a “determinação do chefe” foi, na verdade, a visão de um líder que admiro até hoje e a quem serei eternamente grata – e que, na minha opinião, a instituição da Rede foi o seu maior legado na administração pública. Aprendi que todos os perfis profissionais e pessoais são necessários, que cada um contribui com o que possui e que cada um apreende e passa a levar dentro de si essa luz, essa chama de que **pode fazer a diferença**.

A confiança nessa rede de apoio é o que sustenta toda a lógica da Rede. Já a empatia permite, ao me colocar no lugar do outro, compreender melhor suas dificuldades e pensar em soluções que realmente façam sentido; e o profissionalismo e perenidade da equipe permitem que ideias sejam efetivadas e se tornem realidade. Estar nessa Rede é ter a certeza de que você consegue. Afinal, você nunca mais estará sozinho – e, quando sonhamos todos juntos, tornamos a melhoria na vida do outro uma realidade.

* O termo "**poliano**" vem do nome da personagem **Pollyanna**, criada pela escritora americana **Eleanor H. Porter**, no livro de mesmo nome publicado em 1913. Pollyanna é uma menina órfã que, mesmo enfrentando várias dificuldades, sempre encontra algo positivo em qualquer situação. Ela joga o chamado "**jogo do contente**", em que tenta **encontrar motivos para ficar feliz, mesmo nas piores circunstâncias**. "Poliano" é alguém que vê o mundo com um otimismo exagerado.

Uma Carta Aberta: Desafios e Conquistas

Rizia Alves

Oi, sou uma das coordenadoras da Rede, do elo União.

Tenho 44 anos, quase 20 no serviço público, dois lindos filhos, nascida e criada em Brasília, de pais mineiros. Sou formada em Administração, com pós-graduação em Gestão Ambiental.

Se você chegou até aqui na leitura é porque, ou faz parte da Rede de Parcerias, ou trabalha com convênios, ou outros instrumentos de transferências de recursos, ou é fã da Diretora cujo nome começa com a letra R (entendedores entenderão).

Eu sou as 3 coisas, comecei a trabalhar com convênios no ano de 2022, sem conhecer nada sobre o tema. Mergulhei de cabeça no assunto, e apesar de, a princípio, achar complicado, chato, com vários normativos diferentes e ainda com infinitos problemas em cada um deles me vi fascinada e envolvida nesse mundo.

Então, acredito que ou você ama, ou você odeia. Fiquei na primeira opção e o falecido vovô Siconv foi entrando no meu vocabulário mesmo já tendo mudado de nome 2 vezes. Acho que ainda vou ouvir por um bom tempo essa palavra.

Ao ingressar no serviço público federal em 2006, percebi rapidamente que trabalhar com políticas públicas seria um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das experiências mais gratificantes que um profissional poderia vivenciar. Desde muito nova me imaginei fazendo algo grandioso, no sentido de ajudar pessoas e nosso planeta, mesmo não sabendo o caminho que seguiria mais tarde.

Os desafios são inúmeros. A burocracia, muitas vezes, pode tornar os processos mais lentos do que gostaríamos. A necessidade de articular com diferentes órgãos, atender a interesses diversos e lidar com mudanças de governo exige resiliência e flexibilidade. Além disso, o impacto direto das decisões políticas pode gerar obstáculos inesperados na implementação de projetos e resolução de problemas.

Trabalhar para criar e aprimorar políticas que beneficiam milhões de pessoas é algo que traz um enorme senso de propósito. Ver um convênio/TED sair do papel e melhorar a vida da população – seja na educação, saúde, saneamento, infraestrutura ou assistência social – é uma sensação muito boa. Os êxitos compensam cada dificuldade, apesar de muitos perrengues envolvidos.

A Rede de Parcerias, organizada pela Diretoria de Transferências e Parcerias da União, da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação (DTPAR/MGI) tem esse propósito e foi constituída para aprimorar, disseminar e compartilhar conhecimentos relativos à gestão de parcerias e isso envolve colaboração mútua e interesse público.

A Rede é acolhedora, ela te abraça e faz com que não nos sintamos sozinhos. Há interações entre diferentes entes acontecendo a todo momento. A ferramenta de WhatsApp é um plus que me encantou ainda mais. Comecei a aprender somente ao ler

as mensagens e me vi vibrando quando um problema era resolvido. Assim, me senti ainda mais acolhida (sou canceriana, podem me julgar).

Comecei a assistir os vídeos da Rede, no canal do MGI no Youtube, com um saco de pipoca na sala de casa (rs). Sim parece loucura, e talvez seja. É muito legal ver as peças de um quebra cabeça se formando e você aprendendo, vendo as soluções, os fluxos e como tudo funcionava e funciona.

As “lives” eram um show à parte. E o que falar dos cursos de multiplicadores? Uma semana intensiva sobre o transferegov.br, com pessoas do Brasil todo, de elos diferentes, conhecendo o lado do conveniente e da concedente, as dores e dificuldades em todos os processos do ciclo de vida dos instrumentos.

Quando a empresa onde trabalho aderiu a Rede em dezembro de 2023, fiquei muito feliz e realizada como agente público. Estávamos no caminho certo e procurando fazer o melhor, principalmente para a grande população beneficiada por meio de todos esses instrumentos de políticas públicas operacionalizados por essa plataforma e ainda somado com a grande capilaridade da área de atuação da minha empresa no Brasil.

A Rede tem sido fundamental para aprimorar a governança e a execução dos recursos públicos, assegurando que estados, municípios e organizações da sociedade civil tenham suporte e diretrizes claras para uma gestão mais eficiente e responsável. A articulação entre os diversos atores envolvidos garante que os recursos federais cheguem ao destino correto, transformando projetos em realidades que beneficiam diretamente a população.

Outro grande aprendizado foi entender que mudanças estruturais levam tempo, mas que cada avanço, por menor que pareça, contribui para um futuro melhor. Esse trabalho tem me ensinado a importância da persistência, do diálogo e da visão de longo prazo para transformar ideias em realidade.

Conheci e conheço pessoas incríveis todos os dias, pessoas que pegaram na minha mão e não soltaram mais, pessoas essas que nunca imaginei que poderiam me ajudar com problemas “básicos e iniciantes”.

A empatia nesses momentos é fator motivacional e nos impulsiona a fazermos o melhor o tempo todo. A rotina dinâmica e sem chance de cair no tédio é outro incentivador.

Mais do que um espaço de troca de experiências, a Rede é um símbolo da construção coletiva para um país mais eficiente e sustentável. Seu impacto transcende os desafios administrativos, pois representa o compromisso com a entrega de serviços públicos de qualidade e o desenvolvimento equitativo do Brasil.

O trabalho da Rede fortalece não apenas as instituições, mas, sobretudo, a esperança em um futuro mais promissor para todos nós brasileiros. A cada obstáculo superado, cresce a certeza de que estamos contribuindo para um país mais justo e eficiente.

Parabéns à Rede de Parcerias da União! Que essa jornada continue inspirando novas conquistas e transformações. Conte sempre comigo para essa grande missão.

Transferegov.br: Uma Ferramenta Gerencial de Políticas Públicas

Roberto Viana dos Santos

O objetivo deste artigo é contextualizar a Plataforma Transferegov.br – anteriormente chamada *Siconv* e/ou *Portal de Convênios* – e mostrar sua relevância para todas as esferas da administração pública. Busca fornecer uma visão abrangente para os gestores responsáveis pela execução de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de parcerias, evidenciando o impacto social e econômico mensurável dessas políticas públicas no âmbito dos entes federativos e na promoção da boa governança.

A gestão de políticas públicas atualmente depende, em grande medida, do estabelecimento de parcerias entre o poder público e a sociedade civil. Essa influência mútua promove a ampliação dos mecanismos de prestação indireta de serviços, bem como a focalização e racionalização dos gastos públicos. Nesse contexto, a Plataforma Transferegov.br tem se destacado como uma ferramenta essencial para a transparência e o controle na transferência de recursos, contribuindo para a melhoria dos processos de formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas.

A implantação de um sistema informatizado de acompanhamento – instituído a partir de determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) nos Acórdãos 788 e 2088/2006 – representou um importante passo na modernização dos mecanismos de descentralização de recursos, possibilitando a visualização, em tempo real e de forma acessível, dos instrumentos de parcerias utilizados para a transferência de recursos, fortalecendo a transparência, rastreabilidade e o controle social.

A sua implementação teve início em meados de 2008, com as alterações introduzidas pelo Decreto no 6.619/2008 no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que a tornou de uso obrigatório para todos os gestores de recursos públicos executados de maneira descentralizada. Alterações subsequentes, como as introduzidas pela Portarias Interministeriais MP/MF/CGU nºs 127/2008; 507/2011; 424/2016, e a atual regulamentação, conforme o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, demonstram o compromisso do Governo Federal em aprimorar os mecanismos de controle e avaliação dos instrumentos. A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023, com suas alterações, normatiza os procedimentos relativos à formalização, execução e prestação de contas desses instrumentos, evidenciando o contínuo aperfeiçoamento do sistema.

Antes, não havia uma padronização dos instrumentos de parcerias no Brasil, o que gerava multiplicidade interpretativa das normas e lentidão na liberação das transferências para os investimentos. O plano de trabalho era encaminhado no papel, via correio, gerando uma tramitação mais lenta do processo. Além disso, não havia ferramenta para acompanhar a real utilização dos repasses, dificultando a fiscalização. Mais do que garantir controle preciso por parte dos ministérios e órgãos de controle (TCU, TCE, TCM, CGU), possibilita que qualquer cidadão possa

acompanhar o andamento e cobrar dos responsáveis a correta aplicação dos recursos.

O Sistema de Gestão de Instrumentos e Parcerias do Governo Federal, implementado por meio da Plataforma Transferegov.br, visa conferir maior transparência e controle aos repasses de recursos, tanto para entes públicos quanto para entidades privadas sem fins lucrativos. A ferramenta permite que os órgãos concedentes (órgãos públicos federais) e os convenientes (estados, municípios, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, organismos internacionais e entidades privadas sem fins lucrativos) gerenciem, de forma online, os instrumentos celebrados, facilitando o acesso a programas governamentais e a comunicação de demandas não contempladas.

Essa centralização dos principais programas do Governo Federal, usada para a promoção das ações de políticas públicas, contribui para a simplificação da descentralização de recursos e para o mapeamento efetivo das demandas. Dos cinco instrumentos iniciais, mais de 30 estão agora em operação. Dessa forma, o Portal promove uma interação mais efetiva entre a União, os demais entes federativos e as organizações da sociedade civil, ampliando a capacidade de resposta às necessidades sociais e regionais.

Apesar dos desafios enfrentados durante a implantação, a iniciativa é amplamente reconhecida por sua contribuição à transparência, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão dos repasses federais.

O aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle e a atualização das regras para a celebração dos instrumentos refletem o compromisso do Governo Federal em orientar a ação do Estado para resultados, com foco no cidadão e na qualidade do gasto público.

Nesse cenário, é imprescindível que os agentes públicos, em todas as esferas governamentais, sejam capacitados para conduzir processos de celebração, execução e prestação de contas que garantam a aplicação regular e eficaz dos recursos transferidos. A gestão por meio da plataforma deixa de ser apenas um repasse de verbas sem monitoramento e assume o caráter de um instrumento de execução de políticas públicas que fomenta a participação técnica e organizada dos diversos níveis de governo.

Em síntese, a Plataforma Transferegov.br representa um avanço decisivo na gestão e no controle dos recursos públicos transferidos, contribuindo para a integração entre a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades do terceiro setor. Ao facilitar o acesso a programas governamentais e aprimorar a transparência nas parcerias, fortalece a governança e promove um impacto social e econômico mensurável. A continuidade e o aprimoramento das práticas de gestão de parcerias são fundamentais para que o processo de descentralização de recursos se torne cada vez mais eficiente e alinhado com as demandas e desafios do setor público contemporâneo.

Do Siconv ao Transferegov.br: A evolução dos Sistemas de Gestão e a Importância da Tecnologia na Integração e Transparência na Gestão Pública

Ronaldo Pereira

O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem sido um divisor de águas na gestão pública brasileira. Desde a implantação do Sistema de Convênios (Siconv), passando pela Plataforma +Brasil, até a versão atual com o Transferegov.br, percebe-se um movimento contínuo de aprimoramento. O objetivo: centralizar e tornar as transferências de recursos da União para estados, municípios e entidades da sociedade civil mais ágeis, eficientes e transparentes.

Essa modernização reflete um compromisso do governo com a otimização da aplicação dos recursos públicos e com o fortalecimento da Rede de Parcerias, um ambiente que une agentes públicos de todas as esferas federativas. Esse ecossistema tem papel essencial na melhoria da gestão, promovendo capacitação, ampliando a transparência e facilitando a interação entre os diversos atores envolvidos na administração de transferências e investimentos públicos.

Do Siconv ao Transferegov.br: uma trajetória de modernização

Criado em 2008, o Siconv (Sistema de Convênios) surgiu como resposta à necessidade de centralizar, modernizar e tornar mais transparente o processo de transferências voluntárias de recursos federais. Sua implantação trouxe mudanças significativas:

- **Centralização:** Unificou as informações sobre convênios e transferências, facilitando o acesso e a gestão.
- **Transparência:** Permitiu que órgãos de controle, gestores e a sociedade acompanhassem e fiscalizassem os processos com mais clareza.
- **Eficiência:** Reduziu a burocracia, otimizou e digitalizou processos e os prazos para a celebração e execução dos convênios.
- **Controle:** Melhorou o monitoramento e a avaliação dos projetos financiados, incorporando no digital a observância, a prática, normas e regras inerentes da operacionalização de convênios e instrumentos de repasse.

O impacto do Siconv foi notável; pude experienciá-lo desde o início, quando já atuava no serviço público, portanto, é com conhecimento e prática que arquitetamos nossa perspectiva deste sistema, que estabeleceu uma cultura de *accountability*¹ e aprimoramento da aplicação dos recursos públicos. Em 2019, a Plataforma +Brasil

veio com uma interface mais moderna e acessível, integrando ainda mais dados em tempo real. Mas foi em 2022 que o Transferegov.br consolidou essa evolução na versão que conhecemos, reunindo em um único ambiente ferramentas de transferências, parcerias e investimentos em infraestrutura.

Uma boa ideia agora seria expandir ainda mais o sistema, incorporando bases de dados de áreas como Educação (Simec), Saúde (InvestSUS) e Assistência Social (Sigtv), que possuem plataformas próprias, além das Transferências Especiais, que na história recente ganharam protagonismo pelo volume de recursos que movimenta no Orçamento Geral da União. Toda essa incorporação tornaria o Transferegov.br um verdadeiro *hub*² centralizador das transferências de recursos, aumentando a transparência e facilitando a fiscalização. No entanto, o desafio para os setores de TI do Governo Federal é imenso, considerando o volume de informações, dados e documentos a serem integrados e os padrões técnicos e de infraestrutura de rede, necessários para garantir a segurança e a interoperabilidade.

Tecnologia e instrumentos de comunicação remota no fomento à Gestão Pública

O lançamento do Transferegov.br coincidiu com um momento de grande transformação digital, impulsionado pela pandemia de COVID-19. O distanciamento social acelerou a adoção de tecnologias como videoconferências, webinários (seminários online) e plataformas de ensino a distância. Essas ferramentas permitiram que gestores públicos se capacitassem de forma mais frequente e acessível, ainda mais em um país continental como o Brasil.

Impacto na integração dos gestores públicos

Com a evolução das plataformas digitais, a colaboração entre gestores municipais, estaduais e federais se tornou mais dinâmica. O Transferegov.br ajudou a reduzir burocracias e ampliou a transparência dos processos. Hoje, webinários, treinamentos online e eventos virtuais fazem parte da rotina dos agentes públicos, disseminando conhecimento e promovendo boas práticas de gestão.

Transparência e Controle Social

Outro grande avanço proporcionado pelo Transferegov.br foi o fortalecimento do controle social. Com relatórios detalhados e *dashboards*³ interativos, os cidadãos passaram a ter um acesso mais direto às informações sobre transferências de recursos. Isso aumenta a fiscalização popular e reduz riscos de irregularidades, promovendo uma gestão pública mais responsável.

Conclusão

A evolução do Siconv para o Transferegov.br demonstra um salto significativo na modernização da gestão pública. Com uma abordagem cada vez mais integrada e digital, o sistema permitiu avanços na transparência, eficiência e no controle social.

A Rede de Parcerias, ao promover a interação entre os diferentes entes federativos, fortalece a governança e garante uma melhor aplicação dos recursos públicos. No futuro, a incorporação de outros sistemas pode tornar o Transferegov.br uma ferramenta ainda mais poderosa para a gestão de transferências no Brasil. O desafio agora é seguir aprimorando a plataforma, garantindo que a tecnologia continue a ser uma aliada essencial na busca por uma administração pública mais moderna, eficiente e transparente.

¹ *Accountability* - expressão que remete à ideia de transparência: nos atos, nas metas, nos objetivos, nas entregas de resultados, na definição de responsabilidades e, claro, na prestação de contas.

² *Hub* - ambientes físicos ou virtuais que agregam vários produtos ou serviços ao mesmo tempo, gerando mais valor para clientes da empresa ou da marca.

³ *Dashboards* - painel visual que contém informações, métricas e indicadores e exibe informações de maneira visual e fácil de entender.

Uma Década de Colaboração: A Experiência do Governo do Distrito Federal na Rede de Parcerias

Sadi Peres Martins
Fabiana Ramos da Silva Ribeiro Alves

Este artigo analisa a trajetória do Governo do Distrito Federal (GDF) ao longo de uma década de participação na Rede de Parcerias, iniciativa que visa aprimorar a gestão pública por meio da colaboração entre diferentes esferas governamentais e organizações da sociedade civil. São discutidos o histórico de adesão, a estrutura organizacional implementada, os principais projetos desenvolvidos, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras dessa colaboração.

O Distrito Federal é dividido em 31 regiões administrativas, e sua população, de acordo com a estimativa do IBGE em 2022, é de 2.817.381 habitantes. A captação de recursos oriundos do Orçamento Geral da União é fundamental para financiar projetos de investimento com repercussão social, abrangendo áreas como educação, saúde, infraestrutura urbana e social, mobilidade, entre outros. A busca por esses recursos é essencial, especialmente diante do aumento das despesas governamentais e da necessidade de garantir a prestação de serviços eficientes e adequados às demandas da população.

A Rede de Parcerias é uma ferramenta estratégica da União para otimizar a colaboração com estados, municípios, Distrito Federal e órgãos federais. Ela agiliza a distribuição e o monitoramento de recursos, facilita a criação e disseminação de normativos por meio de vídeos e reuniões virtuais, e promove a transparência na gestão pública.

Histórico de adesão à Rede de Parcerias

A participação do GDF na Rede de Parcerias teve início em 2015, com a adesão à Rede SICONV. Essa decisão representou um compromisso com a capacitação contínua dos servidores e a melhoria na execução das transferências voluntárias de recursos federais. Para coordenar essas ações, foi criada a Unidade de Gestão Estadual do Distrito Federal (UGE/DF), vinculada à Subsecretaria de Captação de Recursos da Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento da Secretaria de Economia do DF (SEEC/SEFIN/SUCAP). Ao longo dos anos, o GDF participou de iniciativas como mapeamento de processos, aplicação do Modelo de Excelência na Gestão (MEG) e monitoramento das transferências de recursos federais.

Estrutura organizacional e funcionamento da UGE/DF

A UGE/DF desempenha um papel central na coordenação das ações da Rede de Parcerias no Distrito Federal. Subordinada à SUCAP, é responsável por promover a

capacitação de servidores, monitorar as transferências voluntárias e acompanhar projetos financiados. Essa estrutura organizacional tem sido frequentemente escolhida como piloto em iniciativas do governo federal devido à sua proximidade geográfica, à semelhança com a estrutura de outros estados e à complexidade do governo local, que combina características de estado e município, para o aprimoramento da governança pública e para a ampliação da transparência nas ações governamentais.

Principais projetos e iniciativas desenvolvidos

Durante sua participação na Rede de Parcerias, o GDF implementou diversos projetos que contribuíram para a melhoria da gestão pública:

- **Capacitação de Servidores:** em parceria com a Escola de Governo do DF (EGOV), foram realizados treinamentos focados na utilização do Transferegov.br, visando aprimorar as competências dos servidores na gestão de transferências voluntárias.
- **Sistema de Gerenciamento de Recursos (SIGER):** desenvolvido para monitorar convênios e contratos de repasse, o SIGER proporciona maior transparência e controle sobre a aplicação dos recursos públicos.
- **Banco de Projetos:** plataforma destinada ao cadastro e avaliação de projetos das secretarias distritais, facilitando a captação de recursos e a elaboração do Caderno de Emendas.
- **Aplicação do MEG e Índice de Maturidade em Governança e Gestão (IMGG):** ferramentas utilizadas para avaliar e aprimorar a governança e a gestão pública, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.
- **Dashboards em Power BI:** desenvolvimento de painéis de controle para análise e acompanhamento de indicadores de desempenho, permitindo uma gestão mais estratégica e baseada em dados.

Desafios enfrentados e lições aprendidas

Durante sua trajetória na Rede de Parcerias, a UGE/DF enfrentou desafios que proporcionaram valiosas lições:

- **Rotatividade de equipes:** a alta rotatividade de servidores nos órgãos do GDF, exigiu a implementação de programas contínuos de capacitação para manter a qualidade dos serviços.
- **Necessidade de capacitação contínua:** a evolução constante das ferramentas e processos administrativos destacou a importância de investir regularmente na formação dos servidores.
- **Mudanças de governo:** as transições governamentais requereram adaptações e reforçaram a necessidade de uma comunicação eficaz entre os diferentes níveis de governo.

- **Pandemia de Covid-19:** a crise sanitária evidenciou a necessidade de agilidade na execução de recursos e na implementação de políticas públicas emergenciais.

Esses desafios ressaltaram a importância da troca de boas práticas, do aprimoramento contínuo dos processos e da comunicação eficaz entre os entes federativos.

Conclusão

A parceria entre GDF e governo federal na Rede de Parcerias impulsiona o desenvolvimento social e econômico do DF. Nos últimos anos, essa colaboração resultou em captação de recursos, capacitação de servidores e aprimoramento da gestão de projetos, promovendo políticas públicas eficazes e gestão transparente.

O Governo do Distrito Federal tem implementado uma série de iniciativas estratégicas com o objetivo de aprimorar a gestão pública e fortalecer a transparência no uso de recursos federais. Para o ano de 2025, o GDF pretende internalizar algumas ferramentas disponibilizadas pela plataforma Transferegov.br, com destaque para o Obrasgov.br, o Cadastro Integrado de Projeto de Infraestrutura e o Fiscalgov.br. Adicionalmente, o GDF busca melhorar o desempenho do Distrito Federal nos indicadores da Rede de Parceria, uma iniciativa do governo federal que promove a colaboração entre os entes da federação.

Diante do que apresentamos nestes 10 anos de Rede de Parcerias, enfrentamos diversos desafios, incluindo mudanças de governos nas esferas federal e distrital, avanços tecnológicos e a rotatividade de pessoal. Muitas pessoas passaram pela Rede e, mais importante ainda, muitas foram beneficiadas por ela. Inúmeros recursos foram executados, resultando em diversos projetos entregues para a população brasileira.

A Rede nasceu, cresceu e continua a se fortalecer, sempre guiada pela distribuição e transparência dos recursos públicos. Ela unifica as metodologias aplicadas aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, promovendo uma gestão mais coesa e eficiente. A Rede de Parcerias, incluindo todas as redes participantes, tornou-se uma ferramenta primordial do Governo Federal. Por meio dela, são tratados de forma ágil e eficiente todos os assuntos de alta complexidade e relevância para a administração pública do país no que tange à captação, à execução, ao controle e à transparência dos recursos públicos.

Essa estrutura mantém o Brasil coeso e atualizado em relação às mudanças de normas, novas regras e legislações, direcionando estados, municípios, Distrito Federal, organizações da sociedade civil e órgãos da União para uma melhor gestão e destinação dos recursos públicos. Com isso, a Rede consegue, mesmo que de forma gradual, mas eficiente, reduzir a desigualdade tradicional ou cultural entre os entes da federação. E quem mais se beneficia dessa evolução é a população brasileira, que recebe serviços públicos de melhor qualidade e mais transparentes.

A Política de Transferências da União

Entre 2017 e 2024: Diagnóstico, Avanços e Desafios

Sérgio Tadeu Neiva Carvalho

As transferências voluntárias da União constituem um dos principais instrumentos de cooperação federativa no Brasil, permitindo que recursos federais sejam aplicados por estados, municípios e organizações da sociedade civil para a realização de políticas públicas. Diferentemente das transferências obrigatórias, essas transferências estão condicionadas à celebração de parcerias e dependem do cumprimento de requisitos legais e administrativos específicos.

Este artigo analisa os principais problemas diagnosticados, os avanços obtidos e os desafios persistentes da política de transferências voluntárias da União.

Diagnóstico (2017–2024)

Diversos relatórios de auditoria da CGU apontam para problemas estruturais na execução e controle das transferências voluntárias. O Relatório nº 817871 identificou o acúmulo de mais de R\$ 5 bilhões em saldos inativos mantidos por convenientes em contas correntes, o que indica falhas na gestão financeira e descumprimento das normas que regulam o uso dos recursos públicos. Esse cenário revela não apenas ineficiência administrativa, mas também risco fiscal, uma vez que os recursos parados impactam a programação orçamentária e reduzem o efeito redistributivo das transferências.

Já o Relatório nº 841922 revelou que os fundos utilizados pelos convenientes para a aplicação financeira dos recursos apresentavam rentabilidade inferior ao CDI e taxas administrativas elevadas. Em muitos casos, a falta de orientação e padronização fez com que os recursos permanecessem alocados em fundos pouco vantajosos, resultando em prejuízos ao erário.

A análise das cláusulas suspensivas, conforme o Relatório nº 833341, demonstrou que muitos instrumentos foram celebrados sem a devida aplicação dessas cláusulas, o que comprometeu sua eficácia como instrumento de controle e mitigação de riscos. As cláusulas suspensivas, quando bem aplicadas, podem impedir a liberação de recursos até que determinadas condições legais sejam cumpridas, como a apresentação de licenciamento ambiental ou aprovação legislativa local. No entanto, a falta de critérios técnicos para sua definição e a aplicação desigual entre órgãos concedentes minaram seu potencial.

O Relatório nº 968153, que avaliou a execução das transferências especiais oriundas de emendas parlamentares, apontou inconsistências graves. Foram verificadas situações de ausência de chamamento público, contratação de entidades

sem capacidade operacional e uso dos recursos para pagamento de pessoal, o que contraria a legislação vigente.

Avanços

Um dos marcos do período analisado foi a criação e implementação do sistema *Malha Fina de Convênios*, uma solução de auditoria automatizada baseada em algoritmos de aprendizado de máquina. O sistema classifica convênios com base na probabilidade de aprovação ou rejeição de suas prestações de contas. Cada convênio recebe um escore que varia de 0 a 1, sendo os mais próximos de 1 considerados de alto risco. O sistema Malha Fina foi treinado com mais de 46 mil relatórios de prestação de contas e mostrou elevado grau de precisão. Sua aplicação permitiu reduzir significativamente o passivo de mais de 15 mil instrumentos pendentes, totalizando cerca de R\$ 17 bilhões. O tempo médio de análise, antes estimado em 2,5 anos por instrumento, caiu drasticamente.

Já o Relatório nº 946302 demonstrou que a elevação dos valores mínimos para a celebração de transferências contribuiu para a racionalização da política, reduzindo a fragmentação dos recursos em pequenos convênios de baixo impacto.

Outro avanço importante foi a maior adoção do pregão eletrônico nas licitações vinculadas a recursos transferidos, conforme o Relatório nº 852325. Com a regulamentação do Decreto nº 10.024/2019, aumentou-se a transparência e competitividade nos processos licitatórios, dificultando práticas anticompetitivas e oferecendo melhores preços ao poder público.

Desafios

Apesar dos avanços, permanecem importantes desafios. A devolução de saldos não utilizados ainda é limitada, como demonstrado pelo Relatório nº 817871, o que compromete a eficiência da alocação orçamentária. Há também resistência à plena adoção da análise informatizada por parte de órgãos concedentes, o que limita o potencial de expansão da Malha Fina de Convênios.

A fiscalização das emendas parlamentares — especialmente as transferências especiais — apresenta baixa transparência, conforme o Relatório nº 968153 (dezembro/2022), que identificou fragilidades como a ausência de critérios técnicos, direcionamento político de recursos e dificuldades na responsabilização dos convenientes. Além disso, a heterogeneidade na aplicação das políticas por diferentes órgãos concedentes exige padronização de parâmetros e melhoria na governança interinstitucional.

Outro desafio diz respeito à resistência cultural à adoção de tecnologias. Muitos órgãos ainda preferem a análise convencional, baseada em papel e avaliação subjetiva, o que dificulta a expansão da auditoria automatizada.

Conclusão

O ciclo 2017–2024 marca um ponto de inflexão na política de transferências voluntárias da União. O uso da inteligência artificial na auditoria de convênios, por meio da Malha Fina, representa uma inovação disruptiva, alinhada aos princípios da governança digital e da administração pública orientada por dados. Os ganhos em eficiência, economia e celeridade são evidentes.

Contudo, a plena efetividade da política exige avanços institucionais adicionais. É preciso garantir a integridade dos parâmetros de risco, fortalecer a governança sobre os algoritmos e incentivar uma cultura administrativa aberta à inovação. O Transferegov.br, como sistema estruturante, deve ser fortalecido com regras claras, interoperabilidade e auditoria contínua.

A consolidação de uma política pública moderna de transferências voluntárias depende, em última instância, da articulação entre tecnologia, transparência e compromisso federativo com a boa gestão dos recursos públicos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação de saldo em contas correntes dos convenientes nas Transferências Voluntárias*. Brasília: CGU, 2020. (Relatório de Avaliação nº 817871).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação da aplicação financeira das contas de recursos federais transferidos a outros entes*. Brasília: CGU, 2021. (Relatório de Avaliação nº 841922).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação da utilização do pregão eletrônico nas licitações decorrentes de transferências voluntárias da União*. Brasília: CGU, 2021. (Relatório de Avaliação nº 852325).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação das cláusulas suspensivas dos instrumentos de transferências voluntárias da União operacionalizados na Plataforma +Brasil*. Brasília: CGU, 2021. (Relatório de Avaliação nº 833341).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Consultoria sobre a expansão do Malha Fina de Convênios para fora da Plataforma +Brasil*. Brasília: CGU, 2022. (Relatório de Consultoria nº 892337).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Consultoria sobre o aumento dos valores mínimos das Transferências Voluntárias da União*. Brasília: CGU, 2021. (Relatório de Consultoria nº 946302).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação da efetividade do sistema Malha Fina de Convênios e uso da inteligência artificial na análise informatizada de prestação de contas de convênios e contratos de repasse*. Brasília: CGU, 2021. (Relatório de Avaliação nº 817868).

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Avaliação da execução e prestação de contas dos recursos de emendas individuais alocados em Transferências Especiais*. Brasília: CGU, 2022. (Relatório de Avaliação nº 968153).

CARVALHO, Sérgio Tadeu Neiva. Impacto da inteligência artificial na atividade de auditoria: equacionando gargalos nos repasses da União para entes subnacionais. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

Santo Antônio do Monte e a Excelência em Governança: da Superação de Desafios ao Destaque Nacional na Primeira Colocação na Categoria Administração Pública Municipal - Não Capitais - Grupo 4

Taina Neiva
Ana Vitória Batista Dumbá

O Município de Santo Antônio do Monte

Santo Antônio do Monte, conhecido popularmente como Samonte, é um dos 853 municípios de Minas Gerais. Está localizado na região Centro-Oeste do estado e, com uma população estimada de aproximadamente 27.295 pessoas, apresenta características típicas de um município de porte médio; sua economia é diversificada e inclui setores como a agropecuária, o comércio e os serviços. É reconhecido nacionalmente por sua tradição na produção de fogos de artifício, sendo considerado a "Capital Nacional dos Fogos".

O município também se destaca pelo seu potencial turístico, com festas tradicionais, como a celebração do padroeiro Santo Antônio, e eventos culturais relacionados à pirotecnia, que atraem visitantes de diversas regiões do país. Além disso, a cidade tem investido em iniciativas voltadas para o fortalecimento da identidade cultural e do patrimônio histórico local.

Desafios e potencialidades em governança

Municípios como Santo Antônio do Monte enfrentam desafios específicos na implementação de práticas de governança. Entre as limitações mais comuns estão a escassez de recursos financeiros e humanos, que impactam diretamente a capacidade administrativa e a execução de políticas públicas eficientes. Além disso, a infraestrutura tecnológica também representa um obstáculo, pois muitos municípios não dispõem de sistemas integrados que facilitem a transparência e a eficiência administrativa.

No entanto, apesar dessas limitações, Santo Antônio do Monte conseguiu desenvolver os mecanismos necessários para implementar práticas de governança eficazes. Um dos fatores determinantes para esse sucesso foi a atuação do Comitê de Governança, que desempenha um papel fundamental ao caminhar em paralelo com a gestão municipal, sem uma relação hierárquica direta. Esse comitê funciona, assim como deve ser, como um espaço de articulação e coordenação entre diferentes setores da administração, promovendo a integração de iniciativas, a troca de boas práticas e o alinhamento estratégico. Essa estrutura colaborativa possibilitou a

adoção de processos mais eficientes, com foco na melhoria contínua e na transparência das ações públicas.

No mesmo sentido, o apoio e o incentivo, por meio da plataforma, aos municípios que adotam boas práticas por meio do desenvolvimento constante de avaliações de desempenho, do mapeamento dos processos, bem como de ouvidorias que possuam uma eficácia comprovada, valorizam aquelas organizações que já estão no caminho certo.

Por meio do IMGG, o município aprimorou os processos de avaliação dos riscos com a execução de um plano que tenha o monitoramento preventivo constante, não somente evitando que as crises ocorram, como também utilizando os dados na tomada de decisões, por meio de indicadores de desempenho e, principalmente, de participação popular, promovendo a continuidade das boas práticas e da transparência.

É importante destacar ainda o papel da carta de serviços municipal, que foi revista durante o processo de aplicação, sendo implantados mais de 100 serviços que estão disponíveis aos cidadãos por acesso eletrônico, como site e aplicativo, reduzindo as filas e ampliando o acesso por meio da informatização e evolução dos processos administrativos.

Esse desempenho levou Santo Antônio do Monte a conquistar a categoria Bronze 4, com uma pontuação de 98,34 pontos, refletindo um elevado nível de maturidade em governança e gestão. A priorização, sistematização e implementação de ações de melhoria consolidaram uma cultura organizacional voltada para resultados, aumentando a satisfação com a prestação dos serviços à população e demonstrando que, mesmo em cenários de limitações, é possível avançar significativamente na gestão pública.

Impactos da certificação

Por meio do segundo reconhecimento nacional da excelência na Governança e na Gestão Pública, o município recebeu ainda a primeira colocação na categoria Administração Pública Municipal – Não Capitais – Grupo 4 (municípios entre 20.000 e 50.000 habitantes e PIB per capita maior que R\$ 16.710,51), consolidando-se como um verdadeiro destaque nacional.

A certificação obtida trouxe impactos positivos significativos para a administração de Santo Antônio do Monte. Primeiramente, serviu como um incentivo interno para os gestores e servidores, validando o trabalho realizado e demonstrando que o município apresenta excelente desempenho em termos de boas práticas de governança e gestão.

O reconhecimento também proporcionou clareza no planejamento futuro, oferecendo direções concretas para a continuidade e aprimoramento das políticas públicas. Com a certificação, a gestão pública ganhou ferramentas para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria, promovendo uma cultura de avaliação contínua.

Outro aspecto importante é a validação externa da gestão municipal. O reconhecimento por um órgão externo e independente é fundamental para atestar a

qualidade da administração de forma imparcial, livre de interesses eleitorais. Isso fortalece a confiança da população e de parceiros institucionais, aumentando a credibilidade do município em relação a futuras parcerias e captação de recursos.

Conclusões

O sucesso alcançado pelo município demonstra que, mesmo diante de desafios estruturais comuns a pequenos municípios, é possível implementar uma gestão pública de excelência. O compromisso com a governança e o uso de ferramentas como o IMGG 100 Pontos são fundamentais para consolidar uma administração eficiente, transparente e voltada para resultados concretos, garantindo o desenvolvimento sustentável e a satisfação da população.

Atuação em Rede na Aplicação do Gestaopublicagov.br

Tales Victor Calegari da Silva

Atuar em Rede se mostra cada vez mais necessário no serviço público. Não é mais possível, em um Município, que cada Secretaria decida suas ações de forma individual, sem considerar que o resultado final de determinada política pública aplicada irá, também, influenciar outras áreas da administração local.

Ações realizadas em um contexto único de gestão contribuem para o “fazer mais com menos”, cada vez mais presente na gestão pública, cooperando com a economicidade e evitando prejuízos gerados pela má utilização dos recursos públicos.

Integrada diretamente neste conceito, a Rede de Parcerias, em escala nacional, objetiva contribuir para a melhoria da gestão por meio do compartilhamento de conhecimentos e boas práticas e da sinergia na comunicação entre os parceiros, de forma a permitir uma construção colaborativa de soluções e melhorias locais baseadas em projetos inovadores já em execução em outros municípios pelo Brasil.

Da mesma forma, ações integradas podem – e devem – ocorrer internamente nos municípios; um bom exemplo é a aplicação do Modelo de Governança e Gestão Pública - Gestaopublicagov.br, que busca medir o grau de maturidade de gestão do município e estabelecer meios para a avaliação e melhoria contínua, com foco na Gestão por Excelência, muito utilizada, inclusive, no setor privado.

A atuação em rede na aplicação da ferramenta é consolidada por meio da formação de um Comitê de Aplicação, com membros de diferentes áreas da administração municipal, de forma a integrar e possibilitar o trabalho conjunto, somando conhecimento, auxiliando na economia dos recursos públicos, além de criar vínculos entre os atores envolvidos e garantir o sucesso na aplicação final da política pública.

Oferecer, de maneira gratuita, uma ferramenta completa e de referência para avaliação e aprimoramento da governança pública rendeu ao Gestaopublicagov.br a premiação em primeiro lugar na categoria Governança Corporativa no Prêmio ESG do Grupo Tribuna, o maior conglomerado de comunicação do Litoral Paulista e Vale do Ribeira, que atinge, com todos os seus veículos de comunicação, mais de 2,2 milhões de pessoas, em 31 municípios do Estado de São Paulo.

Vencer um prêmio ESG – sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, que em português significa Ambiental, Social e Governança – tem uma grande representatividade, uma vez que o conceito reúne políticas e iniciativas para melhorar as práticas de governança corporativa, além de considerar o social e o meio ambiente, ou seja, é a confirmação de que a ferramenta está alinhada com o que há de mais moderno na busca constante da gestão por excelência.

A aplicação do modelo em Jundiá, município do interior do Estado de São Paulo, com população de, aproximadamente, 450 mil habitantes, contou com um

Comitê de Aplicação formado por um total de 18 servidores públicos, com 14 áreas da administração local representadas, e coordenado pelo Departamento de Convênios e Parcerias, responsável pelo encaminhamento final do trabalho realizado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI.

A composição do Comitê buscou possibilitar que as áreas envolvidas estivessem representadas, para que, por meio de reuniões focadas nas questões existentes no Gestaopublicagov, fosse possível o compartilhamento de boas práticas existentes – um dos pilares da Rede de Parcerias –, que, muitas vezes, não eram conhecidas em outras áreas da gestão municipal.

No caso de Jundiaí, as áreas que fizeram parte da composição foram: Departamento de Convênios, da Casa Civil; Departamento de Compras e Departamento de Gestão de Pessoas, da área de Administração; Departamento de Orçamento e Departamento de Finanças, da área de Finanças; Departamento de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, da secretaria de mesmo nome; Escritório Central de Entregas, Escritório de Avaliação de Projetos Governamentais, Escritório de Avaliação de Políticas Públicas e Escritório Central de Projetos, da área de Governo; além do Controle Interno, Ouvidoria e Escola de Gestão Pública.

Esse misto de áreas de conhecimento, além de permitir a aplicação do Modelo, auxilia com a ampliação da comunicação entre as áreas e garante aos servidores que as boas práticas sejam apresentadas, ouvidas e, muitas vezes, inseridas na realidade de outra secretaria.

Para o auxílio com a ferramenta, membros do Comitê de Aplicação foram capacitados pelo MGI, de forma online, por indicação da Rede de Parcerias, o que cooperou para a correta aplicação do Modelo e a obtenção da nota “Bronze 03” em sua primeira aplicação, que compreende pontuação final entre 50 e 74,99 pontos. Agora, Jundiaí busca, por meio da segunda aplicação da ferramenta, realizada em 2024, a ampliação da nota para “Bronze 04”, superior a 75 pontos, o resultado mais alto do Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão – IMGG 100 Pontos.

Na busca da melhoria contínua, sempre visando à Gestão por Excelência, a partir da segunda aplicação o Modelo solicita o apontamento de “Oportunidades de Melhorias”, oferecendo a possibilidade de o grupo de trabalho estudar, analisar e avaliar a adoção de ações que rastreiem novas ideias e métodos para melhorar o que já existe ou de corrigir possíveis falhas identificadas, de forma a esmerar a maturidade de governança e gestão existente nas ações realizadas. Assim, com excelência nos procedimentos internos e foco na desburocratização e na agilidade, o resultado é percebido na ponta, por quem mais precisa, por meio da aplicação direta de políticas públicas à população em vulnerabilidade social.

Em suma, a experiência de convívio, troca de experiências e boa comunicação vivenciada na Rede de Parcerias, quando aplicadas na administração local, permite que, por meio da atuação conjunta, os atores garantam o sucesso das decisões tomadas e contribuam para a modernização e melhoria dos municípios pelo país.

Vida Longa à Rede!

Tâmara Castro

Falar da Rede de Parcerias é sobre emoção, amizade, propósito, vestir a camisa... parecida à emoção de torcer para um time de futebol. Que alegria ver esse time, ou melhor, seleção completando 10 anos de muitas emoções e conquistas!

Passamos uma boa parte do nosso dia, da nossa semana, mês, vida trabalhando e acho que o slogan que cabe perfeitamente para o trabalho da Rede é: Vamos dar o nosso melhor, juntos, e da forma mais leve possível? Uau, e por que não? Por que a maioria das instituições empregam em suas culturas a mensagem de que o local de trabalho não pode ser leve, de laços verdadeiros, fazendo o melhor e pensando 'como aquela engrenagem que tô movendo impacta um todo, que vai melhorar o meu contexto e de outros'? (Sic)

Trabalho no serviço público federal há 20 anos, e nessa trajetória passei por 5 órgãos diferentes, já fui estagiária, terceirizada, técnica, analista, líder, e posso falar que não conheço um mecanismo mais afetivo, robusto e efetivo que a Rede de Parcerias.

Nessa caminhada, tive o prazer de estar ativamente entrelaçada às atividades colaborativas da Rede por aproximadamente 8 felizes anos. Vi a Rede crescer de 3 elos (estados, municípios e União) para 9, que estão a todo vapor e em desenvolvimento. Um poder de conexão e alcance ímpar, que reúne desde órgãos públicos de todas as esferas, instituições privadas, terceiro setor, academia até a parte mais importante, a sociedade brasileira, que é para quem todos os esforços são envidados.

Atuar na Rede me proporcionou uma elevação em níveis inimagináveis, porque articular com outras pessoas nos permite crescer como ser humano e ser um vetor positivo na vida e trabalho de outras pessoas! O fator motivador é mais elevado ainda... poder, juntamente com outras pessoas, propor e implementar ações para um Brasil melhor! Quantos eventos, ações, recursos repassados, capacitações, conversas francas, ajudaram um pouco cada gestor/partícipe a acreditar no poder da construção colaborativa! Pude ver, de perto, um time pequeno que, somado a outros times pequenos, fizeram a mágica acontecer. Paro e me recordo de tantos testemunhos positivos, lágrimas, sorrisos, debates acalorados, doação, que fortaleceram ainda mais as minhas crenças na sociedade e no serviço público. É, tem muita gente boa e que se doa diuturnamente em todos os cantos do Brasil.

É difícil selecionar uma história ou um projeto para falar, até porque a Rede construiu tantas coisas lindas para ampliar a transparência, a integridade, o empoderamento por meio da disseminação do conhecimento, da disponibilização de ferramentas para facilitar o dia a dia do público-alvo, de eventos para ouvir a opinião de quem é beneficiário direto das ações! Tive a oportunidade de ver a política pública na veia nos rincões do Brasil, na região fronteira do Norte do nosso País; ver a governança e a gestão andando lado a lado, como deve ser. Mas vivi algo indescritível no último ano (2024), por meio da Rede, que gostaria de compartilhar.

Por meio da Rede, foi viabilizada a minha ida para o estado do Rio Grande do Sul, pós-enchentes. E como essa experiência me engrandeceu como ser humano e profissional, me marcou e transbordou em meu coração! Pude participar de ações institucionais e humanitárias que reforçaram meus ideais de vida. Em meio a tanta dor, ser parte do renascimento e da reconstrução... com a certeza de que a sensibilidade que o momento exigia era a chave para o sucesso das ações.

Nas duas vezes em que fui, realizei trabalhos em 6 municípios, além dos atendimentos remotos. Muito mais do que o papel institucional, minha ida ao Rio Grande do Sul foi motivada por poder realizar conexão com aquelas pessoas que estavam aflitas, precisando, também, de um abraço e uma escuta ativa. Ainda, a atenção aos animais, que se encontravam desesperados por um pouco de carinho e chamego.

Tenho certeza de que minha atuação foi uma gota no oceano e fiquei extasiada de ver tantas instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, além de pessoas voluntárias, imbuídas do mesmo sentimento: trabalhar colaborativamente e em rede para garantir dignidade ao cidadão gaúcho. Tenho certeza de que essa corrente do bem fez e continuará fazendo a diferença!

Na última pesquisa realizada pela coordenação da Rede de Parcerias, mais de 90% dos parceiros respondentes que a consideraram efetiva ou muito efetiva na melhoria dos seus processos diários. Mas como não ser? Pude ver de perto que, por meio dela, foram desenvolvidos normativo e solução tecnológica para padronizar conceitos e computar, de forma atualizada, as obras custeadas com recursos públicos de todas as esferas e poderes públicos. Ainda, foi desenvolvida e disponibilizada ferramenta para fiscalização de políticas públicas que funciona mesmo sem internet, para atender à realidade de grande parte do nosso País. Também, de modo a municiar os gestores sobre a evolução da maturidade em gestão e governança, foi desenvolvido, baseado no melhor do padrão nacional e internacional, o Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br, disponibilizado gratuitamente, com todo o ferramental e capacitações. De um sistema de transferências, foi criado o Sistema de Gestão de Parcerias da União (Sigpar), que dispõe de todo regramento, oferta de capacitações, ferramentas de transparência e gestão, e oferta o principal sistema de repasses do governo federal, para estados, municípios, organizações da sociedade civil, e só subindo...rs!

A admiração pela Rede é enorme, pela gestão humana e que preza por fazer sempre o melhor. As coisas se tornam verdadeiramente significativas pela intensidade com que tocam a gente e, diante disso, só posso dizer e desejar... Vida longa à Rede!!!

Rede de Parcerias: Conexões que Transformam Histórias e Realidades

Thaís Brostel

Servidor público é aquele definido como “pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou nas fundações públicas” (Lei nº 8.027/1990). Entretanto, para mim, ser servidor é ter a oportunidade de trabalhar para transformar a sociedade e a vida da população.

Quando entrei no serviço público, no auge dos meus 24 anos, recém-completos, em 2013, comecei a trabalhar com transferências voluntárias. Eram uns instrumentos chatos, cheios de regrinhas, que ninguém conseguia muito bem me explicar como funcionavam. Então decidi me aprofundar para entender melhor o que eram aqueles tais convênios.

Depois de alguns anos trabalhando com aquilo e pegando o jeito, veio a publicação da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016. Quem trabalha nessa área sabe que dezembro é sempre o mês da correria, e essa norma nova veio como uma bomba! Tinha um inciso vedando a celebração de convênios para obras... E agora? O que um órgão pequeno, com um corpo técnico de engenheiros, raridade na Esplanada, que trabalha primordialmente com esse tipo de parceria, vai fazer? Depois de todo um movimento, conversamos com o pessoal do então Ministério do Planejamento, que tinha feito a tal portaria, e esse foi meu primeiro contato com a Rede.

Na época a Rede de Parcerias se chamava Rede Siconv e já possuía como objetivo aproximar os diversos atores que lidavam com os instrumentos do Sistema de Gestão de Convênios (Siconv). Para o Elo União, permitia que Órgãos Setoriais, que aplicavam as mais diversas políticas, e o Órgão Central, que as definia, tivessem conversas mais amplas e técnicas, cheias de trocas de experiências. Eu, como uma boa curiosa, fui entender como aquilo funcionava e acabei sendo designada como uma das representantes da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste). Isso me abriu horizontes que eu não tinha noção.

Nos anos seguintes comecei a interagir com outros órgãos e finalmente consegui compreender o real objetivo das parcerias e o papel de cada um dos atores envolvidos. Participar das reuniões do Elo União e dos Fóruns de Parcerias me possibilitaram observar melhor as interações entre o serviço público federal, estadual e municipal, assim como com a Caixa no seu papel de mandatária.

Ao longo de todo esse tempo, dada a minha formação em engenharia civil, fiz visitas técnicas em diversos municípios do Centro-Oeste e vi de perto o impacto que as políticas públicas têm na vida da população brasileira. Conheci um pouco melhor essa nossa realidade tão diversa e as dificuldades de fazer os projetos saírem do papel.

Em 2019, dado meu envolvimento com a temática das transferências e com a Rede, e com a necessidade de melhoria da governança e aplicação do Modelo de

Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR), que hoje evoluiu para o Gestaopublicagov.br, reforcei junto ao gabinete a urgência em fazer a aplicação do Modelo e fui convidada a presidir a comissão.

Logo após, veio a pandemia e as reuniões passaram a ser online. Foram meses de trabalho contínuo e árduo, com uma equipe multidisciplinar e pequena. Essa experiência me foi tão valiosa que tenho certeza de que foi um dos fatores que contribuíram para minha aceitação no Programa Lideragov, em 2022, e que marcou um divisor de águas na minha vida. Participando das mais diversas oficinas, palestras e aulas sobre a importância de um serviço público centrado no cidadão, tive mais uma vez certeza do impacto da Rede.

Um exemplo disso é o próprio uso do Sistema. Lembro, quando comecei a trabalhar com o Siconv (quem aqui é dessa época?), da dificuldade dos entes, e nossa, em manuseá-lo. Com o trabalho incansável da equipe da DTPAR (Diretoria de Transferências e Parcerias da União) e a atuação dos multiplicadores em rede, vejo que hoje a dificuldade é bem menor na operacionalização do Transferegov.br, mesmo com as mudanças constantes de gestão na ponta.

Ainda na Sudeco, ajudei na concepção de um projeto inovador, uma parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso, para realização de visitas em campo em obras nos diversos municípios do estado. O projeto permite aos estudantes terem a vivência prática de acompanhamento de obras e rendeu tantos frutos que foi um painel no IX Fórum Nacional de Transferências da União.

Nesse fórum, especificamente, eu não pude representar meu órgão de origem, pois em 2023 eu passei a integrar a equipe da DTPAR. Um período de muita aprendizagem sobre os mais diferentes tipos de parceria, sobre a realidade dos diversos entes, de convivência com pessoas maravilhosas e chefes inspiradores. Mas o mundo não dá voltas... Ele capota.

Em agosto de 2024, com o coração partido e ao mesmo tempo ansioso pelo desafio, aceitei o convite de ajudar no monitoramento do Novo PAC – Eixo Saúde, que representa um investimento de aproximadamente de R\$ 31 Bilhões, com mais de 3.100 entes envolvidos. E nesses poucos meses a Rede me foi de grande valia! Seja na divulgação de nossas ações ou na busca de entes beneficiados com recursos do PAC.

Neste ano de 2025, que marca os dez anos da Rede, eu só tenho a agradecer e me sentir honrada de ser parte dessa história, que se confunde com a minha própria trajetória profissional. Para mim a Rede de Parcerias representa um exemplo de conexão, parceria e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Esse grupo de órgãos, entidades e pessoas que se esforçam para diminuir a distância do Oiapoque ao Chuí e para proporcionar políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas. E que venham mais dez, vinte, cinquenta anos de Rede de Parcerias!

Gestaopublicagov.br e seu Impacto na Criação de Indicadores na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Thiago de Freitas Souza
Elaine Aparecida Ribeiro Deluqui

O Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br, instituído pela Portaria SEGES/MGI nº 7.383/2023, nasceu com o propósito de ser o modelo referencial para mensuração e aprimoramento da governança e gestão dos órgãos e entidades que operacionalizam as transferências e parcerias da União. Seu impacto abrange não apenas ações voltadas às transferências da União, mas à otimização da gestão em diversas esferas. O Modelo avalia a maturidade em sete vertentes: Governança; Estratégias e Planos; Público-Alvo; Sustentabilidade; Capital Intelectual; Processos e Valor Público.

O objetivo deste artigo é demonstrar o impacto do Gestaopublicagov.br na maturação de indicadores da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, promovendo a melhoria contínua em todos os seus eixos: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Fundada em 1948, a UNEMAT oferta ensino superior em 46 Municípios de Mato Grosso. Atua como um precípuo ator de fomento ao conhecimento por meio de suas diversas áreas, contribuindo para a formação de profissionais qualificados, além da promoção da pesquisa e da inovação, essenciais à solução de problemas regionais, impulsionando o progresso sustentável do Ente Federativo.

O Modelo de Governança e Gestão Pública

O Gestaopublicagov.br, foi implementado para promover o desenvolvimento da governança e gestão nos órgãos e entidades que operam transferências da União, buscando garantir a boa administração dos recursos públicos, promovendo a entrega de valor público à sociedade. Sua adoção é recomendada como uma prática de excelência, segundo o Guia do Modelo¹.

Conforme o Relatório Gestaopublicagov.br², no Estado de Mato Grosso foram 67 aplicações do Modelo: 4 na Administração Pública Municipal, 9 em Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e 54 na Administração Pública Estadual, à qual pertence a UNEMAT.

O último ciclo de avaliação do Modelo ocorreu no ano de 2024. A universidade logrou pontuação final de 85,95, classificando-a como Bronze 4, um considerável nível de maturidade em gestão e governança. Entretanto, um aspecto que chama atenção é a pontuação atribuída ao critério “Valor Público”, 16,67, em uma escala cujo valor máximo é 25. Enquanto nos demais critérios a menor nota alcançada representa 92,86% de sua respectiva pontuação máxima, no “Valor Público” cai para 66,66%, uma lacuna significativa.

O resultado sugere que, apesar do avanço em diversos aspectos, há um desafio quanto à mensuração e impacto dos indicadores institucionais. A pontuação mais baixa nesse critério indica a necessidade de melhoria nos meios de avaliação e monitoramento de indicadores. Esse é um ponto crucial para que a UNEMAT não apenas eleve o nível de maturidade no Modelo, mas amplie seu impacto social no desenvolvimento do Estado.

Criação de indicadores e resultados na UNEMAT

A criação de indicadores é fundamental para a gestão estratégica, especialmente em universidades públicas, em que a transparência e prestação de contas à sociedade são imperativas. Indicadores bem estruturados permitem monitorar o desempenho e direcionar recursos de forma mais eficiente, garantindo o alcance dos objetivos estratégicos. Na UNEMAT, a ausência de indicadores institucionalizados, além daqueles exigidos pelo Plano Plurianual, revelou uma lacuna na capacidade de mensurar o impacto de suas ações, em especial o “Valor Público”. Foi reflexo dessa deficiência a baixa pontuação obtida neste critério, destacando a necessidade de aprimorar os mecanismos de avaliação e monitoramento.

Frente a isto, a UNEMAT iniciou um processo de elaboração de indicadores visando fomentar o desenvolvimento institucional. Foram estabelecidos 15 indicadores, cadastrados em um sistema governamental, no início do ano de 2025, abrangendo áreas essenciais como políticas de acesso, qualidade e conclusão de curso, gestão universitária, qualificação, extensão e permanência estudantil. A inclusão de uma linha histórica de mais de 10 anos permite uma análise mais estratégica.

A implementação desses indicadores representa um avanço, ainda, na elevação de seu desempenho em rankings nacionais e internacionais. Ao adotar uma abordagem mais sistemática, a universidade fortalece sua capacidade de entregar valor público. Esses indicadores atuarão como instrumentos essenciais para tomada de decisões, ampliando seu impacto social.

Conclusão

O Gestaopublicagov.br foi transformador para a UNEMAT, ao estabelecer um marco metodológico que orienta a melhoria contínua da gestão e da governança. A avaliação de maturidade realizada em 2024 mostrou avanços significativos, e destacou desafios específicos, especialmente quanto ao critério “Valor Público”, cuja baixa pontuação revelou a necessidade de aprimorar a mensuração do impacto das ações institucionais, por meio da criação de indicadores abrangentes.

A elaboração e implementação dos 15 indicadores preenchem lacunas identificadas na avaliação e, também, fortalecem a capacidade da instituição de monitorar e melhorar seu desempenho. Esses indicadores, aliados ao compromisso com a excelência na gestão, posicionam a UNEMAT como uma instituição que não apenas cumpre obrigações legais, mas busca ampliar seu impacto social. O Gestaopublicagov.br mostrou-se essencial para a realização desses avanços, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para a modernização da gestão pública.

¹ Modelo de Governança e Gestão Pública – Gestaopublicagov.br. Disponível em https://www.gov.br/transferegov/pt-br/manuais/gestao/gestao/modelo-de-governanca-e-da-gestao-publica-gestaopublicagov-br-2_0.pdf.

² Status da Implementação do Modelo Gestaopublicagov.br. Relatório disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYjQ1YTM1NmMtMmQyOS00MDRmLTk5MGYtNDY1ZTFiY2I1ZTQ3liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ>. Acesso em 07 fev. 2025.

Costurando Retalhos, Construindo Governança: O Papel da Rede de Parcerias na Gestão Pública

Tiana Figueiredo Teles
Jorge Elias Menezes Teles

"Os sistemas mais eficientes são aqueles que aprendem e evoluem com as pessoas, e não aqueles que apenas as controlam." (CASTELLS, 1996). A revolução proposta por Manuel Castells com a teoria da sociedade em rede trouxe um novo paradigma para a compreensão das interações sociais, econômicas e institucionais. A gestão pública, tradicionalmente caracterizada por estruturas hierárquicas e processos engessados, vem sendo transformada pelo advento das redes colaborativas. A interconexão entre diferentes atores fortalece a resolutividade dos problemas públicos, permitindo soluções mais adaptáveis às realidades locais. Dentro desse contexto, a Rede de Parcerias emerge como um instrumento essencial para alinhar as iniciativas governamentais e integrar as políticas públicas de forma articulada, garantindo que cada elemento, como retalhos dispersos, seja costurado para formar um todo coerente e eficaz.

A Nova Gestão Pública (New Public Management - NPM) foi um marco na tentativa de modernização do setor público, propondo a adoção de princípios do setor privado para aumentar a eficiência administrativa. Bresser-Pereira (1997) argumenta que esse modelo trouxe ganhos importantes, como maior controle de resultados e descentralização, mas também desafios, como a falta de mecanismos efetivos de coordenação entre os entes federativos. Segundo Osborne e Gaebler (1992), a NPM trouxe inovações baseadas na introdução de mecanismos de mercado, competição interna e gestão baseada em desempenho. No entanto, a ausência de uma visão colaborativa resultou na fragmentação da administração, tornando evidente a necessidade de um modelo que privilegie a interdependência entre os atores públicos.

Martins (2014) reforça essa ideia ao destacar que a evolução da gestão pública passa pela adoção de redes de colaboração, que substituem a lógica da competição pela cooperação estruturada. O Estado, por si só, não consegue resolver todas as demandas sociais e, por isso, precisa contar com um ecossistema de parcerias para garantir a implementação eficaz de políticas públicas. Isso significa transformar a colcha de retalhos da gestão em uma peça unificada, onde cada pedaço contribui para o fortalecimento do tecido institucional como um todo. A Rede de Parcerias cumpre esse papel ao permitir que diferentes agentes compartilhem conhecimentos, promovam boas práticas e aprimorem a aplicação de recursos públicos.

A Rede de Parcerias estrutura sua atuação em eixos estratégicos essenciais para o aprimoramento da gestão das transferências da União. Esses eixos visam otimizar os processos de transferência, aumentar a transparência e a comunicação, além de capacitar todos os envolvidos. Um diferencial significativo da Rede é a implementação de elos temáticos, que estimulam a troca de experiências e conhecimentos entre gestores (BRASIL, 2024). Tal abordagem é eficiente na redução

da fragmentação e na maximização da utilização dos recursos públicos, estabelecendo uma conexão sólida entre os entes federativos e a sociedade, o que, por sua vez, reforça a governança colaborativa.

Os benefícios proporcionados pela Rede de Parcerias são notáveis e se refletem em diversos aspectos da administração pública. Há um fortalecimento evidente da governança e uma melhoria contínua dos processos administrativos. O compartilhamento de conhecimentos e práticas bem-sucedidas entre os participantes cria um ambiente de sinergia na comunicação, essencial para a eficácia das ações conjuntas. A capacitação contínua dos atores envolvidos é outro ponto crucial, pois contribui para a construção colaborativa de soluções e melhorias. A Rede promove uma gestão pública mais íntegra, integrada, inovadora, transparente, simples e efetiva. Esses benefícios demonstram um compromisso robusto com a excelência e a modernização da administração pública, consolidando uma rede que valoriza a colaboração e a eficiência como pilares de sua atuação.

A gestão moderna precisa ir além da burocracia e se tornar um agente facilitador da melhoria da qualidade de vida da população. A entrega de valor público não depende apenas da implementação de projetos e programas, mas de sua capacidade de responder às necessidades reais dos cidadãos. Moore (1995) destaca que a geração de valor público está relacionada à capacidade de um governo de traduzir demandas da sociedade em ações concretas e impactantes. Nesse sentido, a Rede de Parcerias desempenha um papel fundamental ao possibilitar que diferentes esferas do governo atuem de forma coordenada, compartilhando responsabilidades e ampliando a efetividade das ações públicas. Como em uma colcha de retalhos, as peças individuais, quando reunidas sob um desenho comum, formam um conjunto harmonioso e significativo.

Ao substituir a fragmentação por um modelo de colaboração e inteligência coletiva, a Rede possibilita um melhor aproveitamento dos recursos, conferindo maior transparência e gerando um impacto social ampliado. Isso representa um marco na evolução da gestão pública brasileira. Assim como na confecção de uma colcha de retalhos, a governança colaborativa une partes antes dispersas, garantindo que, ao final, a gestão pública tenha propósito, eficiência e legitimidade perante a sociedade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Rede de Parcerias - Transferegov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/rede-parcerias/sobre>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Editora 34, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. **Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual**. Revista do TCU, n. 130, p. 42-53, 2014.

MOORE, Mark H. **Creating Public Value: Strategic Management in Government.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector.** New York: Addison- Wesley, 1992.

A Rede de Parcerias no Estado do Ceará: Conectando Propósitos, Transformando Realidades

Ticiane da Mota Gentil Parente

Ao longo de seus 10 anos, a Rede de Parcerias tem se consolidado como modelo de governança colaborativa, promovendo a integração entre esferas governamentais e entidades do terceiro setor. Sua atuação é crucial para a implementação de projetos estratégicos de infraestrutura e políticas públicas, gerando impactos significativos em todo o Brasil.

A integração do estado do Ceará se iniciou em novembro de 2020, quando, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), foi celebrado junto ao governo federal o Acordo de Cooperação Técnica Nº 85/2020, que estabeleceu diretrizes para a melhoria da gestão, capacitação e promoção da transparência no âmbito das transferências da União.

Contudo, é possível afirmar que a consolidação da atuação do elo estadual tem início com o desafio da implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública, ainda no contexto da crise sanitária da Covid-19, em 2021, tendo o estado do Ceará obtido duas das três primeiras certificações do país: uma da Secretaria de Recursos Hídricos e outra da Secretaria da Infraestrutura.

Apesar das dificuldades enfrentadas na ocasião, a resiliência deste elo estadual pautou-se no entendimento de que o Modelo buscava fortalecer a cultura de transparência, do controle e da inovação no setor público.

Desde então, a Seplag, por meio da Coordenadoria de Captação e Gestão de Recursos (Cocap) e da Célula de Convênios e Congêneres (Cecoc), tem empenhado esforços para fortalecer cada vez mais o elo estadual da Rede de Parcerias, oferecendo serviços que abrangem desde o suporte técnico aos órgãos e entidades do poder executivo estadual sobre captação de recursos não onerosos, até o desenvolvimento de ferramentas de gestão dos instrumentos celebrados no âmbito das transferências voluntárias da União.

Hoje, como resultado da dedicação e esforços empenhados, o estado do Ceará, a despeito de uma adesão relativamente recente a esse grande grupo, espelha o seu posicionamento como referência nacional, ao desempenhar um papel central na articulação local da Rede, em parceria com o Elo Municipal, atuando na permeabilidade das ações integradas entre os entes federativos.

Avanços e contribuições da Rede de Parcerias no Ceará

Desde a adesão do estado em 2020, a Rede de Parcerias tem gerado impactos positivos no Ceará, por meio de ações pertinentes a três eixos principais: gestão, comunicação e transparência e capacitação.

No âmbito do eixo da gestão, destacam-se os painéis de Business Intelligence (BI), criados pela Cecoc/Cocap/Seplag e estruturados a partir de dados extraídos do repositório do Transferegov.br para o estado do Ceará e seus municípios. Tais ferramentas foram desenvolvidas com o objetivo de facilitar a busca por oportunidades de captação de recursos mediante submissão de propostas e planos de trabalho no Transferegov.br. Também permitem que gestores e a sociedade verifiquem se as oportunidades de captação oferecidas pela União estão de fato sendo perseguidas pelo estado e pelos municípios cearenses; se a execução dos instrumentos celebrados está ocorrendo de forma satisfatória; se as prestações de contas destes demonstram uma correta aplicação dos recursos captados; dentre outras funcionalidades.

Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento da relação entre o estado do Ceará e seus municípios, em harmonia com os princípios basilares de cooperação e parceria da Rede. Com essa iniciativa, buscou-se fortalecer a gestão pública local, entendendo que o desenvolvimento do Estado perpassa necessariamente pelo fortalecimento dos seus municípios.

No eixo de comunicação e transparência, destaca-se a entrega do Portal de Captação de Recursos Não Onerosos, Captaceará, no ano corrente. A iniciativa também tem o intuito de fornecer aos órgãos do Poder Executivo Estadual uma plataforma dedicada à captação de recursos não onerosos oriundos de instrumentos de parceria celebrados com a União. Além disso, consolida normativos, materiais didáticos e informações governamentais relevantes acerca do tema, facilita o acesso a documentos e informações necessárias para submissão de propostas e amplia o entendimento dos usuários quanto aos processos inerentes ao tema, dentre outros.

Por fim, no âmbito do eixo de capacitação, além de servir como articulador na formação de multiplicadores do Transferegov.br, o elo estadual foi responsável pela organização de diversos eventos informativos acerca da temática da captação de recursos não onerosos, com o objetivo precípuo de proporcionar aos secretários, coordenadores e técnicos dos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipais uma compreensão mais abrangente dos processos relacionados às Transferências Voluntárias da União.

Transformando desafios em oportunidades

Com a Rede de Parcerias, o Ceará tem conseguido colaborar para transformar desafios em oportunidades de desenvolvimento. Projetos de infraestrutura como a ampliação do saneamento básico, construção de habitações e melhoria da mobilidade urbana oferecidos pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) são exemplos de como as transferências voluntárias e parcerias estratégicas têm sido convertidas em benefícios concretos para a população. A integração entre as esferas federal, estadual e municipal fortalece a capacidade de planejamento e execução, consolidando o Ceará como um modelo de referência no uso eficiente de recursos públicos.

Ao celebrar os 10 anos da Rede de Parcerias da União, o Ceará reafirma seu compromisso com a inovação, a colaboração e a busca pela excelência em gestão pública. A atuação do estado, desde sua adesão à Rede até os presentes dias, demonstra que o trabalho em conjunto, ancorado em práticas modernas de governança e em uma articulação efetiva entre os agentes políticos nacionais, não apenas transforma realidades locais, mas também inspira novos modelos de desenvolvimento para todo o país.

Implementação do Modelo de Governança e Gestão Pública - Gestaopublicagov.br

Vanderson Ferreira

No ano de 2020, em período da pandemia de COVID 19, vimo-nos na necessidade de implementar o Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União MEG-Tr.

No primeiro momento, ao lermos a Portaria, entendemos que esse produto, por se tratar de gestão, deveria ser implementado pela nossa Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão. Enviamos, então, uma solicitação para que esta assumisse essa responsabilidade, tendo em vista que era obrigatório para todos os órgãos que recebiam recursos por meio da então Plataforma +Brasil.

Algum tempo depois, recebemos a resposta negativa. Não possuíamos pessoal e nem conhecimento específico do modelo em questão. No entanto, tratava-se de uma obrigação para quem tinha instrumentos operacionalizados pela Plataforma. Então, percebemo-nos no dilema de assumir essa tarefa ou correr o risco de receber alguma punição, deixando assim de obter recursos de convênios e parcerias do governo federal. Decidimos assim implementar o modelo.

Não foi fácil. Não tínhamos ideia de como começar. Eram mais dúvidas do que conhecimento. Partimos para estudar a legislação, entender o que era o modelo, qual a motivação, quais as ferramentas necessárias, como fazer, como começar. O apoio do ministério da economia e da equipe foi imprescindível. Partimos então para o trabalho.

Começamos por reuniões online com a equipe. Munimo-nos de argumentos para convencer nossa Secretária-Adjunta. Após isso, nos reunimos também com nosso Secretário de Fazenda e ele entendeu a importância do projeto após algumas reuniões com a equipe do Ministério. Esse período durou alguns meses, mas vencemos!

Após obtermos a autorização para iniciarmos a implementação, reunimos nossa equipe e resolvemos criar um comitê estadual para aplicação do modelo. Fizemos os cursos oferecidos online e, também, alguns com a equipe do Ministério. depois de entender melhor, resolvemos também criar um comitê setorial para cada órgão que precisava implementar o modelo de excelência em gestão.

Então ficamos com o comitê central do estado e mais 16 comitês setoriais (órgãos que tinham que aplicar o Instrumento de Maturidade de Gestão). O comitê central ficou com a incumbência de orientar e capacitar os demais para aplicação do Instrumento de Maturidade de Gestão e, também, como membro da Rede +Brasil, fazer a ligação com o Ministério da Economia. Inicialmente incentivamos todos a fazerem os cursos sobre o Modelo via ENAP.

Conversamos com outros colegas da #REDE para compartilhar experiências no sentido de compreender como estavam procedendo na jornada da implementação.

Após contato com a Unidade Gestora Estadual de Minas Gerais, marcamos um webinar e percebemos que estávamos no caminho certo.

Estudamos muito, fizemos um curso de capacitação, em parceria com nossa universidade estadual, com foco nos sete critérios estabelecidos pelo Modelo. Conseguimos entregar todos os instrumentos no prazo estabelecido de 30/09/2020. Das 16 aplicações obtivemos apenas um Bronze 4.

No ano seguinte (2021), refizemos a aplicação do Instrumento de Maturidade de Gestão e melhoramos, passando para 03 certificados com Bronze 4 entre os 16 participantes. Realizamos um fórum regional e reconhecemos as três organizações com Bronze 4, isso incentivou as demais a também desejarem a implementação do Modelo.

Evoluímos! O MEG-Tr se transformou em Modelo de Governança e Gestão Pública - Gestaopublicagov.br, e o Instrumento de Maturidade de Gestão - IMG se transformou em Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão - IMGG. O produto hoje está no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a rede se chama Rede de Parcerias.

Durante todo o tempo, ajudamos também os municípios do nosso estado que se interessaram em fazer a aplicação do IMGG; eles sempre tiveram nosso apoio, inclusive chegamos a ajudar municípios de outros estados que viram nossas capacitações por meio dos nossos canais digitais. Produzimos muito material e ajudamos a espalhar conhecimento. Realmente somos uma rede de colaboração e aprendizado mútuo.

Também conseguimos, no âmbito do estado, convencer o governo de que o Modelo poderia ajudar todo o poder executivo a melhorar. Então, em 2024, foi decidido que todos os órgãos da administração direta e indireta deveriam implementar o Modelo de Governança e Gestão Pública.

De novo começamos o ano com muita formação para os novos integrantes dos comitês e para os antigos também. Novamente realizamos capacitações por critério do Modelo, aliando teoria e prática com demonstrações no próprio sistema. Ao todo, tivemos mais de duas mil participações.

Mais uma vez, conseguimos entregar no prazo de 30/09/2024 mais 31 aplicações do Instrumento de Maturidade de Governança e Gestão. Agora temos todos os entes do poder executivo com o mesmo modelo de governança. Até o momento, 17 já foram certificados e atingimos 7 organizações com Bronze 4, sendo que uma secretaria atingiu a pontuação máxima: 100 pontos.

Hoje o gabinete de governo faz parte do comitê central, acompanha e ainda divulga a pontuação obtida por cada organização do estado. Temos certeza de que já melhoramos e temos muito para evoluir. Várias ações realizadas pela gestão pública estadual alinhadas ao Gestaopublicagov.br certamente trarão uma gestão pública muito melhor para toda a sociedade.

A Rede de Parcerias é uma rede colaborativa que une todos os envolvidos em favor de um bem maior para o Brasil, buscando articular e integrar todos os entes em favor de um País melhor para toda a sociedade.

Que venham mais dez anos de #REDE!!!

Encontro e Repasse de Recursos Reforçam Parceria do Governo de Rondônia com o Terceiro Setor para a Melhoria das Políticas Públicas

Veronilda Lima

Com foco no desenvolvimento de políticas públicas, elaboração de projetos, captação de recursos e contribuições ao fomento de cunho social pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o Governo do Estado de Rondônia promoveu em 2024 o 1º Encontro Estadual de Organizações do Terceiro Setor, no município de Ji-Paraná, a 528 quilômetros da Capital Porto Velho. O evento realizado nos dias 30 e 31 de julho, por meio da Secretaria da Assistência e do Desenvolvimento Social (Seas), reuniu cerca de 160 representantes de entidades civis organizadas e sem fins lucrativos de todo o Estado, que tiveram oportunidade de acompanhar a abordagem de temas importantes, explanados por profissionais das esferas governamental (federal e estadual) e do próprio setor. Tendo em vista a importância do evento inédito, muitos participantes viajaram mais de 5 horas para registrar a participação e discutir pontos de interesse.

O evento, que teve a colaboração da Rede de Parcerias, foi visto como um marco divisor para o Estado, considerando o importante papel que o terceiro setor vem desempenhando em todo o País, em especial em Rondônia, com ações que promovem impacto social e sustentável em áreas essenciais, como direitos humanos, e específicas, como direitos das crianças, dos adolescentes e da mulher, bem como na educação, saúde e meio ambiente, com foco na inclusão e no desenvolvimento sociais.

Estiveram em pauta, durante os dois dias, temas como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Aspectos Introdutórios da Lei Federal 13.019 e Decretos Estaduais aplicáveis ao Terceiro Setor”; “Boas Práticas em Gestão de OSCs”; “Programas e Serviços Sociais da Seas”; “Captação de Recursos”; “Rede de Parcerias e papel do Terceiro Setor”; “Aspectos do Parecer Social no âmbito da Seas”; “Gestão de Parcerias”; “Estratégias Eficientes nas Pesquisas de Preços” e “Prestação de Contas das Parcerias”.

Ainda em 2024, como resultado dessas abordagens e em resposta às necessidades identificadas nas comunidades locais, o Governo de Rondônia publicou, em 1º de outubro, edital de chamamento público com critérios para a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) interessadas em celebrar Termo de Fomento com a Seas para a transferência de cerca de R\$ 1 milhão, recursos próprios do Estado, para serem utilizados na promoção e/ou garantia de direitos humanos. O valor previsto para cada projeto selecionado foi estipulado em até R\$ 100 mil.

A proposta é fomentar e tornar mais eficazes as políticas públicas de direitos humanos para crianças, adolescentes e mulheres; fortalecer as políticas públicas

direcionadas às pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais; e fortalecer as instituições que promovem ações destinadas à população LGBTQIA+, migrantes, pessoas em situação de rua e outros grupos de populações em situação de vulnerabilidade. Assim, busca-se ampliar a capacidade de resposta a problemas locais, ao mesmo tempo que reconhece a competência e habilidade dessas instituições para reforçar a atuação do Estado no enfrentamento dos problemas socioassistenciais, combate às desigualdades, promovendo o desenvolvimento sustentável, bem como incentivando a mobilização social, com a participação da comunidade na construção de soluções para os problemas, fortalecendo, assim, a cidadania e promovendo um ambiente democrático.

Como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as parcerias com as organizações da sociedade civil têm sido recorrentes pelos governos e empresas privadas, com vistas a atingir metas para o bem comum. E é apostando nesta premissa que o Governo de Rondônia vem buscando maior aproximação com as entidades sem fins lucrativos para o compartilhamento de ideias e conhecimentos, bem como repasse de recursos que deem resposta aos problemas que assolam o Estado, que conta atualmente com pouco mais de 1,7 milhão de habitantes, entre indígenas, quilombolas e pessoas de diferentes regiões, que vieram buscar um norte, uma oportunidade de vida melhor e que, ao mesmo tempo, contribuem com o desenvolvimento econômico.

A Rede de Parcerias é formada por órgãos e entidades públicos e privados visando o aprimoramento, disseminação e compartilhamento de conhecimentos relativos à gestão das transferências da União, por meio do Transferegov.br, ferramenta integrada e centralizada, destinada à informatização e à transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.

Rede de Parcerias em Cooperação com os Consórcios Públicos: Grande Oportunidade

Victor Borges

A ideia de rede é conexão entre pontos, pontes, partes e elementos. E eles podem estar próximos, contíguos, mas podem ser interligados não apenas pelo critério da proximidade. Quando se fala nos entes federativos em nível nacional, estamos a abordar sobre União, Estados e Municípios. No Brasil há 5.570 cidades. Em alguns estados elas estão muito próximas pelo critério da territorialidade, muitas estão efetivamente conurbadas.

Em outros estados, sobretudo na Região Norte, que abrange os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins e Amapá, as distâncias e acessos são muitos diferentes dos municípios, por exemplo, das regiões Sul e Sudeste. As vias de acesso, no caso do Amazonas, são rios, enquanto em Minas Gerais a integração se dá pelas rodovias (sendo este o Estado com maior malha rodoviária do país). Com efeito, as integrações entre os municípios se dão de forma diferente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

É fato que a Constituição de 88 empoderou a aplicação de políticas públicas pelos municípios, ainda que a transferência de recursos para atender às demandas dos cidadãos, 37 anos depois, ainda esteja concentrada na União. Deste modo, se os recursos estão mais concentrados na União, os municípios precisam estar conectados com os órgãos do Governo Federal, Ministérios, Autarquias, Empresas Públicas etc. Ao passar do tempo, ferramentas como internet geram a oportunidade de conexão e comunicação entre os milhares de municípios com o governo central.

Para além da tecnologia, os servidores, tanto do Governo Federal como dos Estados e Municípios, são fundamentais para que os programas de implementação das políticas públicas possam chegar efetivamente até o cidadão. Ao longo desses 10 anos, além da conexão e do diálogo, a cooperação é a palavra-chave que prepondera entre os participantes da Rede de Parcerias. Aliás, a cooperação é um elemento presente em vários artigos da Constituição Federal. É também a essência que cria os consórcios públicos e os mantém fortalecidos.

Os Consórcios Públicos são uma autarquia de direito público (majoritariamente) ou privado, em que participam entes federativos. São formados para dar concretude às ações na área de gestão da saúde, meio ambiente, tecnologia, turismo, compras públicas. Ao unirem entes federativos, ganham envergadura para enfrentar problemas regionais que afetam mais de um deles, ou para criar soluções conjuntas para o desenvolvimento sustentável. A Lei 1.107 de 2005 apresentou de forma mais analítica a natureza, a funcionalidade e os objetos sobre os quais os consórcios podem atuar. Observamos esse modelo, por exemplo, na Bahia, onde o estado participa de consórcios para gestão de policlínicas na área da saúde, e igualmente no estado do Ceará. Mais recentemente tivemos a formação de Consórcios Interestaduais.

Temos o consórcio da Amazônia Legal, em que participam os estados da região Norte e o Maranhão, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável desses entes que possuem em seus territórios parte da floresta Amazônica. O referido consórcio tem inclusive participado de eventos internacionais para demonstrar o potencial de integração regional. Na região Nordeste, constituiu-se o Consórcio Nordeste, que possui câmaras técnicas de trabalhos e estabelece cooperação entre as secretárias temáticas dos estados participantes. Tal qual o consórcio da Amazônia Legal, o Consórcio Nordeste participa de eventos e missões diplomáticas, fortalecendo seus integrantes.

Na região Centro Oeste do Brasil temos o consórcio Brasil Central, composto pelos estados da aludida região. O consórcio tem sido atuante nas questões ambientais, pois tem um importante Bioma que é o Pantanal. Por derradeiro, recentemente foi formalizado o consórcio COSUD, que abrange os estados da região Sul e Sudeste. Ele começou com encontros temáticos entre os Estados das duas regiões e, em 2024, foi formalizado. Seus participantes representam cerca de 70 por cento do PIB Nacional. Há uma grande oportunidade para compras públicas com volume e economicidade se realizadas de forma conjunta.

Ao falar dessas interações, vemos que o papel da Rede de Parcerias se faz ainda mais relevante. Na medida em que Estados e Municípios atuem em consórcios, a capacitação de seus gestores para novo sistema de governança é essencial na relação com o Governo Federal.

Nesse aspecto, o servidor da Rede de Parcerias tem uma oportunidade de diálogo produtivo e novos desafios voltados a um sólido trabalho conjugado. Quando os consórcios públicos viram a necessidade de tomar uma ação integrada em nível nacional, surgiu a Rede Nacional de Consórcios Públicos, em 2018. Ao longo desses anos, por meio da Rede Nacional, foi possível avançar em ações e estimular a destinação de emendas parlamentares e programas de governo para ações apresentadas pelos consórcios, tais como inclusão de produtores rurais na venda de seus produtos no mercado regional, por meio do Programa Consim (integrando Ministério da Agricultura e Consórcios Públicos); recursos para o Serviço de Urgência e Emergência SAMU 192, pois muitos são operacionalizados pelos Consórcios; participação dos consórcios no Marco Legal do Saneamento; atuação dos mesmos nas políticas de acolhimento e combate à violência contra a mulher.

Com todos esses avanços do papel dos consórcios, é fundamental também o estabelecimento de parcerias. A Rede Nacional de Consórcios Públicos tem trabalhado junto com a Associação Nacionais dos Tribunais de Contas e os Tribunais nos seus respectivos estados, no sentido de qualificar ainda mais o trabalho com visitas ao atendimento dos princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Estamos confiantes que o trabalho da Rede de Parceria e da Rede Nacional de Consórcios Públicos trará resultados públicos de qualidade e otimizará as ações entre os entes federativos.

Rede de Parcerias para a Implementação do Programa Cisternas

Vitor Santana

A implementação de políticas públicas no Brasil é um processo intrincado, marcado pela interdependência entre as esferas federal, estadual e municipal, e pela necessidade de coordenação entre múltiplos atores institucionais e sociais. Nesse modelo, a plataforma Transferegov.br representa um marco na modernização da gestão pública brasileira e possui papel estratégico para a consolidação de uma rede de parcerias que é estratégica para o atendimento de demandas sociais.

Nesse contexto, o objetivo é trazer resultados da implementação de uma política pública específica – o Programa Cisternas, considerando a rede de parcerias estabelecida para viabilizar suas entregas. Os resultados alcançados pelo Programa estão diretamente associados à capacidade de formalização e, sobretudo, execução do conjunto de instrumentos firmados.

Rede de parcerias e efeitos sobre os resultados do Programa Cisternas

O acesso à água no meio rural brasileiro é um desafio estrutural que reflete desigualdades históricas, geográficas e socioeconômicas. A falta de acesso à água potável não apenas compromete a saúde e a dignidade das populações rurais, mas também perpetua ciclos de pobreza, limitando oportunidades econômicas, educacionais e sociais.

Enquanto a água é reconhecida como um direito humano fundamental, sua garantia no contexto rural brasileiro ainda é marcada por lacunas críticas, especialmente em regiões como o semiárido, a Amazônia e áreas periféricas de outros biomas.

No Brasil, a ruralidade é diversa, englobando pequenos agricultores, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária, cada qual com demandas específicas. Nesse contexto, o acesso à água está frequentemente associado a conflitos de uso ou à falta de infraestrutura adequada aos diferentes contextos regionais. Muitas comunidades rurais dependem de fontes precárias, como poços rasos, açudes improvisados ou rios, que estão sujeitos à contaminação.

É nesse contexto que atua o Programa Cisternas, que tem como objetivo promover o acesso a água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio da implementação de tecnologias sociais, simples e de baixo custo. O público-alvo são populações em situação de pobreza localizadas na zona rural e atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

O programa possui abrangência em todo o território brasileiro, com soluções tecnológicas adaptadas a cada contexto. Historicamente, o programa tem priorizado os territórios do semiárido e da Amazônia, regiões com perfis socioeconômicos, ambientais e climáticos totalmente distintos, que se refletem em desafios também distintos.

A execução do programa está amparada em um modelo de rede, envolvendo, em um primeiro nível, a formalização de instrumentos com parceiros, que podem ser entes públicos ou organizações da sociedade civil, por meio de convênios, termos de colaboração e instrumentos congêneres. No segundo nível estão um conjunto amplo de entidades privadas sem fins lucrativos, previamente credenciadas pelo programa, e que são contratadas pelos parceiros para mobilizar comunidades, selecionar beneficiários, realizar o processo formativo e organizar o processo construtivo das tecnologias.

No arranjo de execução do Programa Cisternas, essa rede de parcerias desempenha papel central, atuando na coordenação das ações e na mobilização de municípios e comunidades rurais. Como suporte gerencial, a plataforma Transferegov.br viabiliza que sejam formalizados os projetos que, ao fim, garantam que populações rurais mais vulneráveis tenham acesso à água provida por meio da implementação de cisternas e de outras tecnologias sociais.

Historicamente esses projetos foram estruturados e executados a partir de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração e termos de fomento firmados com um conjunto extenso de entes públicos e organizações da sociedade civil, praticamente todos operacionalizados na plataforma Transferegov.br. A alocação dos recursos para entes públicos é realizada por meio de convênios firmados e para organizações da sociedade civil por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou termos de parceria.

Desde 2003, a rede de parcerias estabelecida a partir do Programa Cisternas executou projetos que viabilizaram o atendimento de mais de 1,3 milhão de famílias e 8 mil escolas públicas, localizadas no meio rural, com impacto direto na saúde, na geração de renda e na capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos, melhorando a qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade social.

Conclusão

Desde 2003, a rede de parcerias estabelecida a partir do Programa Cisternas executou projetos que viabilizaram o atendimento de mais de 1,3 milhão de famílias e 8 mil escolas públicas localizadas no meio rural, conforme ilustrado abaixo. Isso resultou no impacto direto na saúde da população, na geração de renda, na capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos e na melhora da qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade social.

A implementação de políticas públicas no Brasil é um desafio contínuo, que requer equilíbrio entre autonomia local, coordenação nacional e a estruturação de parcerias e de instrumentos para viabilizar o atendimento às demandas da sociedade.

Nesse sentido, avalia-se que o Programa Cisternas tem conseguido, ao longo dos anos, estruturar uma rede de parcerias efetiva que, associada a um conjunto de regras e procedimentos adequados ao arranjo institucional da política pública, tem garantido escala de atendimento e impacto significativo na qualidade de vida de um conjunto amplo de famílias rurais brasileiras.

Impactos Endógenos da Rede de Parcerias: O Caso Tocantins

Vivian Dias Diniz

A Rede de Parcerias nasceu da necessidade de estruturar, padronizar e modernizar a gestão das transferências de recursos no Brasil. Sua institucionalização teve como objetivo uma rede colaborativa com intercâmbio de experiências para melhorar a administração dos instrumentos firmados entre a União, os estados, os municípios e as organizações da sociedade civil (OSCs).

Os recursos provenientes de transferências voluntárias da União configuram-se como um mecanismo para viabilizar políticas públicas e projetos estratégicos nos estados e municípios (Andrade, 2023). No Estado do Tocantins, alicerçado na busca por uma gestão igualitária e de cuidado com a sociedade, é importante destacar que esses recursos desempenham função estratégica para os investimentos em áreas prioritárias, como infraestrutura, saúde e educação, diante das necessidades da sociedade e limitação das receitas próprias do Estado.

Nesse contexto, a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) do Estado do Tocantins tem desempenhado um papel primordial na governança da Rede de Parcerias, buscando aprimorar a gestão administrativa, fortalecer e fomentar a qualificação dos gestores públicos envolvidos no processo. A adesão à Rede de Parcerias, ocorrida em 2015, tem promovido o suporte institucional adequado para melhoria da gestão dos recursos.

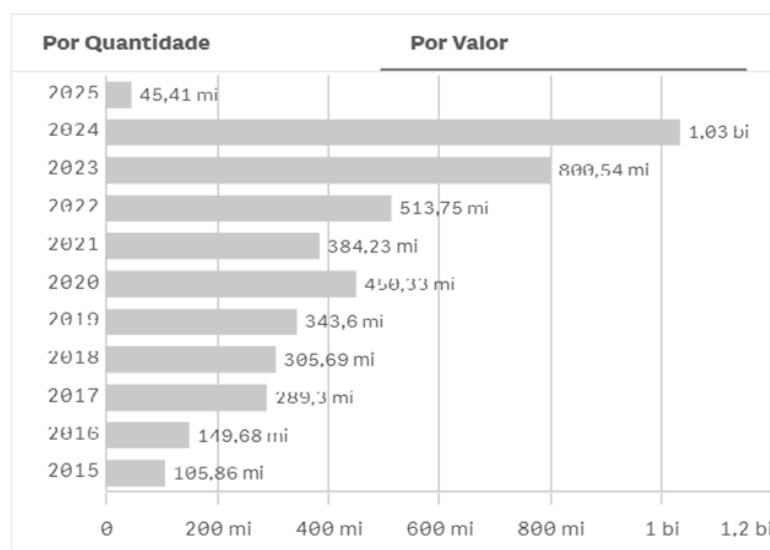
Este artigo tem como objetivo apresentar os impactos endógenos da Rede de Parcerias no Tocantins, com ênfase nas ações voltadas ao aprimoramento da gestão pública estadual, especialmente nos processos de captação, execução e prestação de contas de recursos oriundos das transferências voluntárias da União.

As Transferências Voluntárias federais para o Tocantins (2015-2025)

A trajetória da captação e execução dos recursos federais no Tocantins na última década evoluiu na elaboração de normativos, em processos tecnológicos e administrativos. A informatização nos procedimentos contribui para a redução de riscos de fraudes e desperdícios. O crescimento do volume de recursos captados reflete uma articulação eficaz entre o planejamento estadual e as diretrizes federais, viabilizada por projetos que se alinham às políticas públicas nacionais. Essa integração tem permitido ao Estado atuar de forma estratégica na apresentação de propostas, ampliando sua capacidade de investimento com base em critérios técnicos.

Gráfico: Transferências por ano para o Tocantins

Transferências por Ano



Empenho por Ano

Fonte: Painel de Transferências da União

A Rede de Parcerias no Tocantins

A Unidade Gestora Estadual (UGE-TO) da Rede de Parcerias, sob a coordenação da SEPLAN-TO, tem desempenhado um papel central na operacionalização do Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2020, firmado com o Governo Federal por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Essa cooperação tem possibilitado a realização de cursos, o fortalecimento institucional e a implementação de diretrizes voltadas à melhoria da governança e da alocação de recursos federais.

A captação de recursos federais está diretamente relacionada à capacidade dos entes federados de estruturar projetos qualificados para atender aos critérios técnicos estabelecidos pelos órgãos repassadores da União. Nesse sentido, o sucesso do processo depende da interação de três elementos: capacitação técnica dos gestores públicos, possibilitando uma melhor qualificação de propostas e execução dos instrumentos; adoção de tecnologias voltadas à gestão e à transparência; aprimoramento da articulação interinstitucional, assegurando maior alinhamento entre os entes federais, estaduais e municipais.

Os impactos endógenos

Os efeitos internos da Rede de Parcerias no Tocantins manifestam-se em diferentes dimensões da gestão pública. A UGE-TO tem incentivado a participação da sociedade civil na fiscalização da aplicação dos recursos, disponibilizando informações em seu portal eletrônico com dados dos recursos federais. A centralização dos instrumentos em uma única plataforma digital, permite que qualquer cidadão, órgão de controle ou gestor público acesse em tempo real informações fidedignas sobre os recursos transferidos, os contratos celebrados e os resultados alcançados.

O Estado do Tocantins alinhado aos normativos federais, elaborou e publicou os decretos estaduais nº 5.815/2018 e nº 5.816/2018, que versam sobre as transferências de recursos estaduais em âmbito municipal e respectivamente para as organizações da sociedade civil. Esse marco normativo fortalece a institucionalização das transferências estaduais e amplia a segurança jurídica e administrativa dos repasses.

A capacitação de servidores é outro resultado da atuação da Rede. Até 2025, a UGE-TO contabilizou mais de 750 horas-aula ministradas e aproximadamente 680 técnicos capacitados, promovendo a qualificação contínua da força de trabalho responsável pela gestão dos instrumentos de transferência.

Em novembro de 2024, o Tocantins sediou o 29º Fórum Regional da Rede de Parcerias, reunindo mais de 350 participantes entre representantes de municípios, do Estado e de organizações da sociedade civil. O evento teve como foco a participação social nos processos de transferências e o uso da plataforma Transferegov.br, promovendo o intercâmbio de práticas e o fortalecimento institucional.

Destaca-se ainda o desenvolvimento do sistema de Transferências Estaduais - TRANSFERE.TO, idealizado pela SEPLAN-TO em 2020, e institucionalizado por meio da Instrução Normativa SEPLAN nº 02/2023/GABSEC. A ferramenta visa modernizar e padronizar a gestão das transferências estaduais, convênios, emendas parlamentares e parcerias com municípios e OSCs. Seu foco está na desburocratização dos processos, na transparência, no controle social e na otimização da prestação de contas.

O TRANSFERE.TO foi desenvolvido com foco na inovação da administração pública, transparência na destinação dos recursos públicos, desburocratização da gestão dos repasses financeiros, promoção da padronização e agilidade dos processos de celebração, execução e prestação de contas, ampliação do controle social e da participação da população na fiscalização dos recursos, contribuindo para um modelo de governança pública estadual alinhado aos princípios da responsabilidade fiscal.

Conclusão

Entre 2015 e 2025, a Rede de Parcerias gerou impactos positivos e duradouros na administração pública do Estado do Tocantins. A adesão à Rede impulsionou a modernização dos processos, fortaleceu a transparência na aplicação dos recursos públicos e promoveu a qualificação dos gestores por meio de ações formativas continuadas.

A implementação de sistemas como o TRANSFEREGOV.BR e o TRANSFERE.TO consolidou uma nova cultura de governança baseada na padronização, na redução da burocracia e no incentivo à participação social. Esses resultados refletem o compromisso do Estado com a eficiência administrativa e com a melhoria dos mecanismos de cooperação federativa, contribuindo para um modelo de gestão pública transparente, eficaz e orientado a resultados.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, R.L. Orçamento impositivo e alocação de recursos orçamentários da União. Biblioteca Digital FGV, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/33877> acesso em 14 de janeiro de 2025.

Agradecimentos Finais

Este livro é dedicado a todas as pessoas que constroem, diariamente, a Rede de Parcerias. Servidores públicos das administrações federal, estadual, distrital e municipal, representantes da sociedade civil, especialistas, gestores, técnicos e colaboradores, os quais, com dedicação, inteligência e espírito público, ajudaram a transformar um ideal em uma experiência concreta de governança colaborativa.

A cada encontro promovido, a cada projeto compartilhado, a cada dúvida esclarecida e solução construída em conjunto, reforçou-se o valor da cooperação como base para políticas públicas mais efetivas, transparentes e justas. Nada do que foi alcançado ao longo desses dez anos teria sido possível sem o envolvimento de quem acredita, verdadeiramente, que o serviço público pode – e deve – ser um instrumento de transformação social.

Agradecemos àqueles que estiveram na origem da Rede, aos que a consolidaram com perseverança institucional e visão estratégica e aos que hoje continuam a ampliá-la, renovando seu compromisso com a inovação, a integridade e a eficiência na gestão pública.

Este livro é, acima de tudo, um reconhecimento. Um reconhecimento coletivo, plural e sincero, a cada pessoa que acreditou no potencial transformador da parceria entre Estado e Sociedade.

Muito obrigada por fazer parte desta trajetória.

Regina Lemos de Andrade

Diretora de Transferências e Parcerias da União



Rede de Parcerias

**MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO